



GUIA DAS ONGD

2014

ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

TÍTULO: GUIA DAS ONGD – 2014

UMA EDIÇÃO: PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD
RUA APRÍGIO MAFRA Nº17, 3º DTO, 1700-051 LISBOA

COORDENAÇÃO EDITORIAL: PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

DIRECÇÃO GRÁFICA E EXECUÇÃO: CÉSAR NETO

DATA DE EDIÇÃO: ABRIL DE 2014

ISBN: 978-989-95715-8-7

Nota: A Plataforma Portuguesa das ONGD solicitou a todas as ONGD associadas o envio de informação, pelo que a informação divulgada é da total responsabilidade das ONGD. Estes dados podem ter sofrido algumas alterações durante a concepção deste guia.

© Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial, sob qualquer forma dos textos contidos neste livro, carece de aprovação prévia e expressa do respectivo autor.

GUIA DAS ONGD 2014

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
ONGD	8
– O QUE SÃO?	8
– ÁREAS DE TRABALHO DAS ONGD	9
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD	17
– VISÃO E MISSÃO	17
– UMA BREVE HISTÓRIA DA PLATAFORMA E DAS ONGD	18
– GRUPOS DE TRABALHO	22
– PUBLICAÇÕES	25
ONGD ASSOCIADAS	27
– ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA	29
– ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS	32
– ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU	36
– ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	37
– ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA	39
– ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA	43
– AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL	46
– AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	48
– AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO	50
– APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO	52
– APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA	53
– APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA	57
– APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO	59
– ASSOCIAÇÃO HELPO	67
– ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS	70
– ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA	72
– ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	75
– BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL	77
– CÁRITAS PORTUGUESA	80
– CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	83
– CHAPITÔ	87
– CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL	90
– CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS	92
– E&O ENGENHO E OBRA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO	95

– EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA	100
– EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL	102
– EQUIPA D'ÁFRICA	104
– FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA	107
– FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO	110
– FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA	116
– FUNDAÇÃO BOMFIM	118
– FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT	120
– FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO	122
– G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO	124
– GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL	127
– GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO DE LISBOA	129
– IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO	131
– IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR	135
– ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA	141
– LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO	143
– LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO	147
– MDM P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL	149
– MENINOS DO MUNDO	153
– MG MEMÓRIAS E GENTES –ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA	155
– MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE	158
– MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE	161
– MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES	164
– OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	166
– OMAS / LBN OBRA MISSIONÁRIA DE ACÇÃO SOCIAL / LEIGOS BOA NOVA	170
– ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	174
– PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	176
– RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA	178
– ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	181
– SAÚDE EM PORTUGUÊS	183
– SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS	185
– SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO	188
– TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	190
– TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	193
– UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	196
– UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF	198
– URB-ÁFRICA ONG PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	200
– VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO	202
– VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL	204
– VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL	206
– WACT WE ARE CHANGING TOGETHER	208

INTRODUÇÃO

Com a edição do Guia das ONGD, a Plataforma Portuguesa das ONGD pretende contribuir para um melhor conhecimento sobre o sector do Desenvolvimento em geral e sobre as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, em particular, quem são as ONGD associadas da Plataforma, o que fazem e onde intervêm.

Este guia pretende ser um instrumento de trabalho e de consulta, útil a quem intervém e/ou investiga nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência, assim como a quem deseja saber mais sobre estas áreas e sobre as ONGD portuguesas.

É, em primeiro lugar, um instrumento útil para as ONGD que pretendam estabelecer parcerias com organizações congéneres e procuram informação actualizada sobre o trabalho desenvolvido pelas ONGD associadas da Plataforma. Mas também se dirige a outros actores do Desenvolvimento - como a Academia, as Câmaras Municipais, as Fundações, o Sector Privado -, bem como a estudantes e voluntários do sector que queiram conhecer de forma mais concreta as associadas da Plataforma, os seus projectos, países, áreas e sectores de intervenção.

Dedicando este guia a todos aqueles que ao longo dos anos contribuíram para o desenvolvimento deste sector em Portugal, reforçamos o papel das organizações associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD, em especial, as que fazem parte dos Grupos de Trabalho, e que deram um contributo relevante para este guia.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua pelo apoio prestado à Plataforma que tem permitido aumentar de forma significativa a produção de documentação relacionada com o trabalho das ONGD.

Lisboa, Abril de 2014
Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD



[IMAGEM]

**FGS APOIA AS COMUNIDADES RURAIS
DE NHANGAU, PRINCIPALMENTE AO NÍVEL DA
EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E ASSOCIATIVISMO.
MOÇAMBIQUE. FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA. 2012**



O QUE SÃO?

As ONGD são pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos. O seu estatuto jurídico encontra-se definido pela Lei nº 66/98, publicada em Diário da República a 14 de Outubro de 1998.

Segundo este estatuto, a designação de ONGD inclui as organizações que desenvolvem acções nos países em desenvolvimento nos domínios da ajuda humanitária e de emergência, da protecção e promoção dos direitos humanos e da cooperação para o desenvolvimento. É uma lei sem dúvida importante, estabelecendo um estatuto jurídico que diferencia as ONGD de outras Organizações da Sociedade Civil, mas apresenta-se bastante desactualizada face à evolução do contexto nacional e internacional em que estas organizações desenvolvem o seu trabalho.

As ONGD acreditam na importância de uma acção solidária, orientada para os objectivos das comunidades com as quais e para as quais trabalham, em conformidade com as prioridades identificadas em comum. Assumem, actualmente, um importante papel de “parceiros para o desenvolvimento” e de “agentes catalisadores”, ao cooperarem com essas comunidades no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação cívica e económica, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso a recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Grande parte do trabalho das ONGD passa igualmente pela sensibilização, formação e mobilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em desenvolvimento e para a importância de questionar e combater as injustiças, desenvolvendo estratégias e apresentando propostas de mudança. Procura-se, assim, criar uma consciência pública que reconheça que, num mundo global, as respostas aos problemas que assolam todos os países têm de ser também elas globais e solidárias com as populações e países mais desfavorecidos.

As ONGD intervêm igualmente em situações de catástrofe natural ou humana, actuando ao nível da Acção Humanitária e de Emergência, visando aliviar o sofrimento humano, tendo como princípio orientador o da não discriminação.

Todas as ONGD têm por base o respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovendo a igualdade de género, o direito à educação e a cuidados de saúde e o direito a um desenvolvimento sustentável e potenciador das capacidades humanas e económicas de cada país.

ÁREAS DE TRABALHO DAS ONGD

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O conceito de Cooperação para o Desenvolvimento não tem uma definição única e plena, aceite e adaptada a todos os contextos e espaços temporais. Na realidade, tem sido objecto de debate desde o fim da II Guerra Mundial.

A sua definição foi acompanhando a evolução do contexto internacional, moldando-se ao pensamento e aos valores políticos que, época a época, moldaram o paradigma do desenvolvimento e a visão do relacionamento entre Estados.

No entanto, podemos referir que, de acordo com a definição avançada pela Plataforma Portuguesa das ONGD, a Cooperação para o Desenvolvimento visa apoiar regiões, países e comunidades em dificuldades e que estão inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial. Consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura.

O desenvolvimento é o resultado da participação das populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro e do seu *empowerment* – processo pelo qual as pessoas e as comunidades reduzem as suas vulnerabilidades e aumentam as suas capacidades de intervenção, num mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

Neste processo, as ONGD surgem não como “agentes de desenvolvimento” mas como “parceiros para o desenvolvimento”. O seu papel não é o de actores principais mas o de “agentes catalisadores” ou “facilitadores”, que cooperam com as comunidades locais no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso aos recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

A Cooperação para o Desenvolvimento abrange diversas áreas de actuação, nomeadamente: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Comunitário; Capacitação dos Recursos Humanos; Micro-crédito; Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; Saúde; Educação formal e informal; Formação Técnica; Saneamento Básico e Melhoria ou Reabilitação de Habitat; Igualdade de Género; Direitos Humanos; Ambiente e Desenvolvimento; Participação e Cidadania; Influência Política (*Lobby e Advocacy*); Responsabilidade Social das Empresas; Estudos e Investigação, entre outras.

A Cooperação para o Desenvolvimento pode funcionar a nível bilateral ou multilateral. Entende-se por cooperação bilateral aquela em que os governos doadores mobilizam os seus fundos de cooperação para o desenvolvimento directamente para os “receptores” da ajuda, sejam estes os governos ou outras organizações dos países parceiros.

A cooperação multilateral é aquela em que os doadores remetem os fundos para organizações internacionais multilaterais (Comissão Europeia, ONU, Bancos de Desenvolvimento, etc), para que estas os utilizem no financiamento das suas actividades e do seu funcionamento. A gestão destes fundos é feita pelas organizações internacionais e não directamente pelos Estados doadores. Segundo o glossário do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), consideram-se organizações multilaterais as instituições formadas por governos de países que dirigem as suas actividades de forma total ou significativa a favor do desenvolvimento e da ajuda a países receptores.

Podemos ainda falar de cooperação descentralizada que, num sentido restrito, consiste na cooperação realizada por administrações estatais, mas não do poder central (ex.: câmaras municipais, regiões autónomas). Num sentido mais alargado, trata-se de um novo enfoque da cooperação caracterizado pela descentralização de iniciativas, pela incorporação de novos actores da sociedade civil e por uma maior participação dos actores da sociedade civil local no seu próprio desenvolvimento.

Com a cooperação descentralizada pretende-se reforçar a participação das populações nas acções de desenvolvimento, promovendo uma diversidade democrática das sociedades dos países onde se intervém e contribuindo para o reforço da sociedade civil, permitindo a existência de múltiplos actores que contribuem para o combate à pobreza, com capacidade autónoma de organização e gestão.

A descentralização e a democratização são processos que se encontram em implementação em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que tem implicado a emergência de novos actores representativos de uma sociedade civil activa e consciente da sua responsabilidade na criação de um mundo mais equitativo e mais justo e que assume progressivamente um papel cada vez mais essencial na Cooperação para o Desenvolvimento. Entre estes actores encontram-se sindicatos, associações de produtores, organizações das comunidades locais, organizações não governamentais de ambiente, entre outros.

A evolução económica, social e política do mundo tem sido cada vez mais rápida, intensa e complexa. Se, por um lado, em muitas áreas esta evolução tem um grande potencial para contribuir para melhorar as condições de vida das populações mais desfavorecidas, por outro os desafios à implementação de modelos de desenvolvimento sustentáveis, onde se consolidem condições para uma igualdade de oportunidades, são também cada vez maiores.

Perante este contexto evolutivo, os actores que actuam na área do Desenvolvimento devem estar conscientes da diferença nos papéis que assumem e de que nem sempre as suas opiniões sobre os caminhos e estratégias a prosseguir são idênticas. No entanto, todos eles têm procurado adaptar-se às novas realidades, mantendo o seu empenho em atingir objectivos que, na sua essência, são comuns.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

É uma das principais áreas de trabalho de muitas ONGD portuguesas e é, reconhecidamente, um domínio cada vez mais importante para o próprio sucesso dos projectos de Cooperação para o Desenvolvimento. Não é no entanto um conceito fácil de definir também porque tem evoluído com as mudanças, cada vez mais rápidas, que caracterizam um mundo cada vez mais global e interdependente.

A génese da Educação para o Desenvolvimento (ED) está relacionada com os processos de descolonização do período do pós guerra e com a proliferação de campanhas humanitárias. As ONG assumiram sempre um papel preponderante na dinamização de actividades de ED e da promoção da sua importância junto de entidades nacionais e internacionais.

Em Portugal, a ED tem um percurso em que foi assumindo uma crescente importância para todos os actores, públicos e da Sociedade Civil, relevando aqui os passos mais recentes deste caminho que se fez com passos seguros e consequentes.

Depois de em 2005 ter sido aberta no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) uma linha anual para o co-financiamento de projectos de ED, em 2008, teve início o processo de elaboração da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)** – um desafio lançado pelo IPAD com o objectivo geral de: “Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões de desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a acção orientada para a transformação social”. O documento final, apresentado pelo IPAD em 2010, contou com o contributo da Plataforma Portuguesa das ONGD em estreita coordenação com o Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento.

Segundo o documento, os percursos e contributos nacionais foram construindo diferentes delimitações do conceito, tornando difícil o consenso na definição de Educação para o Desenvolvimento. Ainda assim, a ENED considera como pontos de partida válidos: as definições avançadas pela Plataforma Portuguesa das ONGD em 2002; os contributos adiantados pelo documento “**Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa**” de 2005; e as perspectivas divulgadas pelo “**Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento**” apresentado publicamente em 2007.

Definição da Plataforma Portuguesa das ONGD – 2002:

“A Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interactivo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a acção transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuir para um desenvolvimento integral e sustentável. A Educação para o Desenvolvimento não pode nunca confundir-se com campanhas de angariação de fundos, com objectivos de visibilidade e marketing de organizações ou acções, nem com iniciativas de informação oficial sobre Ajuda ao Desenvolvimento. A singularidade da Educação para o Desenvolvimento é a sua vinculação ao Sul e, por isso, o que a distingue de outras “Educações para...” é o ter sempre em conta os discursos e as propostas que são feitos sobre e pelo Sul.”

Definição da Visão Estratégica – 2005:

“A Educação para o Desenvolvimento (ED) constitui um processo educativo constante que favorece as interrelações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo activo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade

para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de um instrumento fundamental para a criação de uma base de entendimento e de apoio junto da opinião pública mundial, e também da portuguesa, para as questões da cooperação para o desenvolvimento. Embora a ED não se restrinja à educação formal, é importante que esta seja incorporada progressivamente nos currícula escolares, à semelhança do que acontece com outros países europeus, para que a educação formal reflecta e contribua para a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos na vida e na solidariedade globais. A coordenação com o Ministério da Educação nesta matéria é fundamental. Por outro lado, as temáticas de ED não se confinam só a matérias de carácter internacional, antes potenciam soluções e respostas para questões transversais da nossa sociedade, como sejam a do respeito pela multiculturalidade; as questões da imigração e da inclusão social; a luta contra a pobreza; as campanhas de educação para a saúde e as de sensibilização ambiental; a questão da responsabilidade social empresarial, do consumo sustentável e do comércio justo; e a responsabilidade social dos media.”

Definição do Consenso Europeu sobre ED – 2007:

“A educação e a sensibilização para o desenvolvimento contribuem para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e actividades educativas e de sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e percepções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar essas disparidades, bem como na participação em acções democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais que afectam a pobreza e o desenvolvimento sustentável (...) têm por objectivo permitir que todos os cidadãos da Europa disponham em permanência de oportunidades de sensibilização e de compreensão dos problemas relacionados com o desenvolvimento global, bem como da sua pertinência local e pessoal, e possam exercer os seus direitos e assumir as suas responsabilidades enquanto cidadãos de um mundo interdependente e em mutação, influenciando a evolução para um mundo justo e sustentável.”

Embora as definições apresentadas sejam o resultado de prioridades, percursos e contextos institucionais distintos, importa sobretudo “compreender, identificar e partilhar o núcleo de ideias fundamentais”, tal como referido na 1ª Mesa Redonda do Intercâmbio Portugal - Áustria. Neste sentido, a ENED apresenta os consensos mais evidentes:

- A sua definição geral: a ED é definida como processo de aprendizagem (dimensão pedagógica).
- Os princípios que norteiam o pensamento e a acção: solidariedade, equidade, justiça, inclusão (dimensão ética).
- O objectivo mobilizador: a ED é vocacionada para a transformação social, assente numa auto-reflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e de hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas (dimensão política).

Em suma, a ED envolve as seguintes dimensões:

- Sensibilização: partilhando informação e reflexões com as pessoas, questionando as situações vividas e conhecidas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto;
- Consciencialização: forma e mobiliza, levando as pessoas a assumir a sua própria situação, os seus limites e as suas possibilidades, bem como as dos restantes seres humanos, permitindo-lhes avaliar estas situações com critérios de justiça e solidariedade, desenvolver visões, estratégias e propostas concretas de mudança e pô-las em prática, combatendo as injustiças;
- Influência Política: nomeadamente as políticas públicas, denunciando aquelas que sistemicamente

originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades, e, propondo políticas concretas no domínio da acção do Estado, do sector privado e da sociedade civil, de modo a que promovam o bem comum à escala local e global.

AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA

A Ajuda Humanitária e de Emergência (AHE) tem como objectivo auxiliar as populações que são vítimas de catástrofes naturais ou catástrofes provocadas pelo ser humano.

Através da Ajuda Humanitária, cujo objectivo é aliviar o sofrimento humano procurando soluções rápidas e eficazes para situações excepcionais que ponham em causa a vida das populações, é possível intervir rapidamente para minorar o sofrimento e a miséria das vítimas da fome, das guerras, das injustiças e de catástrofes naturais e/ou desastres provocados pelo homem.

A Ajuda de Emergência visa responder a situações pontuais, após acontecimentos extremos que não são previsíveis, incluindo diferentes tipos de apoio que vão desde o envio de medicamentos à construção de abrigos provisórios, distribuição de alimentos e todo um conjunto de bens essenciais à sobrevivência das populações afectadas. Estas acções, habitualmente canalizadas através de ONGD e organizações internacionais, devem contribuir para que o país ou região adquira uma maior capacidade para enfrentar a fase de reconstrução e assumir o seu lugar no caminho para o desenvolvimento.

As intervenções da Ajuda Humanitária e da Ajuda de Emergência seguem o princípio da não discriminação e são implementadas por meios pacíficos, com o objectivo de assegurar a preservação da vida no respeito pela dignidade humana e tendo em vista o estabelecimento de condições propícias ao processo de desenvolvimento, de acordo com as especificidades dos países onde actuam.

Importa ainda referir que a proximidade das equipas de Ajuda Humanitária e de Emergência à realidade das populações potencia a capacidade de identificação e denúncia de violações e abusos dos direitos humanos, situações muito frequentes nestas alturas.

Porque a emergência médica é habitualmente a mais premente em caso de catástrofe, as organizações que operam no domínio da saúde são as que, pelas suas características, tendem a responder em primeiro lugar a este tipo de catástrofes. Têm normalmente uma capacidade logística ímpar para conseguir, em poucas horas, mobilizar pessoal especializado e recursos materiais e enviá-los para o terreno, podendo contar ainda com um financiamento privado significativo que lhes permite não depender de um apoio público cuja demora na concretização muitas vezes não possibilita uma resposta eficaz e atempada.

Em contexto de «emergência», as boas intenções nem sempre são suficientes. Importa sensibilizar a opinião pública para a importância de adequar a ajuda ao contexto em que esta irá ser aplicada. O envio de bens para regiões atingidas por catástrofes é um exemplo comum da mobilização pública. Porém, o transporte destas mercadorias é, em muitos casos, consideravelmente mais dispendioso e o apoio monetário directo às ONG permite que estas, dispondo de equipas no terreno, adquiram localmente os bens necessários, contribuindo adicionalmente para dinamizar a economia local, ferida pela catástrofe.

É ainda de realçar que o trabalho desenvolvido pelas organizações especializadas neste tipo de intervenção não se esgota nos primeiros dias chamados de «urgência vital». Segue-se um período, às vezes lento, de reconstrução e de melhoria das infraestruturas. E apesar das estruturas locais recuperarem pouco a pouco a sua capacidade de intervenção, o contexto físico mantém-se extremamente desfavorável: edifícios destruídos, comunicações não restabelecidas, falta de acesso a água, desorganização do normal funcionamento das Instituições e das Comunidades devido aos movimentos de refugiados. A fase de reabilitação corresponde a este momento em que, salvas algumas excepções, as populações já não correm perigo de vida. Todavia a desorganização provocada pela crise de emergência ainda não permite ao país ou à região afectada recuperar um ritmo normal de desenvolvimento sem um apoio externo.

O período da reabilitação não tem a carga emotiva e mediática dos primeiros dias, exige competências fora do estrito domínio das necessidades mais básicas (como a saúde e alimentação), implica uma forte

participação da população local e constitui uma etapa indispensável ao regresso à normalidade e, no caso de países com fracos recursos, conduz a processos mais alongados de Cooperação para o Desenvolvimento.



[IMAGEM]

**PROJECTO JOVEM A JOVEM - VINTE E CINCO JOVENS
PARTICIPAM NO CURSO DE MEDIADORES SOCIAIS
PORTUGAL. ASSOCIAÇÃO PAR - RESPOSTAS SOCIAIS. 2006**

PLATAFORMA ONGD

A Plataforma Portuguesa das ONGD é uma associação privada sem fins lucrativos que representa, em 2014, um grupo de 65 ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Constituída a 23 de Março de 1985, emerge como resultado da combinação das idiossincrasias das suas associadas e da necessidade das mesmas de se posicionarem enquanto interlocutores privilegiados, tanto do Governo português, como de Instituições de carácter supra-governamental, no que se refere à construção de políticas de Desenvolvimento e Cooperação.

Ao representar e apoiar as ONGD portuguesas a nível nacional e internacional, a Plataforma Portuguesa das ONGD pretende contribuir para a qualificação da intervenção da sociedade civil nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ajuda Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento. Deste modo procura potenciar as capacidades das ONGD enquanto organizações empenhadas na afirmação da solidariedade entre os povos e contribuir para a criação de um mundo mais justo e equitativo.

VISÃO

A de uma Sociedade Civil organizada, plural, independente e coesa que, na promoção da dignidade humana, contribui efectiva e conjuntamente para o bem-comum e para um mundo justo e equilibrado do ponto de vista social, económico, e ambiental.

MISSÃO

Contribuir para melhorar e potenciar o trabalho das suas Associadas, a nível institucional, político, legislativo, financeiro e social, promovendo uma cultura de partilha, de parceria, de responsabilidade e de excelência na organização e nas práticas das ONGD Portuguesas que trabalham para um mundo mais justo e equitativo nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Educação para o Desenvolvimento bem como a da Ajuda Humanitária e de Emergência.

VALORES E PRINCÍPIOS

- Colaboração e Participação
- Dignidade Humana e os Direitos Humanos
- Diversidade e Respeito Mútuo
- Independência e Autonomia
- Justiça e Solidariedade
- Responsabilidade e Responsabilização
- Subsidiariedade
- Sustentabilidade
- Transparência

UMA BREVE HISTÓRIA DA PLATAFORMA E DAS ONGD PORTUGUESAS

A nível mundial, o aparecimento formal das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD)¹ data do período pós-2ª Guerra Mundial. A sua caracterização foi sempre baseada pela função não lucrativa e pela actuação junto das populações mais desfavorecidas, numa lógica *bottom up*, integrando muitas vezes no seu trabalho uma forte componente de voluntariado (Ribeiro e Marques, 2002)².

Em Portugal, até 1974, existiam três instituições não-governamentais que tinham definido no seu âmbito de intervenção a ajuda humanitária: a Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa, a Cáritas Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian. Embora estas organizações sejam de natureza não-governamental, possuem práticas e formas distintas das ONGD, nomeadamente no que se refere às suas acções e ao seu percurso institucional na sociedade.

Por essa razão podemos dizer que, formalmente, as ONGD portuguesas nascem logo após o 25 de Abril de 1974. O Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC)³, a primeira ONGD portuguesa, surge em Maio desse ano, assumindo uma intervenção baseada na «luta pela independência das colónias e (...) pela solidariedade aos seus movimentos de libertação» (Ribeiro, 1995)⁴.

Entre 1974 e 1984, várias outras ONGD foram sendo criadas e a 23 de Março de 1985 teve lugar a primeira reunião oficial da Plataforma Nacional, composta por 13 organizações⁵, e em Outubro desse mesmo ano seriam eleitos os primeiros representantes das ONGD portuguesas para os órgãos representativos da Sociedade Civil Europeia, assumindo esta função a partir de 1 de Janeiro de 1986, com a adesão de Portugal à CEE. Foi a partir deste momento que se intensificou o processo de criação de um maior número de ONGD a nível nacional, dando origem a um panorama de grande heterogeneidade que reflectia as diferentes circunstâncias que as originaram e o facto de serem um espelho de diversas tradições e culturas.

Esta diversidade notava-se já no primeiro grupo de 13 organizações não-governamentais que constituiu a Plataforma, formado por associações muito diferentes que tinham em comum a vontade de concretizar acções na área da Cooperação. Na base desta organização de trabalho colectivo esteve, claramente, o empenho em integrar e impulsionar a acção das instâncias internacionais que proclamavam que o auxílio aos Países em Desenvolvimento (PeD) era um dever essencial de todos. Tendo como base este pressuposto, o objectivo das ONGD foi a constituição de uma estrutura que promovesse um diálogo entre diversas entidades, públicas e privadas, com base nos conceitos de solidariedade e de colaboração entre as suas associadas, facilitando a coordenação de programas e acções de cooperação para o desenvolvimento, com visibilidade nacional e internacional.

Muitas ONGD foram percebendo, ao longo dos anos, o alcance desta mensagem e destes objectivos e por isso o número de associadas da Plataforma foi aumentando de forma consistente de ano para ano. Em 2014 são 65 as ONGD que integram a Plataforma. Por outro lado, foi também crescente o seu reconhecimento, por parte de várias entidades oficiais do Estado Português, como “a representante” das ONGD portuguesas e um dos interlocutores privilegiados no diálogo com a sociedade civil.

1 SEGUNDO O ESTATUTO DAS ONGD EM PORTUGAL (LEI 66/98 DE 14 DE OUTUBRO), ESTA DESIGNAÇÃO INCLUI AS ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVEM ACÇÕES NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NOS DOMÍNIOS DA AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA, DA PROTECÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.

2 MÁRIO RIBEIRO & SOFIA MARQUES (2002), LUSOTOPIE 2002/1 : 131-143. UMA LEITURA DAS ONGD PORTUGUESAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI : TRAJECTÓRIA E DINÁMICAS.

3 EM JANEIRO DE 1977 ADOPTA O NOME CIDAC -CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL, MUDANDO EM 2004 PARA A ACTUAL DESIGNAÇÃO CIDAC – CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL.

4 MÁRIO RIBEIRO (1995), O POTENCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS PORTUGUESAS DE DESENVOLVIMENTO. - LISBOA : CIDAC

5 CÁRITAS PORTUGUESA, CIDAC, CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, INSTITUTO AMARO DA COSTA, INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA, INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO, INSTITUTO PARA O PROGRESSO SOCIAL E DEMOCRACIA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS, ASSOCIAÇÃO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ, FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS, INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS.

30 ANOS DE TRABALHO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO

- 1985 **CRIAÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.**
- 1986 Organização da **SEMANA DE SOLIDARIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO**, uma Conferência Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, que englobou um concurso juvenil a nível nacional e uma exposição itinerante sobre o mesmo tema.
- 1990 A Plataforma Portuguesa das ONGD assumiu de forma decisiva o seu **PAPEL DE INTERLOCUTOR** entre as ONGD portuguesas e as autoridades governamentais nacionais e europeias.
- 1991 A Comissão Permanente (CP) da Plataforma Portuguesa das ONGD entregou um **PROJECTO DE ESTATUTO DAS ONGD**, e também de **ESTATUTO DOS VOLUNTÁRIOS E COOPERANTES NÃO GOVERNAMENTAIS**, para apreciação, à Comissão Permanente de Negócios Estrangeiros e Cooperação da Assembleia da República.
- 1992 Assinatura, a nível europeu, da **CARTA DE BERLIM**, que materializou uma Acção Conjunta de Grupos Comunitários, Autarquias e Organizações Não Governamentais Europeias, visando a implementação de um modelo de Desenvolvimento Sustentado.
- 1994 **LEI N.º 19/94 PASSOU A RECONHECER O ESTATUTO DAS ONGD**, definindo os seus princípios gerais e as suas formas de criação e de organização.
- 1998 **REVISÃO DA LEI DAS ONGD (LEI N.º 66/98).**
- 1999 Após a revisão da Lei das ONGD, a aprovação do documento **A COOPERAÇÃO PORTUGUESA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI**, pelo Conselho de Ministros, contribuiria para o reconhecimento oficial do papel das ONGD na concretização das Políticas Públicas de Cooperação Portuguesa.
- 1999 A Plataforma Portuguesa das ONGD foi constituída, através de escritura pública, como **ASSOCIAÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL, COM PERSONALIDADE JURÍDICA E SEM FINS LUCRATIVOS**. Foram formulados e aprovados em Assembleia Geral os novos Estatutos Legais da Plataforma, publicados em Diário da República, que incluíam a definição de uma Missão, Visão e Objectivos específicos de acção.

- 2000 Portugal acolheu a **PRESIDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA**, no âmbito da qual a Plataforma organizou uma série de workshops e dois seminários nacionais.
- 2000 A Plataforma Portuguesa das ONGD procurou coordenar os esforços das ONGD nacionais no que respeita à situação ocorrida em **TIMOR-LOROSAE**. As ONGD portuguesas levaram a cabo um trabalho de excelência ao nível da assistência humanitária, da educação, da saúde e da melhoria condições de vida e de trabalho do povo timorense, muitas vezes em colaboração com ONGD internacionais.
- 2001 Assinatura do **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD** e início de um trabalho conjunto com o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) para a elaboração de um conjunto de regras para o co-financiamento de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento de iniciativa das ONGD.
- 2001 O ICP criou formalmente, em Outubro de 2001, uma **LINHA DE CO-FINANCIAMENTO PARA PROJECTOS DE ONGD PARA A ÁREA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO**.
- 2004 Num período de **GRANDE TENSÃO COM O IPAD** (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, ex-ICP), que suspendeu temporariamente as regras de co-financiamento de projectos de ONGD, as posições sólidas e firmes conjuntamente construídas pelas ONGD numa dimensão pública nunca antes atingida viriam a permitir recuperar a credibilidade junto dos decisores políticos, perante um também frágil quadro político nacional que acabaria por levar à substituição dos responsáveis do IPAD e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Em 2005, reconstruídas as relações institucionais entre o Estado e as ONGD, uma resolução do Conselho de Ministros viria a **RECOLOCAR EM VIGOR AS REFERIDAS REGRAS DE CO-FINANCIAMENTO**.
- 2005 Aprovação do documento **UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A COOPERAÇÃO PORTUGUESA (2005-2010)**.
- 2007 No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, a Plataforma elaborou o **PROJECTO PRESIDÊNCIA**, subordinado ao tema “Novas Dinâmicas da Solidariedade Norte-Sul – Promover a participação activa da sociedade civil no diálogo Europa-África”. O ponto alto foi a realização do **FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL EURO-AFRICANA**.
- 2009 Assinatura de um **CONTRATO PROGRAMA**, para o período 2009-2013, entre a Plataforma Portuguesa das ONGD e o IPAD.
- 2012 Coincidindo com a crise económica e financeira em Portugal, este foi um ano de **GRANDE INSTABILIDADE** também ao nível da Cooperação Portuguesa, nomeadamente com a fusão do IPAD com o Instituto Camões dando origem ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL).

- 2014 A Plataforma Portuguesa das ONGD fez parte da Comissão Organizadora do primeiro **FÓRUM NACIONAL DE REDES DA SOCIEDADE CIVIL** que se realiza no ISCTE-IUL, em Lisboa, nos dias 20 e 21 de Fevereiro.
- 2014 Lançamento do **CONCEITO ESTRATÉGICO PARA A COOPERAÇÃO PORTUGUESA (2014-2020)**.
- 2014 Aprovação do **PLANO ESTRATÉGICO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD (2014-2018)**.

Vinte e nove anos depois da criação da Plataforma, não foram só os anos que passaram. O caminho percorrido até agora foi longo, sinuoso, com avanços e recuos, mas a perseverança e o empenho de todos aqueles que estiveram ligados ao trabalho da Plataforma e das ONGD permitiram que chegássemos a 2014 com esperança no futuro. É certo que nos encontramos num período muito difícil para sociedade em geral e que muitas ONGD vivem o seu dia-a-dia com inúmeras dificuldades e com muitas incertezas. Mas sabemos também que a própria natureza que forma as ONGD é a de luta constante para conseguir atingir os seus objectivos e que a Plataforma continuará a trabalhar, juntamente com as suas associadas, para as tornar agentes cada vez mais activos e participantes nos processos de decisão e execução das políticas de Cooperação do Estado Português.

Ao dinamismo de incerteza, que caracteriza a actual evolução histórica do mundo, as ONGD saberão, certamente, responder com a sua capacidade de adaptação. Continuarão a defender os seus valores universais de luta pela solidariedade, diálogo, justiça social e o direito a um desenvolvimento sustentado de todos os países e povos do mundo.

GRUPOS DE TRABALHO DA PLATAFORMA ONGD

Os vários grupos de trabalho da Plataforma, nos quais participam cerca de metade do total das associadas da Plataforma, intervêm em diversas áreas, procurando manter a dinâmica de diversificação de relações com vários actores, nacionais e internacionais, que trabalham na área da Cooperação Internacional e da Educação para o Desenvolvimento.

AIDWATCH

Criado em Janeiro de 2007, este Grupo de Trabalho reúne actualmente 10 organizações - ACEP, ADRA Portugal, Epar, Engenho & Obra, FEC, Fundação Gonçalo da Silveira, IMVF, OIKOS, SOLSEF, UNICEF - e tem como objectivo principal analisar a evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de Portugal e da política de Cooperação para o Desenvolvimento, tendo como referência os compromissos internacionais assumidos pelo Estado nesta matéria, quer em termos quantitativos quer relativamente aos aspectos qualitativos.

Esta análise é também a base para a participação da Plataforma no relatório europeu AID WATCH da Confederação Europeia das ONGD de Desenvolvimento e Acção Humanitária (CONCORD) e procura incentivar o debate nacional sobre esta temática, envolvendo os diferentes decisores políticos (Governo, Assembleia da República e Partidos Políticos).

No âmbito da área de trabalho deste Grupo, a Plataforma desenvolve regularmente várias intervenções essenciais ao nível da influência política e monitorização das políticas públicas relevantes para o trabalho da Sociedade Civil (exemplo disso são o *Relatório AidWatch 2012 e 4 Factsheets sobre a Cooperação Portuguesa em 2013 e o futuro da Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015*).

A nível internacional, a participação de representantes deste GT em iniciativas da CONCORD tem permitido acompanhar uma série de temáticas relevantes para o futuro do trabalho das ONGD, como por exemplo o Diálogo Estruturado entre a Comissão Europeia e a Sociedade Civil dos Estados-membro e também os debates sobre a Eficácia do trabalho das Organizações da Sociedade Civil.

AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA

Criado em Fevereiro de 2006, este Grupo de Trabalho é composto actualmente pelas seguintes organizações: ADRA Portugal, OIKOS, Associação Saúde em Português e Médicos do Mundo – Portugal.

O grupo elegeu como seu principal fundamento a necessidade de articular esforços para evitar o desaproveitamento de recursos (humanos e materiais) ao nível da implementação de projectos na área da ajuda humanitária e de emergência, bem como a necessidade de promover a formação e preparação interna e externa.

No âmbito deste trabalho, foi lançado em 2012 um *Estudo sobre Ajuda Humanitária e de Emergência em Portugal*.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento (GTED) é actualmente composto por quinze ONGD: ADRA, AIDGLOBAL, CIDAC, CPR, Engenho & Obra, Fundação Cidade de Lisboa, FEC, Fundação Gonçalo da Silveira, G.A.S. Porto, Graal, Helpo, IMVF, ISU, PAR - Respostas Sociais e Rosto

Solidário.

Os representantes destas ONGD reúnem mensalmente para discutir a temática de ED, partilhar experiências e planear actividades a fim de reforçar o papel da Educação para o Desenvolvimento na sociedade.

O grupo desempenhou, em 2009/2010, um papel importante na elaboração da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)**, estratégia essa que veio criar um quadro de referência para a actuação das organizações da sociedade civil e organizações estatais na área da Educação para o Desenvolvimento. O trabalho do Grupo é, actualmente, definido também em função do Plano de Acção anual da ENED.

Em 2014, o Grupo organizou, nos passados dias 27 e 28 de Fevereiro, o **Seminário Nacional DEEEP “Educadores, Facilitadores ou Impulsionadores da Mudança? – O papel da Educação para o Desenvolvimento na promoção da Mudança Sistémica”**.

ÉTICA

O Grupo de Trabalho em Ética foi criado em 2011 e conta neste momento com a participação de 11 organizações: Abraço, CPR, Engenho & Obra, Fundação Champagnat, FEC, - Fé e Cooperação, Fundação Gonçalo da Silveira, IMVF e Leigos para o Desenvolvimento.

Os objectivos deste grupo passam pela dinamização do debate à volta de um conjunto de questões ligadas à Ética e Responsabilidade Social no trabalho das ONGD, tendo por base práticas e documentos já existentes noutros países. Este debate, para além de poder contribuir para o desenho e implementação de estratégias que incorporem os valores e boas práticas definidas internacionalmente sobre o tema, poderá conduzir igualmente à criação de um Código de Conduta das ONGD. Este documento pretenderá formalizar um conjunto de procedimentos e valores que as ONGD devem respeitar no seu trabalho e deverá ser construído através de um processo inclusivo e participativo, de modo a que o resultado final seja um documento em que a generalidade das organizações se revejam.

RECURSOS HUMANOS PARA A COOPERAÇÃO

O Grupo de Trabalho de Recursos Humanos para a Cooperação (GTRHC), criado em Junho de 2005, tem como principal objectivo unir esforços em torno dos Recursos Humanos para a Cooperação, com destaque para o voluntariado na área da Cooperação para o Desenvolvimento, procurando esclarecer todas as pessoas interessadas nesta área e que tenham vontade e disponibilidade de, como voluntários, contribuir para a promoção de um mundo mais justo e equitativo.

Neste sentido, desde a sua criação, o GTRHC tem concretizado várias iniciativas de sensibilização, formação e promoção do voluntariado para a Cooperação. Em 2009, foi lançado o Guia dos Recursos Humanos para a Cooperação que procura sobretudo responder a uma necessidade de organização da informação espartilhada sobre as três fases importantes do trabalho do cooperante remunerado ou voluntário: antes, durante e depois.

Mais recentemente o Grupo tem procurado também proporcionar momentos de debate entre organizações com programas de Voluntariado para a Cooperação e promover a partilha e análise conjunta de experiências, práticas e problemas deste tipo de actividade.

Desde a sua adesão ao Conselho Nacional de Promoção de Voluntariado (CNPV), a Plataforma das ONGD

é representada neste órgão por um dos membros do GT, procurando contribuir para o acompanhamento de temáticas e interesses partilhados entre este Conselho e as ONGD que compõe o GTRHC.

Por outro lado, tem havido igualmente esforços concertados para actuar junto dos decisores políticos no sentido de promover políticas mais favoráveis no que diz respeito ao Voluntariado para a Cooperação e ao estatuto dos cooperantes nacionais.

Este Grupo é constituído por 6 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD: Equipa D'África, FEC - Fundação Fé e Cooperação, ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Obra Missionária de Acção Social/Leigos da Boa Nova, Saúde em Português e Sol Sem Fronteiras.

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELA PLATAFORMA

- 2013 **FACTSHEET PÓS-2015: UMA AGENDA DE DIREITOS HUMANOS** | AUTORA: ANA FILIPA OLIVEIRA
- 2013 **FACTSHEET AS ONGD E A COOPERAÇÃO PORTUGUESA: PARCEIRAS DE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO MAIS JUSTA, EQUITATIVA E EFICAZ** | AUTORA: ANA FILIPA OLIVEIRA
- 2013 **FACTSHEET ABERTURA E TRANSPARÊNCIA: UM COMPROMISSO QUE (AINDA) NÃO PASSOU À PRÁTICA** | AUTORA: ANA FILIPA OLIVEIRA
- 2013 **FACTSHEET COOPERAÇÃO PORTUGUESA: UMA POLÍTICA DE ESTADO?** | AUTORA: ANA FILIPA OLIVEIRA
- 2013 **AS ONGD E A QUALIDADE, EM TODOS OS CAMPOS E LATITUDES** | AUTORA: FÁTIMA PROENÇA
- 2012 **ESTUDO SOBRE AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA EM PORTUGAL** | AUTORA: RAQUEL FREITAS
- 2012 **RELATÓRIO AID WATCH 2012 - UMA LEITURA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA DESDE 2003** | AUTORA: ANA FILIPA OLIVEIRA
- 2011 **A EFICÁCIA DA AJUDA E DO DESENVOLVIMENTO** | AUTORES: VÁRIOS
- 2010 **A ESTRATÉGIA CONJUNTA ÁFRICA-UE: ANÁLISE E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO APÓS A CIMEIRA UE-ÁFRICA** | AUTORA: PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA
- 2009 **GUIA DOS RECURSOS HUMANOS PARA A COOPERAÇÃO** | AUTOR: GT RHC DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD
- 2007 **FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL EURO-AFRICANA** | AUTOR: PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD
- 2006 **COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A OPINIÃO PÚBLICA EM PORTUGAL** | AUTOR: PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



ONGD ASSOCIADAS

- **ABRAÇO** ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA
- **ACEP** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
- **ACGB** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU
- **ADDHU** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
- **ADPM** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
- **ADRA** ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
- **AIDGLOBAL** ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
- **AJAP** ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
- **AMU** COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO
- **APCD** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO
- **APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
- **APOIAR** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA
- **APDES** AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
- **ASSOCIAÇÃO HELPO**
- **ASSOCIAÇÃO PAR** RESPOSTAS SOCIAIS
- **ATA** ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA
- **ATLAS** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
- **BATOTO YETU** PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL
- **CÁRITAS PORTUGUESA**
- **CEAUP/ONGD** CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
- **CHAPITÔ**
- **CIDAC** CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
- **CPR** CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
- **E&O** ENGENHO E OBRA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
- **EAPN PORTUGAL** REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
- **EPAR** DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL
- **EQUIPA D'ÁFRICA**
- **FCL** FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
- **FEC** FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
- **FGS** FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
- **FUNDAÇÃO BOMFIM**
- **FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT**
- **FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO**
- **G.A.S. PORTO** GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO
- **GRAAL** ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
- **GTO LX** GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO DE LISBOA
- **IED** INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

- **IMVF** INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
- **ISU** INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA
- **LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**
- **LIGAR À VIDA** ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO
- **MDM P** MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
- **MENINOS DO MUNDO**
- **MG** MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
- **MONTE** DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE
- **MSH** MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
- **MUNDO A SORRIR** ASSOCIAÇÃO MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
- **OIKOS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- **OMAS / LBN** OBRA MISSIONÁRIA DE ACÇÃO SOCIAL / LEIGOS BOA NOVA
- **ORBIS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- **PRO DIGNITATE** FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS
- **RAIA HISTÓRICA** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA
- **ROSTO SOLIDÁRIO** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
- **SAÚDE EM PORTUGUÊS**
- **SOLSEF** SOL SEM FRONTEIRAS
- **SOPRO** SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
- **TERRAS DENTRO** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
- **TESE** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
- **UMP** UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
- **UNICEF** COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF
- **URB-ÁFRICA** ONG PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
- **VIDA** VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
- **VITAE** ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
- **VSF** VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
- **WACT** WE ARE CHANGING TOGETHER



ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA

A ONGD

A ABRAÇO é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) e ONGD sem fins lucrativos de prestação de serviços na área do VIH/SIDA.

Foi constituída por escritura pública em Junho de 1992, dando continuidade ao trabalho de um pequeno número de voluntários que, desde Dezembro de 1991, prestava apoio psicológico, social e material a seropositivos internados na Unidade de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Egas Moniz e que paralelamente tentava melhorar as condições hospitalares.

A sua acção tem cobertura a nível nacional, dispondo de três centros de trabalho na área da grande Lisboa, dois na área do grande Porto, um aberto em Dezembro de 1994 e o outro em Dezembro de 2009, um no Funchal, aberto em Dezembro de 1995, e um em Setúbal, aberto em Dezembro de 2001.

A Associação está organizada por núcleos e delegações regionais, cada um deles reportando a um dos três membros da Comissão Executiva. Actualmente, a Associação conta com cerca de 460 sócios e diversos voluntários.

Desde Fevereiro de 2011, a Abraço é formalmente reconhecida como Entidade Formadora, pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), através da Informação nº 113/DSQA/10/02/2011, daquele organismo.

MISSÃO

A missão da Associação Abraço, na qualidade de Organização sem Fins Lucrativos, consiste em facultar apoio a pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA, ou seja, seropositivos e respectivas famílias, e ainda prevenir a infecção pelo VIH/SIDA, através da informação e sensibilização, do auxílio médico, psicológico, sociológico, jurídico, e da promoção de iniciativas de apoio no trabalho ou em situações sociais precárias. Adicionalmente, tem o objectivo de promover a autonomia e a individualidade da pessoa, bem como actuar de forma integrada sobre os factores de exclusão social, privilegiando o desenvolvimento de respostas ajustadas às necessidades identificadas, de maneira a contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

Tem também por objectivo a formação na área do VIH/SIDA, tendo como finalidade o aumento do conhecimento e subsequente diminuição de estigma associado. Colabora e desenvolve internamente e em parceria estudos e investigações científicas nas diversas áreas do VIH/SIDA. Actualmente pretende o reconhecimento da autonomia das Delegações Norte, Sul e Ilhas e trabalhar todo o conceito de internacionalização da ABRAÇO através de projectos a serem elaborados em parceria.

METAS E OBJECTIVOS

- Contribuir para o aumento dos meios de apoio materiais, humanos e financeiros existentes para pessoas infectadas ou afectadas pelo vírus VIH/SIDA, seja através do fornecimento de serviços específicos a este tipo de público-alvo, seja através da formação de técnicos ou outros profissionais que desenvolvem actividade no sector da saúde ou similar;
- Prevenir a infecção, dirigida à população em geral e, especialmente, aos jovens, utilizadores de droga, trabalhadores do sexo, mulheres, gays, transgenders e reclusos;
- Lutar contra a discriminação e o estigma, e defender dos direitos das pessoas infectadas;
- Ser reconhecida como a entidade referência na prestação de apoios e serviços para pessoas infectadas com o vírus VIH/SIDA;

- Pautar a sua actuação com o máximo de respeito pela condição e dignidade da pessoa infectada pelo vírus HIV/SIDA;
- Inovar os serviços que presta aos seus utilizadores de modo a encontrar soluções e apoios cada vez mais eficazes e eficientes para todos os seus utilizadores.

CONTACTOS:

Sede: Largo José Luís Champalimaud, nº 4-A, 1600-110 LISBOA

Telefone: 21 799 75 00 * **Fax:** 21 799 75 09

E-mail: geral@abraco.pt * **Website:** www.abraco.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 5 de Junho de 1992

Natureza Jurídica: IPSS, reconhecida como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento sem Fins Lucrativos

Responsável máximo: Gonçalo Lobo, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Itália (Projecto “Construir um Desenvolvimento Possível”) e **Marrocos**.

A encetar esforços no sentido de estabelecer parcerias no Burkina Faso, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Investigação, Prevenção e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Brasil, Marrocos

Outros - Cedência de material escolar, livros infantis, roupas, calçado, brinquedos, jogos

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

No âmbito do território nacional, os principais grupos-alvo, num contexto de VIH/SIDA, são: **Homossexuais, Transsexuais, Utilizadores de drogas intravenosas ou outras, Pessoas sem abrigo, Homens, mulheres e crianças, Imigrantes, Jovens (população escolar), Trabalhadores/as do sexo, Reclusos e População em geral.**

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal - Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas, Enfermeiros, Agentes de Apoio Domiciliário, Infeciologista, Professor de Educação Física, Serviços Financeiros, Recepcionista, Administrativos, Serviços de Marketing, Técnicos de Prevenção, Conselheiros de VIH/SIDA, Profissionais de Comunicação, Tradutor/Intérprete.

Estagiários - Assistentes sociais, Psicólogos, Estudantes no Âmbito do Programa Da Vinci (já ocorreram estágios, neste contexto, em dois períodos distintos, no ano de 2009, sob a alçada do Departamento de Cooperação Internacional, em parceria protocolada com a Intergarbe - Centro de Línguas), Médicos e Enfermeiros.

Voluntários – Fotógrafa, Polivalentes, Gráfico, Psicólogos, Matemáticos, Actores, Modelos; etc

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Action AIDS Europe
- AIDS Alliance
- Rede Positivo PT
- World AIDS Campaign

PUBLICAÇÕES

21 Cartas de Amor, publicado em Junho de 2013.

Boletim Informativo sobre VIH/SIDA, trimestral, divulgado no site e na plataforma issuu.com, e também em papel.

Newsletter sobre VIH/SIDA, mensal, divulgada no site.

Folheto Informativo sobre VIH/SIDA, em papel e divulgado no site.

VIH, o Bicho da SIDA de Rui Zink, em prol da Casa Ser Criança, lançado a 1.12.2008 (livro para crianças).

Viver com a Dose Diária (livro direccionado para toxicodependentes, reclusos ou não), lançado em 2007.

Escrita de Luz, de Margarida Martins, Livro de Fotos sobre Marrocos em prol das crianças da Casa Ser Criança da Abraço Madeira e da Liga Marroquina para a Infância de Laâyoune e Rabat-Salé, lançado a 1.12.2009.

Crónicas de um Vírus, parceria da Abraço com a Gilead e a BMS, em prol da Casa Ser Criança, lançado a 1.12.2010.

Vídeos, postais, cartazes de Campanhas.

DVDs “Histórias de África”, em parceria com a Global Dialogues e a Santa Claus Produções, entre outras entidades, pretendendo também este material ser um alerta e uma tentativa de pôr cobro ao estigma e à discriminação e a motivação para a prevenção e o diagnóstico precoce. Adicionalmente, como os cenários são em África, servem os mesmos, de igual modo, para despertar consciências e gerar alertas para a infecção pelo VIH/SIDA.



ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

A ONGD

Constituída no início da década de 90, a Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) define como objectivo da sua intervenção contribuir para um mundo mais equitativo e solidário, através da construção de laços de cooperação e de reforço mútuo, entre expressões de cidadania, em particular nos países de língua oficial portuguesa.

Para tal, a ACEP promove também processos de pesquisa, reflexão e debate, em colaboração com outras organizações e instituições, enquanto contributos para novas formas de construção de conhecimento novo, útil e partilhado, enfrentando múltiplos desafios de mundos em mudança.

No trabalho de sensibilização e de advocacia junto da opinião pública, a ACEP procura documentar e desocultar experiências e contextos do Desenvolvimento, na recusa de estereótipos e visões simplistas, aliando preocupações éticas e estéticas, com a colaboração de profissionais do jornalismo e de várias formas de criação artística.

MISSÃO

Os desafios da ACEP: manter os princípios, inovar, aprendendo com as experiências de outros e com a realidade envolvente, a ACEP tem procurado dar corpo a um projecto coerente, baseado em princípios transversais às políticas, práticas e modelos organizativos. A democracia participativa, a solidariedade entre iguais, a integralidade dos direitos humanos, o respeito pela diferença e a partilha de conhecimento estão na base de projectos e acções, norteados por uma ética de transparência na gestão dos meios, das relações, aliada a uma estética valorizadora do outro nas formas e conteúdos da Comunicação. Pela ACEP passa uma procura permanente de novas abordagens e de novas contribuições para a cooperação entre diferentes espaços de cidadania, assente naqueles princípios.

CONTACTOS

Sede: Avenida Santos Dumont, n.º 57, 4.º esq., 1050-202 Lisboa

Telefone: 217 950 175 * **Fax:** 217 950 176

E-mail: info@acep.pt * **Website:** www.acep.pt

Skype: acep.ongd * **Redes Sociais:** www.facebook.com/ACEP.ONGD e www.twitter.com/ACEP_ongd

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 11 de Setembro de 1990

Natureza Jurídica: Estatuto de ONGD e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Responsável máximo: Fátima Proença, presidente do Conselho Directivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Cabo Verde, Guiné-Bissau

Direitos Humanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Portugal

Migrações – Timor-Leste

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Guiné-Bissau

Questões de género – Portugal

Segurança alimentar – Cabo Verde, Guiné-Bissau

PROJECTOS E ACÇÕES

Meninos de Rua : inserção e inclusão - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Grupos-alvo: crianças e jovens desinseridos das famílias ou das comunidades de origem, OSC, instituições públicas, escolas, jornalistas e encarregados de educação

Esta acção desenvolvida em parceria com organizações locais que intervêm na protecção de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social nos cinco PALOP e Timor-Leste procura inovar nos modelos de apoio a crianças e jovens excluídos ou em risco, com recurso a expressões artísticas e a sensibilização das respectivas sociedades. Esta acção foi acolhida e financiada pela CPLP e cofinanciada pela FCG e Fundação Alta Mane. Mais informação em www.vozes-de-nos.blogspot.pt.

Reforço das condições de produção e apoio à promoção e comercialização dos produtos Sabores D’Nha Terra - Cabo Verde

Grupos-alvo: Organizações Comunitárias de Base, mulheres, jovens, pequenos agricultores e pescadores. Dando continuidade às acções anteriormente desenvolvidas na ilha de Santo Antão, este projecto visa melhorar as competências de promoção e comercialização dos produtos locais, bem como o reforço à produção através da diversificação e aumento do seu valor acrescentado. Este projecto conta com o financiamento do CICL.

Casa dos Direitos: Redes e Recursos para o Desenvolvimento - Guiné-Bissau

Grupos-alvo: organizações da sociedade civil guineense, *media* e decisores

Este projecto define-se como uma iniciativa promotora de diálogo entre diversos sectores da sociedade, a partir de um espaço físico em Bissau (a “Casa dos Direitos”), à volta da promoção dos direitos humanos, nas suas múltiplas dimensões. A “Casa” funciona como espaço de debate, de iniciativas culturais, centro de recursos de informação e de acolhimento de iniciativas de outros. A “Casa” assenta numa parceria com oito organizações, sendo a Liga Guineense de Direitos Humanos a coordenadora a nível nacional e a ACEP a nível internacional. É cofinanciado pelo CICL e pela FCG. Acompanhe as actividades em <http://www.casadosdireitos-guinebissau.org>.

Observatório dos Direitos - Guiné-Bissau

Grupos-alvo: organizações da sociedade civil guineense, *media* e decisores

Trata-se de uma iniciativa conjunta da Liga Guineense de Direitos Humanos, da ACEP e do CEAs/ISEG com vista a promover a recolha e tratamento de informação de qualidade sobre direitos humanos na Guiné-Bissau, com Antenas em todas as regiões, e a disponibilizá-la a todos os interessados. Inclui também o reforço de organizações da Sociedade Civil nos domínios da

advocacia e da comunicação em direitos humanos. Irá promover boas práticas jornalísticas, incluindo a criação de um prémio anual. É cofinanciado pela UE e CICL.

Impunidade, Injustiça, Insegurança: Violações intoleráveis dos Direitos Humanos - Guiné-Bissau

Grupos-alvo: organizações da sociedade civil guineense, media e decisores

Este projecto procura pesquisar e debater as causas da impunidade, vista como um dos principais factores de instabilidade e de violação dos direitos humanos. Inclui a realização de um estudo a nível nacional, documentários vídeo a nível nacional e internacional, promoção de iniciativas de sensibilização com a colaboração de um grupo de teatro e de rádios comunitárias, formações e uma conferência internacional sobre o tema. O projecto é uma iniciativa conjunta da Liga Guineense de Direitos Humanos e da ACEP. É cofinanciado pela UE.

Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara - Guiné-Bissau

Grupos-alvo: Organizações Comunitárias de Base, mulheres, jovens, autoridades locais, tradicionais e religiosas, autoridades sanitárias locais.

Esta acção tem como objectivo contribuir para a melhoria dos níveis de segurança alimentar e o aumento do bem-estar socioeconómico das comunidades de Tite, Fulacunda, Buba e Empada, através de uma abordagem integrada das componentes de produção, transformação, nutrição e saúde. O projecto é financiado pela FCG.

Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: Comunicação, Capacitação, Advocacia - São Tomé e Príncipe

Grupos-alvo: organizações da sociedade civil santomenses, media e decisores políticos

Trata-se de uma acção que pretende reforçar as capacidades de monitoria de políticas públicas e advocacia da Federação das ONG em São Tomé e Príncipe (FONG-STP, parceira neste projecto) e das suas associadas e criar espaços de debate e mecanismos de informação de qualidade e de sensibilização sobre transparência e boa governação e sobre oportunidades de participação no diálogo político e social, para as organizações da sociedade civil e cidadãos em geral. É cofinanciado pela UE e CICL e está disponível para consulta em <http://sociedadecivilstp.blogspot.pt>.

Alfabeto do Desenvolvimento - Portugal

Grupos-alvo: estudantes, jornalistas, académicos, público em geral

Partindo da ideia da criação de um alfabeto composto por conceitos que traduzissem uma visão do Desenvolvimento, foram desafiados académicos, jornalistas e fotojornalistas a pensar e “emprestar” a sua visão sobre determinados conceitos. O resultado foi reunido em livro e numa exposição itinerante em Portugal e nas capitais de países em desenvolvimento como Guiné-Bissau e Cabo Verde. Um projecto ACEP, Associação In Loco e CEsa/ISEG, com financiamento do CICL, FPA e FCT, para conhecer em <http://projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento>.

e-stórias d'igualdade - Portugal

Grupos-alvo: estudantes, media, organizações da sociedade civil portuguesa

Este projecto procurou sensibilizar profissionais e estudantes de comunicação sobre a questão da igualdade de género e consciencializar sobre a presença de estereótipos nos media e sobre o papel central da comunicação na eliminação dessas distorções – seja nas mensagens jornalísticas, seja nas publicitárias. Em simultâneo, procurou envolver organizações da sociedade civil com trabalho na área da igualdade de género que sentem, muitas vezes, dificuldade em divulgar ou dar visibilidade às suas iniciativas. Financiado pelo POPH. Mais informações em www.e-storiasdigualdade.com

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, colaboradores locais, estagiários e voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Animar
- Cidadania & Território
- CIVICUS.

PUBLICAÇÕES

Alfabeto do Desenvolvimento (2012), ACEP e outros

Engenho de Rua - Modelos de intervenção com crianças em situação de vulnerabilidade/exclusão em Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (2011), Orlando Garcia (coord.)

Engenhos de Rua - Modelos de intervenção com crianças em situação de vulnerabilidade/Exclusão em países da CPLP (2013), Orlando Garcia (coord.)

Portugal e África - Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento (2012), ACEP e outros

A Sociedade Civil e as Políticas Públicas em São Tomé e Príncipe (2012), ACEP (coord.). Edição conjunta ACEP e FONG-STP

Vozes de Nós - Bissau, São Tomé, Huambo (2011), Alain Corbel (coord.)

Vozes de Nós - Díli, Maputo, Praia (2013), Alain Corbel (coord.)

E-Stórias d'Igualdade (2013), ACEP e outros

Novo País, Novas Necessidades, Novas Respostas - A Migração Irregular de Trabalhadores em Timor-Leste (2013), Tânia Santos e Carlos Alberto Florindo



ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

CONTACTOS

Sede: Casa de João Velho , Largo do Instituto Histórico do Alto Minho , 4900-522 , Viana do Castelo

E-mail: acgb.geral@gmail.com * **Website:** associacaocguinebissau.blogspot.pt

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A ONGD

A ADDHU – Associação de Defesa dos Direitos Humanos - é uma ONGD portuguesa e Instituição de Utilidade Pública, ao abrigo dos artigos 8º e 12º da Lei 66/98 de 14 de Outubro, que trabalha no campo da defesa dos direitos humanos e ajuda humanitária.

A ADDHU nasceu do empenho na luta pela libertação da Birmânia e do Prémio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi. A sua fundadora, Laura Vasconcellos, escritora e professora universitária, após uma viagem a esse país em 1997, regressou com a determinação de responder aos apelos que lhe foram feitos aquando da sua visita: “be our voice outside” (“sê a nossa voz lá fora”).

A ADDHU tem por objecto social a concepção, execução e apoio a programas e projectos de informação, educação e desenvolvimento destinados a promover as liberdades e a protecção dos direitos do cidadão em todos os seus aspectos, no respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

MISSÃO

Auxiliar todos aqueles que implícita ou explicitamente necessitem de auxílio, de acordo com os meios e recursos disponíveis, quer em território nacional, quer no estrangeiro.

METAS E OBJECTIVOS

- Concepção, execução e apoio a programas e projectos de informação, educação e desenvolvimento destinados a promover as liberdades e a protecção dos direitos do cidadão em todos os seus aspectos, no respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Continuar a consolidação da ADDHU como ONGD.
- Consolidar os actuais projectos e implementar novos projectos.
- Continuar a privilegiar o trabalho em parceria.

CONTACTOS:

Sede: Rua D. João V, nº19, 5º esquerdo, 1250-089 Lisboa

Telefone: +351 213 869 331

E-mail: info@addhu.org * **Website:** www.addhu.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 21 de Agosto de 2006

Natureza Jurídica: ONGD

Responsável máximo: Laura Vasconcellos, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Nepal, Portugal e Quênia.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda Humanitária, Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Educação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal/Nepal/Quênia

Cultura – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Quênia

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal/Quênia/Nepal

Questões de género - Quênia

Refugiados - Quênia

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade Educativa alargada - Portugal

Populações Vulneráveis - Quênia

Comunidade Rural - Nepal

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Estagiários; Voluntários



ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

A ONGD

A ADPM foi criada em 1980, é uma entidade privada sem fins lucrativos, reconhecida como Instituição de Utilidade Pública em 1988 e registada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento desde 2002.

Em 2013 recebeu:

- Prémio Maria José Nogueira Pinto, em Responsabilidade Social;
- Prémio “DRYLANDS CHAMPIONS”, Convecção das Nações Unidas no Combate à Desertificação.

MISSÃO

A missão da ADPM prende-se fundamentalmente com o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios onde intervém, partilhando estrategicamente com entidades públicas e privadas, mas igualmente com os cidadãos, a responsabilidade de participação activa nas dinâmicas dos seus próprios processos de desenvolvimento sustentável.

METAS E OBJECTIVOS

- Diagnosticar carências locais e regionais, envolver e captar interesses para a definição de programas e projectos capazes de alcançar os fins da sua satisfação;
- Redistribuir recursos, incentivando a criatividade com vista ao desenvolvimento auto-sustentado e duradouro;
- Promover intercâmbios e a cooperação entre grupos, especialmente dos mais desfavorecidos e dos que apresentam carências especiais, com particular atenção para os povos do sul;
- Promover e colaborar na promoção de iniciativas de outras entidades, visando a educação para o desenvolvimento, designadamente ao nível das atitudes dos agentes económicos e políticos mas também das escolas e dos jovens com particular atenção para a igualdade entre homens e mulheres;
- Promover e colaborar em iniciativas e acções que, respeitando a cultura dos povos, contribuam para minorar as carências das vítimas de catástrofes naturais ou humanas.

CONTACTOS

Sede: Largo Vasco da Gama, 7750-328 Mértola

Telefone: 286 610 000 * **Fax:** 286 610 001

E-mail: geral@adpm.pt * **Website:** www.adpm.pt

Redes Sociais: [facebook.com/adpmmertola](https://www.facebook.com/adpmmertola)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 16 de Dezembro de 1980

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Jorge José Horta Revez - Presidente da Direcção

A ADPM É TAMBÉM:

ONGA e ADL

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde, Marrocos, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Moçambique

Cultura – Marrocos, Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Cabo Verde, Moçambique, Portugal

Desenvolvimento Económico – São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Portugal

Direitos Humanos – Cabo Verde, Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Cabo Verde, Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Cabo Verde, Moçambique, Portugal

Planeamento Familiar – Moçambique, Cabo Verde

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique, Cabo Verde, Portugal

Questões de género – Moçambique, Cabo Verde, Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique, Cabo Verde

Saúde - Moçambique

Segurança alimentar - Moçambique

PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural Sustentável de Ribeira das Patas - Cabo Verde

Grupos-alvo: crianças e jovens

Desenvolver Monapo - Construir o Futuro - Moçambique

Grupos-alvo: alunos, professores, comunidades, técnicos de saúde

Cultivá Bô Tchôn defendendo Ambiente - Cabo Verde

Grupos-alvo: agricultores, crianças e jovens

Promoção de Produtos Locais - São Tomé e Príncipe

Grupos-alvo: jovens, mulheres desempregados

ALTERCEXA II Energias Alternativas no Centro - Alentejo (Portugal) e Extremadura (Espanha)

Cordão verde para os Territórios Rurais - Portugal e Espanha

Acções Estratégicas para Valorização, Promoção e Internacionalização dos Recursos Silvestres do Sul de Portugal - Portugal

Plantas Aromáticas e Medicinais no Monte do Vento - Portugal

Educar para os valores naturais do Vale do Guadiana - Portugal

RIOS - Rede de Inovação e Oportunidades para a Sustentabilidade - Portugal

Princípios, Práticas e Políticas na Construção de Desenvolvimento Local Rural: Casos de Sucesso no Baixo Alentejo - Portugal

Estratégia para o desenvolvimento e promoção da Fileira dos Recursos Micológicos no Baixo Alentejo - Portugal

PIP – Pastores e Sabores - Portugal

Comingua – Plataforma Digital de Conhecimento e comunidade de Investigadores da Bacia Hidrográfica portuguesa do rio Guadiana - Portugal

Capival / Vinepac – Capitalizing on Validpack;: going Europe Wide: Lifelong Learning Programme - Portugal, França, Itália e Holanda

Tudo a Monte - Portugal

Grupos-alvo: população idosa

Sobre Rod@s - Portugal

Grupos-alvo: população idosa

Encaixa-te - Portugal

Grupos-alvo: crianças e jovens

Stop Unemployment Challenges and opportunities in Europe - Portugal e Espanha

Grupos-alvo: jovens

Projecto Margens - Portugal

Grupos-alvo: população idosa

Outros projectos em 2013

Organizações de diversos Encontros Juvenis

Organização e dinamização do I Festival dos Chás e Ervas do Mundo

I Semana Aberta do Mel do Alentejo

I Semana Gastronómica do Cogumelo e da Túbera

Participação na BIOFACH, Nuremberga,

Organização de Colónias de Férias e outras actividades para crianças e jovens

Workshops diversos

Formação profissional (Inglês, Espanhol/Castelhano)

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal - 45 colaboradores com diferentes formações académicas: serviço social, economia, contabilidade, engenharia ambiente, engenharia florestal, animação cultural, sociologia;

Colaboradores locais - 8 animadores; **Estagiários**: - 2 estágios profissionais; **Voluntários** - 4.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ACOS - Associação de Criadores de Ovinos do Sul

- ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.
- Agrobio - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica
- Alentejo XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural
- Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
- Associação Terras do Baixo Guadiana
- CEVRM - Centro de Excelência para a Valorização de Recursos Mediterrânicos, SA
- CNA - Confederação Nacional da Agricultura
- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
- Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
- Cooperativa Agrícola do Guadiana, C.R.L.
- GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
- Ideia Alentejo - Associação para a Inovação do Alentejo
- IUCN, International Union for Conservation for Nature
- NERBE - Núcleo Empresarial da Região de Beja
- Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado

PUBLICAÇÕES

DVDs

Cooperar sem fronteiras – caminhos abertos para o desenvolvimento local sustentável

Livros

Rota das tabernas alentejanas – encontros e tradições

Moirais de Mértola – paisagens humanas do baixo Alentejo

A travessia do Guadiana em Mértola – As barcas e a ponte



ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

A ONGD

A ADRA Portugal foi fundada em 2000 e é membro de uma Rede Internacional a ADRA, Adventist Development and Relief Agency, fundada em 1980 pela Igreja Adventista do Sétimo Dia e com sede nos Estados Unidos da América.

A ADRA Portugal recebeu o registo como ONGD, por parte do IPAD, actual Camões, I.P., em Junho de 2001 e tornou-se membro da Plataforma Portuguesa das ONGD, em 2003.

Desde a sua génese, a ADRA Portugal tem apoiado projectos em vários países espalhados pelo mundo, sobretudo nos PALOP.

Como está ligada à Rede ADRA International, presente em 125 países, a ADRA Portugal cria parcerias com os escritórios ADRA nos países onde implementa projectos. Os programas que promove são de Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária de Emergência e são realizados envolvendo, de forma participativa, as populações mais desfavorecidas ou que são afectadas por catástrofes.

A ADRA Portugal desempenha também um papel importante no apoio social às comunidades mais desfavorecidas de 60 localidades do nosso país. Os voluntários da ADRA – Portugal apoiam centenas de famílias providenciando os meios de que necessitam para escaparem do ciclo da pobreza.

MISSÃO

A ADRA trabalha com pessoas em situação de pobreza, vulnerabilidade e emergência, capacitando-as e envolvendo-as em processos de desenvolvimento, cooperação e acção responsável, a fim de proporcionar mudanças positivas e promover a equidade.

VISÃO

A ADRA integra uma rede profissional, de conhecimento e eficiência, e é uma Organização de referência a nível nacional.

Pela sua acção, a ADRA promove o direito a uma vida digna e facilita oportunidades sociais, morais e intelectuais aos indivíduos com quem interage.

METAS E OBJECTIVOS

- Responsabilidade Social e Acção Social

A ADRA baseia-se na visão bíblica da Responsabilidade Social e enfatiza o pensamento da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) sobre o compromisso de acção social baseada na fé, respondendo eficazmente às necessidades das pessoas e comunidades onde está inserida.

- Cooperação e Acção Humanitária

A ADRA Portugal é um actor de apoio a projectos de cooperação para o desenvolvimento e de ajuda de emergência.

- Educação para o desenvolvimento e *Advocacy*

A ADRA cria uma estrutura de Educação para o Desenvolvimento que promove o conhecimento e a consciencialização para situações sociais menos favoráveis, mantendo uma presença ativa junto da sociedade civil na promoção do bem comum.

- Comunicação e Organização de Recursos

As actividades da ADRA são apoiadas por uma estrutura organizacional ágil e eficaz, relevando uma cultura de comunicação que facilite o acesso à informação e promova os seus valores e princípios.

CONTACTOS

Sede: Rua Ilha Terceira, nº3 – 3º, 1000-171 Lisboa

Telefone: 213 580 535 * Fax: 213 580 536

E-mail: info@adra.org.pt

Website: www.adra.org.pt * Redes Sociais: [facebook.com/pages/ADRA-Portugal](https://www.facebook.com/pages/ADRA-Portugal)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 3 de Março de 2000

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: João Martins, Director Executivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Burkina Faso, Filipinas, Malawi, Moçambique, Mongólia, São Tomé e Príncipe, Somália e Timor-Leste.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Timor-Leste, Filipinas, Haiti

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Burkina Faso

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Mongólia

Desenvolvimento Económico – Equador, Mongólia

Direitos Humanos – Mongólia

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – São Tomé e Príncipe, Burkina Faso, Timor-Leste

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, Mongólia

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Somália

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Filipinas, Haiti, Timor-Leste

Saúde – Malawi

Segurança alimentar - Somália

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Pessoas de todas as idades, etnias ou raças em situações de pobreza, vulnerabilidade e emergência

PROJECTOS E ACÇÕES

Projecto de apoio a micro-empresas de mulheres - Equador

Projecto de apoio às vítimas da fome e da seca - Somália

Projecto das escolas primárias - Burkina Faso

Projecto de desenvolvimento de um centro comunitário de reabilitação de crianças deficientes - Mongólia

Projecto ADRA Kids - São Tomé e Príncipe

Projecto de construção de escola- São Tomé e Príncipe

Projecto Uma Tolu de Construção de Rede de Água - Timor-Leste

Projecto de cooperativas de desenvolvimento micro-económico - Mongólia

Projecto de renovação de estruturas de escola primária - Timor-Leste

Projecto de apoio às vítimas do tufão Haiyan - Filipinas

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Cooperantes, Estagiários e Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ADRA - Adventist Development and Relief Agency
- Categoria Consultiva 1 da ONU

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

A ONGD

A AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global nasceu, em 2006, após uma experiência de voluntariado da sua fundadora, Susana Damasceno, em Moçambique, para perseguir um sonho: que todas as crianças tenham acesso à Educação e aos livros. Foi assim que se iniciou um programa denominado “Passaporte para a Leitura” de apoio integrado às bibliotecas municipais e escolares, na Província de Gaza, em Moçambique, para além de outros projectos pontuais realizados na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

Este programa integra-se na Visão da Organização. A AIDGLOBAL ambiciona um mundo mais justo, igualitário e sustentável com elevados níveis de literacia e educação, inerentes a uma cidadania activa.

MISSÃO

Identificar, desenhar e implementar estratégias e acções que contribuam para eliminar as dificuldades de acesso à educação, combater a iliteracia e promover o exercício de uma cidadania activa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cooperando com as populações e autoridades locais.

METAS E OBJECTIVOS

As metas e objectivos da organização vão ao encontro do seu lema: Educação para um Mundo mais Justo e Sustentável. É por isso que o grupo-alvo dos nossos projectos são crianças, em situação vulnerável, com pouca ou nenhuma possibilidade de completarem os níveis de ensino básico ou intermédio. Nesse sentido, e para chegar ao maior número de beneficiários dentro de uma comunidade, a organização tem apostado na criação e reforço de bibliotecas.

Simultaneamente, as necessidades de conhecimento identificadas na sociedade portuguesa, sobre as questões globais têm incentivado a Organização a desenvolver projectos de Cidadania Global, especificamente nas escolas e através da formação de professores, levando à sala de aula temáticas de Educação para o Desenvolvimento, tais como Interculturalidade, Água, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Meio Ambiente ou Direitos da Criança.

CONTACTOS

Sede: Quinta da Vitória, Lote D, piso -1, Loja Esquerda / Fração “B” 2685-181 Portela (Loures)

Telefone: 218 946 028 * **Telemóvel:** 960 486 838

E-mail: geral@aidglobal.org * **Website:** www.aidglobal.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 4 de Novembro de 2005

Natureza Jurídica: Associação de Direito Privado sem Fins Lucrativos, de Natureza Altruísta

Responsável máximo: Susana Damasceno, Presidente de Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, particularmente Moçambique.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Moçambique

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação formal – Portugal

Educação Não formal – Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade local dos Distritos de Xai-Xai, Chibuto e Chówkè, na Província de Gaza (Moçambique).

Comunidade educativa dos Concelhos de Loures e de Lisboa, **crianças e jovens**, em Portugal, com idades dos 4 aos 18 anos, **professores e outros agentes educativos**.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Cinco **colaboradores em Portugal** e três **colaboradores locais**, em Moçambique.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Campanha Global pela Educação
- Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ)

PUBLICAÇÕES

Newsletter mensal e informações periódicas, publicadas através do site ou enviadas por correio electrónico.



AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

A ONGD

A AJAP é uma ONGD que desenvolve projectos de Cooperação desde 1984, tendo iniciado o seu trabalho com a criação e acompanhamento de Delegações em todos os PALOP. De forma sintética, os projectos mais relevantes desenvolvidos referem-se à Formação Profissional em Moçambique, Instalação de Jovens Agricultores Portugueses em parceria com Jovens Agricultores Moçambicanos, concepção de Manuais Técnicos, relativos à área agrícola, distribuídos por todos os PALOP, entre outros, de enfatizar os projectos de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

MISSÃO

A Missão da AJAP enquanto ONGD prende-se essencialmente com duas vertentes, por um lado o desenvolvimento de projectos de cariz social, direccionados para a erradicação da pobreza e exclusão social, por outro lado, inclui-se na missão da AJAP o forte contributo para a Internacionalização das Empresas Agrícolas Portuguesas.

METAS E OBJECTIVOS

A curto prazo constituem objectivos da AJAP reforçar os laços de cooperação com Angola e Guiné-Bissau, através do desenvolvimento de vários projectos agrícolas. No caso particular de Moçambique, o objectivo prende-se com a continuidade do projecto de instalação de Jovens Agricultores em parceria com Jovens agricultores Moçambicanos.

CONTACTOS

Sede: Rua D. Pedro V, nº 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Telefone: 213 244 970 * Fax: 213 431 490

E-mail: ajap@ajap.pt * Website: www.ajap.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: Março de 1983

Natureza Jurídica: Associação Privada sem fins lucrativos

Responsável máximo: José Firmino Brunhoso Cordeiro, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Instalação e Acompanhamento de J.A - Moçambique

Formação profissional – Formação na área Agrícola - Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Apoio Pequenos Agricultores - São Tomé e Príncipe

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Agricultores, Comunidade Educativa Alargada, Estudantes Universitários.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores Locais, Estagiários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES:

- CEJA
- EUROMONTANA

PUBLICAÇÕES

Revista “**Jovens Agricultores**”, trimestral, distribuída pelos Associados, Principais Feiras Nacionais e dos PALOP

AJAP OBJECTIVA - Newsletter mensal

Livros Técnicos - Área Agrícola

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

A ONGD

A AMU é uma instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos (constituída em 1994), e com o estatuto de ONGD. Nesse ano, a AMU começou a desenvolver o seu âmbito de acção nas áreas de Acolhimento e Inserção, principalmente de imigrantes provenientes dos PALOP, aproveitando o relacionamento criado no seio das comunidades de imigrantes para identificar as ideias de viabilidade de execução de projectos de cooperação em prol do desenvolvimento dos seus países de origem. Deste modo, conseguiu a mobilização das pessoas sensíveis à sua concretização dotando-as dos meios adequados e da preparação necessária para a promoção dos mesmos. Assim, a AMU passa à execução e implementação de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento paralelamente com a área de intervenção na ajuda humanitária. Nesta linha, inicia também acções de voluntariado internacional como meio de apoio às iniciativas tomadas e levadas a bom porto.

Com o decorrer do tempo, a AMU tem vindo a orientar a sua intervenção para outras áreas como a Educação para o Desenvolvimento através de iniciativas de sensibilização da opinião pública para as diversidades existentes ao nível dos países emergentes e da realização de acções de intercâmbio, de formação e de educação ao desenvolvimento. Como ONGD tem orientado as suas acções de cooperação internacional tendo sempre em vista o cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) implementado pela Organização das Nações Unidas no virar do século XXI.

A AMU, na medida do possível, tenta conjugar as suas actividades com a vertente da economia social, em que se destaca o projecto “Economia de Comunhão” que dá primazia a uma Economia mais justa e participativa em que a globalização da sociedade adquire um contexto mais sólido e alicerçado.

A IPSS

Desde 2007 a AMU é também uma Instituição Particular de Solidariedade Social registada na Direcção Geral da Segurança Social. Neste âmbito passou a desenvolver projectos na área da acção social e na prestação de serviços no apoio à infância, juventude, população activa carenciada (como famílias), terceira idade, exclusão social e na resolução de problemas de integração social.

Nesta óptica são criadas as 2 Delegações – Braga e S. João da Madeira – cuja principal função é o exercício da acção social nas respectivas regiões e cujo objectivo se centra no apoio às populações mais carenciadas através de programas, parcerias locais e actividades solidárias. Dentro desta área, estão em funcionamento a Loja Social (Braga) e o Bazar Comunitário (S. João da Madeira) que disponibilizam uma panóplia de bens cujas receitas servem para suprir as necessidades dessas populações mais necessitadas.

MISSÃO

Favorecer o desenvolvimento de uma humanidade na qual cada povo possa exprimir plenamente a sua singularidade na diversidade dos povos e participar com o seu contributo insubstituível, através do conhecimento e doação recíprocos das suas riquezas espirituais, culturais e materiais.

METAS E OBJECTIVOS

Pretende actuar na realidade sócio-política segundo o espírito da unidade, que leva a “amar a pátria alheia como a sua própria pátria” para, deste modo, enfrentar as questões relativas às relações entre povos, etnias ou grupos diversos – como nómadas, imigrantes, refugiados, etc. –, levando este espírito o mais longe possível, e assim contribuir para a realização de um mundo unido.

CONTACTOS

Sede: Cidadela Arco-Íris, Vale Menriço, Abridada

Para correspondência: Rua Joaquim Paço d'Arcos, N.º 2F – Atelier 1, 1500-366 Lisboa

Telefone: 211 505 048 * **Fax:** 211 505 048

E-mail: *geral@amu.org.pt* * **Website:** *www.amu.org.pt*

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 11 de Agosto de 1994

Natureza Jurídica: Associação de direito privado sem fins lucrativos

Responsável máximo: Guilherme Meneses, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau, Portugal e S. Tomé e Príncipe

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda Humanitária, Acção Social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Saúde e projectos da denominada Economia de Comunhão.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Ecologia/Meio Ambiente – Angola

Educação não formal/Alfabetização – Angola, S.Tomé e Príncipe

Reabilitação e construção de infraestruturas – Angola

Saúde – Angola

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Professores, Estudantes do Ensino Secundário.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Voluntários.



APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento aparece como um grupo informal em 1968, tendo sido constituída como Associação em 1972.

Tem como objectivos estatutários proporcionar formação profissional na área dos serviços pessoais e à comunidade, em administração e gestão de instituições e colectividades, bem como organizar actividades de carácter cultural e acções de solidariedade social.

Os seus principais objectivos para os próximos anos são a reformulação das suas acções de formação profissional e incrementar as suas actividades de carácter sócio-cultural e de solidariedade em Portugal. Na área do desenvolvimento e cooperação tem como objectivo fundamental desenvolver um modelo de desenvolvimento sustentável e integrado a implementar numa pequena região de Moçambique pelo investimento intensivo e simultâneo em todos os sectores sociais, com o apoio do poder local. Propõe-se também dar início à escola de Verão, em Moçambique - um programa de formação, com a duração de 5 anos, elaborado por voluntários universitários. Para além disso continuará a manter o seu apoio ao apadrinhamento de crianças órfãs à distância; a formação de enfermeiras na República Democrática do Congo e a formação profissional de mulheres em serviços pessoais e à comunidade em Cabo Verde.

CONTACTOS

Sede: Rua Padre Francisco Álvares, n.º 40 , 1500-478 , Lisboa

Telefone: 217711880

E-mail: apcd@apcd.pt

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

A ONGD

A ONGD Associação para o Planeamento da Família é uma IPSS criada em 1967 que foi pioneira do Planeamento Familiar no nosso país.

A APF é o membro português da IPPF – International Planned Parenthood Federation – que é a maior ONG mundial na área da Saúde Sexual e Reprodutiva.

A História da APF está intimamente ligada à História dos Direitos e da Saúde Sexual e Reprodutiva no nosso país, quer em termos da legislação e das políticas existentes, quer em termos da promoção de projectos, actividades e serviços de promoção da saúde e educação sexual e reprodutiva em Portugal e no contexto internacional.

A APF foi em 1998 condecorada pelo Senhor Presidente da República com a Ordem do Mérito.

Até 1976, o principal objetivo da APF foi contribuir para que o Planeamento Familiar integrasse os serviços públicos de Saúde, o que aconteceu em Março de 1976 quando o Secretário de Estado da Saúde Dr. Albino Aroso (cofundador e então presidente da APF) fez o primeiro despacho que integrou as consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

A partir dos anos 80, a APF foi desenvolvendo projetos piloto nas áreas dos serviços de atendimento/ aconselhamento para jovens, na formação de profissionais de saúde e na promoção da educação sexual nas escolas.

Assim, a APF esteve na origem da criação da primeira linha telefónica de ajuda em matéria de Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva, Sexualidade em Linha, numa parceria com o IPJ que se mantém até hoje.

A APF foi uma das autoras e subscritoras das “Linhas Orientadoras para a Educação Sexual em Meio Escolar”, documento publicado em 2000 e também subscrito pelos Ministérios da Saúde e da Educação e pela APF.

A partir dos anos 90, a APF iniciou actividades na prevenção do VIH/Sida e, por outro lado, dinamizou o debate sobre o problema do aborto ilegal e inseguro em Portugal, tendo desenvolvido estudos pioneiros nesta área e apresentado aos governos e grupos parlamentares diversas propostas no sentido da despenalização da IVG, e envolvendo-se nos debates públicos havidos, nomeadamente nos referendos de 1998 e 2007.

Também desde a década de 90, e nesta década e meia do século XXI, a APF tem reforçado a sua intervenção comunitária junto de grupos em maior situação de vulnerabilidade social tais como as comunidade migrantes, minorias étnicas, mães adolescentes e trabalhadoras(es) sexuais e, mais recentemente, vítimas de tráfico de seres humanos.

As primeiras iniciativas da APF no âmbito da advocacy e cooperação para o desenvolvimento surgem nos anos 90, em resultado da nossa participação em iniciativas da IPPF e EuroNGOs no seguimento da ICPD – International Conference on Population and Development (Cairo, 1994).

Desde 2000 a nossa agenda de trabalho em matéria de advocacy e cooperação internacional, e de educação para o desenvolvimento tem sido profundamente marcada pelos ODM, cumprimento da APD e coerência entre políticas, medidas e orçamentos, nomeadamente em matérias como Saúde Reprodutiva, População, VIH/Sida, Saúde Materna, Igualdade de género.

A APF tem estado envolvida em projectos e actividades de apoio a organizações dos PALOP, nomeadamente as suas congéneres.

Em 2005 e decorrente do nosso trabalho sobre MGF, a APF iniciou um Projecto de trabalho com a Euronet- FGM com vista à existência em Portugal de um Programa de Acção para a Eliminação da MGF, tendo contribuído e estando envolvida no Grupo de Acção Interministerial sobre MGF.

MISSÃO

Dar resposta às necessidades não resolvidas em Educação Sexual, Planeamento Familiar e Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva, indo especialmente ao encontro de necessidades de grupos sociais mais marginalizados e desfavorecidos.

Desenvolver uma Organização nacional e regional através de um corpo de voluntários e profissionais capazes e empenhados, que seja flexível e auto-sustentada, que assegure uma base diversificada de financiamento, mantenha uma gestão financeira rigorosa, e seja aberta à cooperação com outras Organizações que possam dar resposta às necessidades dos seus grupos-alvo.

Contribuir para o avanço do direito humano fundamental das pessoas a fazerem escolhas livres, responsáveis e informadas na sua vida sexual e reprodutiva, e advogar para que esse direito seja exercido. Assegurar que a igualdade de oportunidades e o direito ao planeamento familiar, na saúde sexual e reprodutiva continuem a ser prioridades nas políticas de desenvolvimento nacional e internacional.

METAS E OBJECTIVOS

A Associação para o Planeamento da Família prossegue os seguintes objectivos:

- Ajudar as pessoas a fazerem escolhas livres e conscientes no âmbito da vida sexual e reprodutiva;
- Contribuir para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres;
- Ajudar a Mulher ao consciente e livre controlo da sua fecundidade e assim contribuir para a sua emancipação;
- Promover a educação e o aconselhamento sobre sexualidade, o acesso à contracepção e a orientação de problemas de infertilidade, sempre na base da aceitação voluntária e escolha informada e sem qualquer coerção;
- Promover a formação e o treino de profissionais de saúde, educação e intervenção comunitária para a abordagem das questões ligadas ao Planeamento Familiar e à Educação Sexual;
- Contribuir para a promoção de legislação e políticas que garantam o exercício dos direitos humanos nos campos da reprodução e sexualidade;
- Cooperar com os organismos oficiais relacionados com os objectivos da Associação para o Planeamento da Família, e com Organizações nacionais e internacionais e similares;
- Contribuir para avanço do conhecimento científico nas áreas acima referidas, através da promoção regular de actividades e projectos da investigação científica nomeadamente nos domínios das ciências da saúde, da reprodução e sociais.

CONTACTOS

Sede: Rua Eça de Queirós, 13, 1º 1050-095 Lisboa

Telefone: +351 21 385 3993 * **Fax:** +351 21 388 73 79

E-mail: apfsede@apf.pt * **Website:** www.apf.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 23 de Julho de 1967

Natureza jurídica: IPSS reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, com forma de Associação

Responsável máximo: António Filhó, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

PALOP, Portugal e outros.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Advocacy, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, educação para a Saúde, Formação e Investigação, Prestação de cuidados de saúde e apoio social.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal

Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação Profissional – Portugal e PALOP

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, PALOP e outros

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – PALOP e outros

Questões de género – Portugal, PALOP e outros

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Portugal e Guiné-Bissau

Refugiados – Portugal e outros

Saúde – Portugal, PALOP e outros

Xenofobia – Portugal

Outros: O trabalho em rede internacional e *advocacy* abrange países específicos com necessidades não resolvidas ao nível da Saúde e Empoderamento (ODM 3,4,5,6) mas sobretudo as responsabilidades e compromissos assumidos ou não pelos Estados no que respeita aos Direitos Humanos, Desenvolvimento, Saúde nos últimos anos com enfoque ao nível da CIPD, PoA de Pequim, ODM, VIH/SIDA, CEDAW, CSW e outros.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Profissionais de saúde, educação e de intervenção comunitária e juvenil, estudantes, investigadores/as, jornalistas, população jovem e adulta, grupos vulneráveis.

Agentes de decisão técnica e política (com especial enfoque em parlamentares), jovens decisores, dirigentes, ONG dos vários domínios.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

A APF é totalmente dirigida por **voluntários a nível nacional e regional**, estando organizada numa Direcção Nacional e em 6 delegações regionais. Atualmente, integram a APF mais de 100 voluntários e cerca de 35 profissionais em todo o país.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

Internacionais:

- EuroNet-FGM (www.euronetfgm.org) .
- EuroNGOs (www.eurongos.org)
- IPPF (www.ippf.org)

Nacionais:

- CC das Famílias
- CC das ONG da CIG
- Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/Sida
- Fórum Não Governamental para a Inclusão Social.

PUBLICAÇÕES

Publicações Técnicas:

Estudos, Manuais, Guias de Recursos e Orientações Técnicas

Publicações Periódicas:

Boletim Médico da IPPF - Tradução Portuguesa/Trimestral

Educação Sexual em Rede - Revista semestral

Sexualidade e Planeamento Familiar - Revista semestral

Em Rede Connosco - Folha Informativa Mensal

News News News - Selecção de Imprensa Internacional em matéria de DSR semanal

IEC – folhetos de grande divulgação, brochuras, cartazes, postais, autocolantes, materiais pedagógicos, Kits, jogos, Folhas de Dados e edição em Português de documentos internacionais relevantes.



APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

A ONGD

A APOIAR é uma ONGD Portuguesa sem fins lucrativos que ao longo de 17 anos já implementou projectos em Angola, Portugal e Moçambique, com um impacto directo na vida de 20.000 famílias, 10.000 jovens e milhares de crianças. Actualmente desenvolve projectos maioritariamente em Moçambique com especial incidência nas áreas da Educação e da Saúde.

MISSÃO

A sua Missão é educar para o desenvolvimento sustentável e promover a ajuda humanitária, contribuindo para a quebra do ciclo de pobreza absoluta.

METAS E OBJECTIVOS

- Combate à fome;
- Contribuir para o aumento do rendimento familiar;
- Proporcionar cursos de formação;
- Garantir as condições mínimas ao desenvolvimento saudável das crianças;
- Garantir o acesso ao ensino de qualidade;
- Garantir o acesso aos cuidados de saúde.

CONTACTOS

Sede: Largo General Guerra, nº 23, 2080 – 039 Almeirim

Telefone: 91 1910344/243 593 152

E-mail: info@apoiar.org * **Website:** www.apoiar.org

Redes Sociais: facebook.com/pages/APOIAR-Associação-Portuguesa-de-Apoio-a-África

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 27 de Março de 1995

Natureza Jurídica: Associação- Organização não governamental sem fins lucrativos

Responsável máximo: Helena Ribeiro Telles, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Moçambique

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Moçambique

Cultura – Moçambique

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Moçambique

Desenvolvimento Económico – Moçambique

Direitos Humanos – Moçambique

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Moçambique

Planeamento Familiar – Moçambique e Angola

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Questões de género – Moçambique

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique

Saúde – Moçambique e Angola

Segurança alimentar– Moçambique

PROJECTOS

Projecto “Saúde dá Vida”: Construção de um Laboratório de Análises Clínicas no Centro de Saúde da FLVida – Dondo

Projecto “Muana Tabor”: Delineamento e acompanhamento de projectos de vida de jovens dos 10 aos 16 anos na FLVida – Dondo

Projecto “Mais Além”: Formação de professores, educadores e auxiliares na FLVida - Dondo

Programa de Apadrinhamento na FLVida – Dondo

Abastecimento de Água na FLVida e na Escolinha do André – Dondo e Xai Xai

Novos cursos e requalificação do Centro Informático da Escolinha do André – Xai Xai

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (1), Colaboradores Locais (20), Estagiários (2), Voluntários (12).

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2004 para promover o desenvolvimento integrado. As acções que a APDES desenvolve estão direccionadas para as áreas da promoção da saúde, por exemplo na área do consumo de drogas, trabalho sexual, entre outros; acesso ao emprego, direitos humanos, cooperação com países do sul, entre outros.

Neste momento a APDES rege a sua intervenção nas áreas acima mencionadas pelos seguintes princípios de trabalho: investigação, metodologias participativas, intervenção de proximidade, *advocacy*, avaliação e abordagem transdisciplinar.

As linhas de acção centram-se em quatro temáticas distintas mas inter-relacionadas: saúde, redução de riscos e direitos humanos; educação para a saúde; coesão social e trabalho; e cooperação e desenvolvimento.

A APDES tem vindo a alargar o seu âmbito territorial de intervenção, estendendo a sua acção a diversas regiões do país. Actualmente desenvolve projectos em cidades como Vila Nova de Gaia, Porto, Barcelos, Guarda, Viseu, Setúbal e Lisboa.

Desde 2008, a Agência Piaget para o Desenvolvimento internacionalizou o seu campo de acção, através da oferta de um pacote de medidas de capacitação institucional de universidades e ONGs em Angola. Actualmente encontra-se a decorrer o processo de formalização da agência em Angola, estando já neste território a decorrer projectos de intervenção e formação.

Enquanto membro da ASPI – Associação Piaget Internacional, beneficia da presença do Instituto Piaget em Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau para a sua internacionalização.

A APDES participa ainda em diversas redes nacionais e internacionais de troca de experiências e saberes com outras organizações, em temáticas como a redução de riscos para o consumo de drogas, trabalho sexual, direitos humanos, entre outros.

MISSÃO

A missão da APDES é desenvolver intervenções que visem a melhoria do acesso à saúde, emprego e educação de comunidades que se encontrem em situação de vulnerabilidade, trabalhando para a capacitação de instituições e indivíduos e promovendo a coesão social.

Implementar e promover o desenvolvimento humano, social, económico, educativo e cultural das comunidades e países em que se insere, através de acções de formação, investigação, pesquisa e desenvolvimento, em colaboração estreita com entidades públicas e privadas e as de âmbito associativo e cooperativo.

METAS E OBJECTIVOS

- Apoiar e promover o desenvolvimento integrado de regiões e comunidades locais e a cooperação com os países da União Europeia e os países em desenvolvimento, nomeadamente os de Língua Oficial Portuguesa, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade e privilegiando iniciativas que promovam as camadas mais vulneráveis da população;
- Apoiar e desenvolver acções de formação, aperfeiçoamento e divulgação técnica e científica, potenciando a formação como instrumento estratégico na aquisição de competências e saberes numa sociedade do conhecimento;
- Levar a efeito estudos e outras actividades de investigação e desenvolvimento, e prestar consultoria a instituições públicas, privadas, ou cooperativas;

- Organizar encontros, congressos, colóquios, seminários, exposições e outras acções similares no âmbito da formação e investigação;
- Publicar estudos, trabalhos de investigação, monografias e outros trabalhos de cariz científico e de divulgação;
- Criar condições para o fomento do emprego e da empregabilidade, através do planeamento e realização de acções de formação complementar e profissional e apoiar a promoção da igualdade de oportunidades entre pessoas no que se refere à classe geracional, género, nível sócio-económico e outros;
- Estabelecer acordos, convénios e protocolos de colaboração com instituições congéneres e com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando, nomeadamente, o patrocínio financeiro das suas actividades ou a realização de acções conjuntas, dentro dos seus fins estatutários;
- Contribuir para a preservação da vida dentro do respeito pela dignidade humana, através de acções de Ajuda Humanitária e entre elas a constituição de equipas técnicas, especializadas na intervenção em diferentes áreas da saúde e bem-estar.

CONTACTOS

Sede: Alameda Jean Piaget nº 100 Apartado 1523 4411-801 Arcozelo - V. N. Gaia Vila Nova de Gaia - Portugal

Telefone: +351 227 531 106/7 * **Fax:** +351 227 533 046

E-mail: info@apdes.pt * **Website:** www.apdes.pt

Redes Sociais: [facebook.com/pages/APDES/](https://www.facebook.com/pages/APDES/)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 28 de Setembro de 2004

Natureza Jurídica: Associação Sem Fins Lucrativos

Responsável máximo e cargo: José Queiroz, Director Executivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Cabo Verde, Portugal (Vila Nova de Gaia, Porto, Lisboa, Guarda, Barcelos, Setúbal, Viseu) e outros países Europeus.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Económico – países Europeus, Portugal

Direitos Humanos – Angola, Cabo Verde, países Europeus, Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Angola, Brasil

Migrações – Portugal

Planeamento Familiar – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Cabo Verde, Portugal

Questões de género – Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola

Saúde – Angola, Cabo Verde, países Europeus, Portugal

Redução de Riscos e Minimização de Danos - Angola, Cabo Verde, países Europeus, Portugal

Capacitação Institucional - Angola, Cabo Verde

Advocacia - Cabo Verde, países Europeus, Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

GIRUGaia - Grupo de Intervenção de Rua

REGIÃO: Vila Nova de Gaia, Portugal | GRUPO-ALVO: Utilizadores de drogas | Objectivo: Intervenção de proximidade orientada por princípios inerentes à redução de riscos e minimização de danos, disponibilizando serviços promotores da cidadania, saúde e inclusão social.

GIRUBARCELOS - Grupo de Intervenção de Rua

REGIÃO: Barcelos, Portugal | GRUPO-ALVO: Utilizadores de drogas | Objectivo: Intervenção de proximidade com o objectivo de reduzir os riscos associados ao consumo de substâncias psicoactivas e de reaproximar esta população da rede formal de apoio através de serviços promotores da cidadania, saúde e inclusão social.

ARRISCAR

REGIÃO: Freguesias de S. Pedro da Afurada e de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, Portugal | GRUPO-ALVO: Jovens em situações de risco

Prevenção do consumo de substâncias psicoactivas junto de 105 jovens em situação de risco, incentivando-se a diminuição de factores de risco para a saúde, a promoção de competências pessoais e a adesão à escola e a actividades de cariz comunitário.

CHECK!N - Gestão de Prazeres e Riscos

REGIÃO: Portugal | GRUPOS-ALVO: Frequentadores de Contextos Festivos; Consumidores de Substâncias Psicoactivas

Tem como objectivo informar e apoiar os jovens na gestão dos prazeres e riscos associados à festa, ao consumo de substâncias psicoactivas e à sexualidade. Originou o projecto CHECKING que tem como componente principal a instituição de um serviço de análise de substâncias psicoactivas e adulterantes presentes em produtos consumidos em contextos festivos.

Prevenção no Estabelecimento Prisional da Guarda

REGIÃO: Guarda, Portugal | GRUPO-ALVO: População Reclusa

Prevenção do uso indevido de drogas e dos problemas associados aos consumos, intervindo ainda na prevenção do contágio de doenças infecciosas e, na generalidade, na promoção da saúde.

Reinserção no Estabelecimento Prisional da Guarda

REGIÃO: Guarda, Portugal | GRUPO-ALVO: População Reclusa

Promover a reinserção social dos reclusos por meio da valorização do emprego, da reconstrução de laços familiares e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais que os capacitam para a vida activa e para a prática de cidadania.

Porto G

REGIÃO: Grande Porto, Portugal | GRUPO-ALVO: Trabalhadores do sexo

Equipa de proximidade que intervém na área do trabalho sexual em contextos de interior; tem como principais objectivos a prevenção do contágio por VIH/SIDA, a promoção de práticas sexuais de menor risco e a mobilização cívica dos trabalhadores do sexo.

GIS – Gabinete de Intervenção em Saúde

REGIÃO: Portugal | GRUPO-ALVO: Crianças, jovens e idosos | Objectivo: Promover o desenvolvimento pessoal e social em diferentes contextos sociais privilegiando as populações em situação de Maior vulnerabilidade.

ComTACTO

REGIÃO: Grande Porto, Portugal | GRUPO-ALVO: Adolescentes dos 12 aos 16 anos, residentes em instituições de acolhimento | Objectivo: Promoção de competências pessoais, a promoção de competências sociais, a expressão da sexualidade e a promoção da saúde sexual

Envelhecer A Crescer

REGIÃO: Grande Porto, Portugal | GRUPO-ALVO: Idosos residentes em lares

Visa a promoção de melhores níveis de funcionalidade e autonomia nos idosos e o incentivo ao envelhecimento activo.

InPAR

REGIÃO: Norte, Portugal | GRUPO-ALVO: Utilizadores de Drogas

Reinserção social de dois grupos de utilizadores de drogas envolvidos em programas de Redução de Riscos (RR) procurando-se estudar os factores facilitadores e obstáculos associados a este processo interventivo.

PREVIH

REGIÃO: Porto, Leiria e Lisboa, Portugal | GRUPO-ALVO: Trabalhadores do Sexo

A APDES liderou o processo de implementação da metodologia de formação e integração de Educadores de Pares no âmbito do projecto PREVIH. Este trabalho foi desenvolvido em colaboração com a entidade promotora, GAT – Grupo de Ativistas para o Tratamento do VIH/Sida – e com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

NADA - Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo

REGIÃO: Portugal | GRUPOS-ALVO: Consumidores de Drogas, Trabalhadores do Sexo, Etc. | Objectivo: estimular formas colectivas de participação cívica por parte de alguns dos públicos dos diferentes projectos da APDES (p.e. consumidores de drogas e trabalhadores do sexo) e promover o desenvolvimento organizacional de associações em fase de consolidação.

A+

REGIÃO: Portugal | GRUPOS-ALVO: Empresas, ONG's, Etc. | Objectivo: Parceria estabelecida com a empresa H2SOL para promover a responsabilidade ambiental e social. O projecto propõe às entidades aderentes um investimento em equipamentos que permitem a redução do consumo de água, inteiramente suportado pelo projecto.

GIIC – Gabinete Integrado de Informação e Consultoria

REGIÃO: Portugal | GRUPO-ALVO: Populações com especiais dificuldades de inserção no mercado de trabalho | Objectivos: Apoio à criação de pequenos negócios

InWork

REGIÃO: Europa | GRUPO-ALVO: Grupos marginalizados e vulneráveis | Objectivo: Promover a participação na sociedade e a integração no mercado de trabalho, através do desenvolvimento de documentação e programas de aprendizagem à medida.

EuroHRN - European Harm Reduction Network

REGIÃO: Norte, Sul e Leste da Europa | MEMBROS: Dez organizações com interesses comuns ao nível da advocacia e da actualização de conhecimento relacionado com a Redução de Riscos | Objectivos: Expansão da base do conhecimento da Redução de Riscos na Europa, sensibilização para os riscos relacionados com as drogas, promoção de respostas orientadas para a saúde pública e para os direitos humanos dos consumidores de drogas em toda a Europa

PrOWfile – European Profile of Outreach Workers in Harm Reduction

REGIÃO: Europa | MEMBROS: Organizações de Portugal (APDES), Espanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Reino Unido, Finlândia, Suécia, Bulgária, Noruega; projecto coordenado pela APDES | Objectivos: Identificar as directrizes e os conteúdos-chave para a formação Técnicos de Redução de Riscos no contexto europeu

InDoors - Support and Empowerment of Female Sex Workers and Trafficked Women working in Hidden Places

REGIÃO: Europa | MEMBROS: Parceiros de diferentes países europeus - Alemanha, Áustria, Bulgária, Espanha, Finlândia, França, Itália, Portugal (APDES) - coordenados pela organização Autres Regards | Objectivo: apoiar trabalhadoras do sexo e mulheres traficadas, que trabalhem em espaços interiores e na Internet, protegendo-as de qualquer género de violência e fornecendo-lhes meios de empoderamento perante futuras situações de violência.

EMTTT - Training the Trainers

REGIÃO: Europa | MEMBROS: Organizações de Portugal (APDES), Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Itália, República Checa | Objectivos: comparar e discutir as diferentes metodologias formativas utilizadas pelas organizações envolvidas para a formação de grupos vulneráveis (utilizadores de drogas, pessoas em situação de pobreza, etc.) no sentido de se procurar soluções para problemas comuns no âmbito da formação a estes públicos e de se criar um conjunto de recomendações e boas práticas acerca das estratégias e políticas educativas e formativas neste contexto.

Empowerment Through Non-Formal Education

REGIÃO: Europa | MEMBROS: Itália, Polónia, Portugal (APDES) e Reino Unido | Objectivo: Compartilhar experiências e metodologias para empoderar/capacitar indivíduos vulneráveis (pessoas financeiramente excluídos, as comunidades pobres, desempregados, utilizadores de drogas, etc.).

Care: Caregivers of Children at Risk – Education and Capacity Building

REGIÃO: Europa | MEMBROS: Organizações de Portugal (APDES), Itália, Grécia e Reino Unido | Objectivo: Identificar boas práticas de educação não formal com vista à capacitação de cuidadores de crianças em risco.

Hepatitis C Initiative Project

REGIÃO: Europa | MEMBROS: Fundação De Regenboog Groep e financiado pelo Programa da UE Drug Prevention and Information Programme, reúne mais de 30 organizações | Objectivo: Aumentar o conhecimento sobre Hepatite C, melhorar as competências dos representantes dos grupos-alvo e dos profissionais e influenciar as políticas sobre HCV a nível Nacional e Europeu.

Capacitação de Profissionais

REGIÃO: Angola | GRUPOS-ALVO: Entidades governamentais e organizações não governamentais locais e estrangeiras a trabalhar em Angola | Objectivos: Formação a técnicos e dirigentes de ONG locais e representantes de entidades governamentais em torno das estratégias de intervenção com jovens em contextos de proximidade

Formação de Alunos

REGIÃO: Angola | GRUPO-ALVO: Alunos da Universidade Piaget Angola | Quatro palestras onde estiveram presentes 266 alunos.

Palankinha

REGIÃO: Bairro de Capalanca, Angola | GRUPO-ALVO: Escola Primária N.º 5052 do Bairro de Capalanca | Objectivos: Desenvolvimento comunitário através de requalificação arquitetónica; constituição de uma equipa de docentes partindo da dinamização de formação de professores e implementação de um modelo pedagógico de educação para a cidadania; e dinamização de programas e serviços na área da saúde, emprego, etc.

Co-organização do III Encontro Nacional de Redução de Riscos, 29 e 30 de Novembro de 2013

LOCAL: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Organização da 1ª Conferência Internacional sobre Políticas de Drogas nos PALOP em parceria com o Governo de Cabo Verde, 15 e 16 de Janeiro de 2014-02-17

LOCAL: Cidade da Praia, Cabo Verde

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal - Assistentes Sociais, Psicólogos, Enfermeiros, Serviços Financeiros, Economistas, Administrativos, Sociólogos, Químico, Médico, Antropólogo, Serviços de Design e Comunicação

Cooperantes - Psicólogas, Professora, Arquitecto, Economista

Estagiários - Psicólogos, Assistentes Sociais

Voluntários - Estudantes das áreas sociais

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ACCESS - Acesso ao Tratamento e Redução de Riscos para Consumidores de Drogas em Contexto Prisional
- Civil Society Forum on Drugs
- CLAT - Conferências Latinas sobre Redução de Riscos
- Correlation Network
- Democracy Cities & Drugs

- EDPI - European Drug Policy Initiative
- EuroHRN - Rede Europeia de Redução de Riscos
- Fórum Nacional da Sociedade Civil HIV/Sida - Âmbito Nacional
- Global Network of Sex Work Projects
- INDOORS 2.0
- IDPC - International Drug Policy Consortium
- NEWIP - NEW Implementation Project
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos - Âmbito Nacional
- ODH - Observatório dos Direitos Humanos - Âmbito Nacional
- Rede Educação para Todos - Angola
- Rede Construir Juntos - Âmbito Nacional
- R3 - Riscos Reduzidos em Rede - Âmbito Nacional
- RTS - Rede Sobre Trabalho Sexual - Âmbito Nacional

PUBLICAÇÕES

Autoria:

“Considerações Gerais Sobre o PNRCAD (2013-2020)” e “Recomendações no Domínio das Drogas em Portugal” (2013)

Flyers informativos sobre “Riscos Auditivos” e “Sálvia” e um postal free sobre “Legal Highs”

“O Trabalho Primeiro – Manual para a Empregabilidade de Utilizadores de Drogas e Recomendações para a Integração pela Educação de Pares” (2012)

“Recomendações para a Redefinição do Enquadramento Jurídico do Trabalho Sexual em Portugal” (2012)

“Recomendações sobre Novas Substâncias Psicoactivas” (2012)

Artigo *“CHECKING: A Portuguese drug checking experience”* in ‘Nights 2013: Health, pleasure and communities’(pp. 81)

Boletins informativos no âmbito do Consumo de Substâncias Psicoactivas

Newsletter *“Empowerment through non-formal education”* (2013)

Newsletter bi-mensal informativo sobre Trabalho Sexual no âmbito do projecto Porto G

E-Book *“Professional Profile of the Outreach Worker in Harm Reduction”* (2013)

Co-autoria:

“Recomendações Para a Realização de Rastreios em Contextos Informais de Saúde” (2013)

Manual *“Drug Checking Service - Good Practice Standards”* elaborado pelo NEWIP

Manual de Boas Práticas *“Experiences and Methodologies in the Training of Vulnerable Individuals, Groups and Communities”* (2012)

Brochura *“Trabalho Mais Seguro”*, desenvolvida por e para profissionais do sexo

Flyer do projecto “InDoors”

Contribuições:

Manual “Research on Good Practices” do programa «Informação e prevenção em matéria de droga» da União Europeia (2013)

Relatório “Outreach in Indoor Sex Work Settings” (2012)

Relatório “A Rapid Assessment of the accessibility and integration of TB, HIV and harm reduction services for people who inject drugs in Portugal” (2012)

Manual de Boas Práticas “Hepatitis C, among people who use drugs: key messages from practitioners” (2012)

Guia “Capacity Building & Awareness-Raising: a guide with strategies for the empowerment of sex workers in Europe” (2012)

“Pictures of Reality: the life and work experiences of sex workers, active in the indoor prostitution setting in nine European cities” (2012)

“Factsheet sobre Drug Checking na Europa”, elaborado pelo TEDI (Trans European Drug Information) (2012)

Manual “TEDI Drug Checking Consultation and Counselling Guidelines” (2012-13)

ASSOCIAÇÃO HELPO

A ONGD

A Helpo nasce em 2007 e passa a operar, em 2008, directamente no terreno com equipas radicadas de forma permanente em Moçambique onde concentra a sua acção, na zona Norte. Hoje em dia a Associação Helpo desenvolve acções de assistência (alimentar, sanitária, humanitária) e projectos para o Desenvolvimento das comunidades onde trabalha (melhoria e construção de estruturas escolares, acesso à água, acesso à informação, formação comunitária, bibliotecas, hortas escolares, educação para a saúde, prevenção e tratamento da malnutrição, escola profissional, etc.) nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, em Moçambique, e em São Tomé e Príncipe. Hoje, a Associação Helpo trabalha em Portugal, na área da Educação para o Desenvolvimento e Desenvolvimento Humano com crianças e jovens do Concelho de Cascais, e na área do apoio social e apoio ao estudo, onde se encontra a sua sede, e no terreno, em mais de 30 escolas, escolinhas, centros de assistência e orfanatos e reconhece nos mesmos os seus parceiros para apoiar mais de 10,000 crianças anualmente, através do apoio de empresas e particulares que participam no nosso Programa de Apadrinhamento de Crianças à Distância, permitindo-nos recolher os fundos necessários ao desenvolvimento da nossa actividade.

MISSÃO

A Missão que pretende tornar tangível a nossa Visão é a realização de projectos educativos, formativos e de geração de rendimento que permitam a capacitação dos indivíduos e grupos das populações locais partindo da convicção de que o conhecimento e a utilização de ferramentas adequadas possibilitam o desfrutar de uma condição mais elevada e de uma vida mais digna. Acreditamos e agimos para a implementação da educação para o desenvolvimento e amadurecimento do desenvolvimento humano da população, como base para a aceitação da diferença, consciencialização e mobilização da sociedade civil no sentido de participar na resolução dos problemas sociais globais.

METAS E OBJECTIVOS

- Sensibilizar a população dos países desenvolvidos para os problemas graves que afectam a população dos países em desenvolvimento e actuar através da recolha e aplicação de fundos em programas e projectos desenvolvidos em contextos rurais e isolados, tendo como prioridade o apoio às áreas afectas à infância.
- Nos países em desenvolvimento, a Associação executa e dá apoio a projectos de cariz social, cívico, ambiental e educacional, actuando nos sectores da educação, formação, assistência social e sanitária, ajuda humanitária, direccionados a grupos carenciados, privilegiando-se, como áreas de intervenção, a tutela e acompanhamento da infância e da condição dos jovens, da mulher e da população em geral através da formação alfabetização e educação em colaboração com instituições, comunidades e outras entidades locais;
- Nos países desenvolvidos, elaborar e executar programas de educação para o desenvolvimento visando informar, esclarecer e sensibilizar a população no sentido de a consciencializar para os problemas relativos à realidade dos países em vias de desenvolvimento, favorecendo iniciativas capazes de promover uma cultura de paz e solidariedade e actuar para a protecção das crianças e famílias desfavorecidas, no sentido de promover a igualdade de oportunidades, sobretudo ao nível do acesso à informação e preparação escolar.
- Contribuir para o aumento da escolarização, da frequência escolar e da importância conferida à educação formal nas aldeias rurais onde trabalhamos;
- Contribuir para a prevenção de doenças através da assistência alimentar, acesso à água, e educação para a saúde, entre a população infantil das aldeias rurais onde trabalhamos;

- Contribuir para o acesso à informação, através do proporcionar de condições mais dignas ao nível escolar, quer estrutural quer a nível de material, e da construção e equipamento de bibliotecas abertas aos alunos e comunidades em geral;
- Contribuir para a capacitação das populações rurais através do trabalho conjunto na identificação de problemas, de soluções para esses problemas e da tentativa da concretização conjunta dessas mesmas soluções.

CONTACTOS

Sede: Rua Catarina Eufémia, Fontainhas, 2750-318 Cascais

Telefone: 211537687

E-mail: info@helpo.pt * **Website:** www.helpo.pt

Redes Sociais: facebook.com/pages/HELPO-ONGD

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 26 de Novembro de 2004

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

Responsável máximo: António Perez Metelo, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda Humanitária, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação comunitária e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique; São Tomé e Príncipe; Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Saneamento/água - Moçambique

Saúde – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Segurança alimentar – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Nutrição – Moçambique; São Tomé e Príncipe

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade educativa alargada, Infância em risco.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (6), Colaboradores no terreno (33), Cooperantes (6), Voluntários (4).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- NUCODEC (CABO DELGADO)

PUBLICAÇÕES

Revista trimestral **mundo h**, de distribuição gratuita com 4500 exemplares de tiragem

Newsletter digital

O Planeta Veki (livro infantil)

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

A ONGD

A Associação PAR – Respostas Sociais é uma associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. A sua criação surge na sequência de um processo de crescimento da Associação Juvenil Jovem a Jovem (AJJJ), criada em 1994.

A Associação PAR viria a nascer em 2006, enquanto expressão do desejo de alargar a acção desenvolvida pela Associação Jovem a Jovem a novas áreas, de forma a promover, de forma sustentável, o desenvolvimento de mais pessoas, grupos e comunidades.

A Associação PAR pretende oferecer a pessoas, grupos e/ou comunidades um conjunto de respostas integradas e individualizadas, tendo em vista a promoção do seu desenvolvimento e bem-estar, mediante um processo de descoberta e de valorização das suas capacidades e possibilidades.

Neste sentido, apostando em rigorosos princípios éticos, científicos e pessoais e dispondo de uma equipa interdisciplinar de profissionais, propõe-se com o apoio dos seus sócios/as e entidades parceiras a desenvolver e disponibilizar respostas sociais de excelência nas áreas da Educação e Formação, Intervenção Social, Comunitária e Saúde.

MISSÃO

A missão da Associação PAR consiste em facilitar o desenvolvimento das potencialidades da pessoa e em promover a sua autonomia e individualidade, bem como actuar de forma integrada sobre os factores de exclusão social, privilegiando o desenvolvimento de respostas ajustadas às necessidades identificadas de forma a contribuir para uma sociedade mais justa e solidária. A PAR pretende, assim, promover o desenvolvimento da pessoa numa perspectiva sistémica e ecológica, encorajando ao exercício de uma cidadania activa e global.

METAS E OBJECTIVOS

A Associação PAR pretende afirmar-se como uma organização de referência da sociedade civil, especializada em criar, implementar e inspirar respostas e políticas sociais de excelência, promotoras de desenvolvimento e realização dos indivíduos e das sociedades.

CONTACTOS

Sede: TecLabs – Centro de Inovação do Campus da Fac. de Ciências, Univ. Lisboa, Campo Grande, 1749-016 Lisboa

Telefone: 210935349 / 913857468 * **Fax:** 210935349

E-mail: info@par.org.pt * **Website:** www.par.org.pt

Redes Sociais: facebook.com/AssociacaoParRespostasSociais e twitter.com/par_rs

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 27 de Dezembro de 1994

Natureza Jurídica: IPSS/ONGD

Responsável máximo: Amândio Paulo Gomes Rodrigues, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal Continental e Açores.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Intervenção e Desenvolvimento Comunitário, Promoção da Saúde e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Educação não formal – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género – Portugal

Saneamento/água – Portugal

Saúde – Portugal

Xenofobia – Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Crianças e jovens adultos entre os 5 e os 35 anos, Comunidade Educativa alargada, Crianças e jovens acolhidos em instituições, Dirigentes Associativos Inscritos na RNAJ.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Estagiários, Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- CNJ
- IPJ
- RNAJ

PUBLICAÇÕES

Livros, CD - Música, Manuais, Guias, Brochuras, Multimédia.

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

A ONGD

A ATA - Associação Tropical Agrária é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que se define como organização não governamental de cooperação para o desenvolvimento, nos termos da Lei n.º 66/98 de 14 de Outubro, cuja escritura de constituição foi celebrada no dia 25 de Novembro de 2003.

A ATA possui actualmente cerca de 40 associados, cuja formação académica e experiência profissional são o principal suporte da qualidade, consistência, eficácia e adequabilidade das acções e projectos promovidos pela Associação ou em que esta seja convidada a participar.

A constituição da ATA teve, desde o início, o objectivo de congregar profissionais provenientes de diversas áreas do conhecimento de forma a garantir uma metodologia de abordagem abrangente suportada por equipas de trabalho multidisciplinares.

Experiência:

Concepção e coordenação de projectos de desenvolvimento agrário e de formação profissional agrária em Moçambique. Colaboração na concepção e na coordenação de projectos de desenvolvimento pecuário em Angola e na Guiné-Bissau.

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado dos países em desenvolvimento através de programas e projectos que promovam o aumento da qualidade de vida das suas zonas rurais.

METAS E OBJECTIVOS

- Conceber, executar e apoiar programas e projectos de cooperação para o desenvolvimento, nas áreas da educação, assistência científica e técnica, saúde, formação profissional, desenvolvimento rural e segurança alimentar;
- Sensibilizar a opinião pública para a necessidade de um relacionamento mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, divulgando as suas realidades e promovendo a cooperação para o seu desenvolvimento;
- Promover a educação e a sua componente de formação profissional como instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural nos países que constituem o seu âmbito de acção;
- Apoiar a valorização de grupos sociais sensíveis, como as crianças de rua, idosos e desocupados e, em especial, à valorização do papel da mulher no meio rural.

CONTACTOS

Sede: Rua Gregório Lopes lote 1515, 6 dtº, 1400-195 Lisboa

Telefone: 91 8295645

E-mail: alfarocardoso@fmv.utl.pt; geral@ata-ong.com

Website: ata-ong.com

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 25 de Novembro de 2003.

Natureza Jurídica: ONGD

Responsável máximo: Luís Alfaro Cardoso, Presidente da Direcção.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique; Angola; Guiné-Bissau

Formação profissional – Moçambique

Segurança alimentar - Moçambique

PROJECTOS E ACÇÕES

Acções:

- Realização de estudos descritivos e prospectivos sobre o meio rural dos países em desenvolvimento;
- Acções de divulgação, informação, ensino, formação profissional e experimentação de técnicas no âmbito da produção agrária, saúde e da formação pedagógica;
- Promoção e Organização de programas de instalação de recursos humanos e tecnológicos para o apoio ao desenvolvimento do meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Promoção e Organização de programas de desenvolvimento rural;
- Promoção e Organização de programas de apoio à segurança alimentar;
- Promoção e Organização de acções de divulgação das realidades actuais do meio rural dos países em desenvolvimento e de sensibilização para as necessidades de cooperação para o seu desenvolvimento;
- Apoio logístico local ao envio de produtos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do meio rural nos países em vias de desenvolvimento;.

Áreas de intervenção:

- Estudos e planos de desenvolvimento regional e rural;
- Realização de estudos descritivos e prospectivos sobre o meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Promoção e Organização de programas de apoio à segurança alimentar;
- Promoção e Organização de programas de desenvolvimento rural;
- Monitorização e dinamização do espaço rurais;
- Concepção e dimensionamento de fileiras de valorização dos produtos agro-rurais;
- Criação e apropriação de valor pelas populações das zonas rurais;
- Acções de divulgação, informação, ensino, formação profissional e experimentação de técnicas no âmbito da produção agrária, saúde e da formação pedagógica;
- Promoção e Organização de programas de instalação de recursos humanos e tecnológicos para o apoio ao desenvolvimento do meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Promoção e Organização de acções de divulgação das realidades actuais do meio rural dos países em vias de desenvolvimento e de sensibilização para as necessidades de cooperação para o seu desenvolvimento;
- Apoio logístico local ao envio de produtos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do meio

rural nos países em vias de desenvolvimento;

- Apoio na análise da viabilidade técnica e financeira dos investimentos de apoio ao desenvolvimento;
- Criação e implementação de sistemas de monitorização e avaliação do impacto de acções e projectos de apoio ao desenvolvimento.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Agricultores, Estudantes do ensino profissional.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (10), Colaboradores no terreno (3), Cooperantes (2).



ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A ATLAS foi constituída em Março de 2008 e foi reconhecida pelo IPAD, actual Camões, I.P., em Março de 2009.

MISSÃO

A ATLAS tem como Missão intervir em sectores chave da sociedade, de modo a criar, junto das comunidades locais, alavancas de Desenvolvimento Humano Integrado e Sustentável, com efeito multiplicador continuado, em que as populações autóctones sejam as verdadeiras protagonistas da mudança.

METAS E OBJECTIVOS

Tem como finalidade o apoio e a cooperação para o desenvolvimento dos povos, das minorias étnicas ou de qualquer grupo desfavorecido, tanto em Portugal, como no estrangeiro, mas com particular incidência nos países em desenvolvimento, através de programas que privilegiem o Desenvolvimento Humano sustentável e a erradicação da pobreza.

CONTACTOS

Sede: Rua General Humberto Delgado, nº 139 - A 3030-327 Coimbra

Telefone: 239781332

E-mail: secretariado@atlaspeople.net * **Skype:** atlas.people

Website: www.atlaspeople.net * **Redes Sociais:** [facebook.com/ATLAS.People.like.us](https://www.facebook.com/ATLAS.People.like.us)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 28 de Março 2008

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Maria do Rosário Pedroso de Lima e Almeida e Sousa, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Desenvolvimento Local e Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Angola

Cultura – Guiné-Bissau

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Angola | Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Angola | Moçambique | Portugal

Saúde – Moçambique

Segurança alimentar – Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

Alta de Coimbra

Minorar défices alimentares e combater a solidão dos idosos sinalizados.

Crianças de Angola I

Promover o acesso à educação de todas as crianças do Bairro de Cambamba.

Crianças de Angola II

Apadrinhamento de crianças à distância, melhorar as condições de vida das crianças, através de cuidados de saúde, alimentação, educação e formação no Zango III.

MEXE-TE - Portugal

Iniciativas a partir da escola (nível secundário e universitário) para a sociedade civil em prol do Desenvolvimento Humano Sustentado e Integrado.

Mototeca - Guiné-Bissau

Melhorar as bibliotecas das escolas do ensino básico e primário através do envio de livros por MotoXplorers.

Mukole - Moçambique

Promover a capacitação das mulheres, através de formação em nutrição e cuidados infantis, tornando-as capazes de travar a transmissão de VIH/SIDA e outras doenças.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

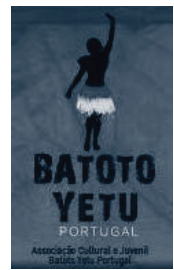
Colaboradores em Portugal - recursos humanos na sede ou em projectos em Portugal; **Colaboradores locais** - recursos humanos recrutados em Angola e Moçambique; **Estagiários** - recursos humanos em Portugal a fazer estágio profissional; **Voluntários** - recursos humanos em todos os projectos em Portugal.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Campanha Global pela Educação
- Global Compact
- Plataforma ODM na Cidade - Coimbra Unida Contra a Pobreza.

PUBLICAÇÕES

Folhetos e Monografias de acordo com os projectos.



BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

A ONGD

A Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP) é uma associação cultural sem fins lucrativos implementada em Portugal, em 1996, pelo bailarino e coreógrafo Angolano Júlio Leitão, seguindo os princípios da educação não formal através das artes.

Desde a sua criação, a essência da Batoto Yetu, que significa “as nossas crianças”, em suaíli, baseia-se nas premissas pedagógicas da educação não formal através das artes, em particular através do envolvimento na dança, música e outras expressões artísticas da cultura africana. Na sequência desse trabalho contínuo de capacitação, passaram pela associação, desde a sua criação, mais de 1000 músicos e bailarinos, envolvendo-os paralelamente em diversas iniciativas de formação pessoal e social (e.g. atribuição de bolsas de estudo para ensino superior; acções de formação para monitores).

Em 2006, a BYP procurou dar um novo passo na sua intervenção, reforçando a sua intervenção a nível local, candidatando-se ao Programa escolhas do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (PAAI). Assim surgiu o projecto Áfri-Cá, desenvolvido nas Freguesias de Caxias e Paço de Arcos, no Concelho de Oeiras, que tem permitido à associação consolidar o trabalho feito junto da comunidade local, com especial destaque para o trabalho desenvolvido junto de crianças e jovens nos domínios da integração social, desenvolvimento comunitário, educação, empregabilidade e empreendedorismo.

A BYP também tem procurado estender os seus princípios de inclusão pelas artes no estrangeiro, através da participação de alguns elementos, a convite do seu fundador, Júlio Leitão, no espectáculo de lançamento da Batoto Yetu Angola, na cidade de Luanda, em 2006, e mais tarde, em 2009, nas cerimónias de abertura e encerramento da Copa Africana das Nações em futebol – CAN.

Em 2008, a BYP realizou um intercâmbio social e cultural com Cabo Verde (São Vicente e Santo Antão), que veio dar força ao projecto de internacionalização da associação, através da Organização de um workshop de formação com crianças do Centro de Emergência do Mindelo e de algumas escolas locais e da participação do grupo nos festejos do kola san jon.

Também em 2008, teve lugar o primeiro Dia Intercultural Batoto Yetu, dinamizado no âmbito das Festas de Oeiras, que se assume como um evento único, com diversas manifestações culturais e artísticas, em que se celebra a interculturalidade e a diversidade artística e cultural. O sucesso deste evento conduziu a que a experiência fosse sempre replicada nos anos seguintes, com diferentes actuações e iniciativas.

Simultaneamente, foi sendo reforçada a estrutura associativa e foram criadas novas sinergias com entidades públicas e privadas, que permitiram expandir o leque de projectos desenvolvidos pela associação.

Desde 2009, na sequência do seu reconhecimento pelo ACIDI como associação de apoio aos imigrantes e seus descendentes, a BYP tem desenvolvido projectos no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (ACIDI), com iniciativas de apoio ao acolhimento e integração da população imigrante e de sensibilização da opinião pública para as questões da diversidade e integração social.

Ainda em 2009, a BYP participou na implementação do projecto de Promoção ao Empreendedorismo Imigrante (PEI) do ACIDI. O projecto PEI que se enquadrava no plano de actividades da associação proporcionou à população que se dirigiu até nós formação específica sobre empreendedorismo e criação de negócios. Dado o sucesso desta experiência piloto, a BYP continuou como promotor local da edição de 2010 desta iniciativa.

Também no campo do empreendedorismo, a BYP tem feito uma aposta recente no projecto Mukishi, de criação de máscaras e artefactos de origem africana, com base em madeira de Pita, um recurso naturalmente

disponível e renovável. Este projecto, que contempla actividades de formação técnica, criação artística e venda/sensibilização da opinião pública, é uma actividade inovadora, que surge na sequência de um esforço crescente de sustentabilidade e auto-financiamento da associação.

Paralelamente a todas estas iniciativas, continuou-se o esforço transversal de capacitação associativa, nomeadamente através do reconhecimento da BYP como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o que permite à associação tomar conhecimento de outras aprendizagens e apoios até então inacessíveis.

Estas iniciativas têm reforçado e dado ânimo à BYP esperando assim que esta se torne cada vez mais uma referência no campo da educação não formal.

MISSÃO

A BYP assume-se como um projecto multicultural de formação e capacitação, baseando-se na premissa de que, independentemente das condições económicas e sociais em que viva o indivíduo, o reconhecimento e valorização das suas raízes ancestrais é um factor essencial para a consolidação da sua auto-estima e sentimento de pertença.

Nesse sentido, através do envolvimento na dança, música e outras actividades artísticas e sociais, procuramos que as crianças e jovens da Batoto Yetu (re)descubram e explorem as raízes culturais africanas ou contactem com novas culturas e tradições, promovendo uma Maior consciência da sua identidade, sentido de pertença e resiliência. Deste modo, pretendemos capacitar estas crianças e jovens para que ocupem o seu lugar de forma mais plena na sociedade civil e se tornem líderes responsáveis e confiantes no futuro.

METAS E OBJECTIVOS

Através dos seus diversos projectos culturais e sociais, a BYP pretende:

- Estimular a plena inclusão social das crianças e jovens que frequentam as suas actividades, através da dinamização de actividades de desenvolvimento pessoal, social, artístico e de incentivo ao sucesso escolar;
- Contribuir para a divulgação da cultura africana em Portugal e fora de fronteiras, junto do público em geral, instituições públicas ou sector privado, através de diversas actividades de educação não formal pelas artes, estimulando valores de tolerância e pluralidade e contribuindo para uma melhor integração dos imigrantes e outras minorias na nossa sociedade.

CONTACTOS

Sede: Avenida João de Freitas Branco, 12 e 12 A, 2760-073 Caxias

Telefone: 214460729

E-mail: batotoyetu@gmail.com * **Website:** www.batotoyetu.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 4 de Novembro de 1996

Natureza Jurídica: Associação Cultural sem fins lucrativos

Responsável máximo: Charles Allen Buchanan, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal (sediada em Oeiras, mas com actividades desenvolvidas a nível nacional)

Ações pontuais em **Angola** (Luanda) e **Cabo Verde** (São Vicente e Santo Antão).

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Promoção do Empreendedorismo.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Portugal, Cabo Verde, Angola

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Xenofobia - Portugal

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (11), Voluntários (20).

PUBLICAÇÕES

Blogue e Newsletter

CÁRITAS PORTUGUESA

A ONGD

A Caritas Portuguesa foi criada logo após a II Guerra Mundial, sendo então designada por União de Caridade Portuguesa, obtendo aprovação canónica em 1956. Teve como primeira actividade o acolhimento de crianças refugiadas. Logo de início, ficou definida umas das suas orientações: a actuação nos problemas sociais de Maior gravidade.

As actividades da Caritas iniciaram-se em Lisboa e foram-se estendendo, através de delegações, a todo o território português, incluindo o Ultramar. Em meados dos anos 70 inicia-se o processo de autonomia jurídica civil e canónica das Caritas diocesanas e a criação do serviço nacional – Caritas Portuguesa (Estatutos de 1976).

Hoje em dia, a Caritas Portuguesa é um serviço nacional que articula a sua acção com a rede de 20 Caritas Diocesanas, espalhada pelo país. As Caritas Diocesanas gozam de autonomia jurídica e canónica e a sua área geográfica corresponde, sensivelmente, à divisão administrativa distrital.

A Caritas Portuguesa é membro da Caritas Internationalis, Confederação das 162 Organizações católicas de ajuda ao desenvolvimento e de serviço social a operarem em 201 países de todo o mundo. É também membro da Caritas Europa, onde estão congregadas as Caritas Nacionais dos Países Europeus. Esteve na origem da criação do Fórum das Caritas Lusófonas, no ano de 2000, que é constituído por todas as Caritas dos países de expressão portuguesa.

MISSÃO

A Caritas Portuguesa é uma instituição oficial da Conferência Episcopal, para a promoção e dinamização da acção social da Igreja.

Tem como Orientações fundamentais a Doutrina Social da Igreja, os imperativos da solidariedade e a legislação civil e canónica aplicável, atribuindo prioridade às situações mais graves de pobreza ou exclusão social.

Luta por uma sociedade mais justa, sem olhar a crenças, culturas, etnias ou origem. Como tal, vincula-se aos princípios da universalidade e da radicalidade em favor dos mais pobres, o que implica: a animação social, a comunhão cristã de bens e a formação. Promove a animação da pastoral social, estimulando a existência de grupos de acção social nas paróquias.

METAS E OBJECTIVOS

A Caritas pretende informar, denunciar e sensibilizar a sociedade, propondo medidas de solução para problemas sociais graves, através de:

- Assistência e apoio nas emergências
- Promoção da autonomia de cada homem e mulher
- Processos de desenvolvimento local
- Intervenção junto dos centros de decisão política
- Formação de agentes de voluntariado
- Empenho na conservação do meio ambiente sustentável.

CONTACTOS

Sede: Praça Pasteur, N°11, 2°Esq, 1000-238, Lisboa

Telefone: 218 454 220 * Fax: 218 454 221

E-mail: caritas@caritas.pt * Website: www.caritas.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1956

Natureza Jurídica: ONGD

Responsável máximo: Eugénio José da Cruz Fonseca, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Todos os lusófonos, Haiti, Peru, República Centro Africana, Sudeste Asiático (Índia, Indonésia, Sri Lanka).

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – S. Tomé

Ecologia/Meio ambiente – Brasil

Economia alternativa/ Microcrédito – Índia, Sri Lanka, Indonésia

Educação formal – S. Tomé

Educação não formal/alfabetização – Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Índia, Sri Lanka, Indonésia

Formação profissional – Moçambique, Angola, Cabo-Verde

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Índia, Sri Lanka, Indonésia, Haiti, Peru

Refugiados -- Índia, Sri Lanka, Indonésia, Haiti, Peru

Saneamento/água – Haiti, Índia, Indonésia, Sri Lanka

Segurança alimentar - Índia, Sri Lanka, Indonésia

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Pessoas afectadas por situações de pobreza e/ou exclusão, seja por catástrofes naturais, conflitos, dificuldades do país de origem.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (7), Estagiários (1).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Caritas Europa
- Caritas Internationalis
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)
- Confederação Portuguesa do Voluntariado
- Fórum Não Governamental para a Inclusão Social

PUBLICAÇÕES

Programa e relatório de actividades (anuais), produtos de campanhas.

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A ONGD

Desde 2008, ano em que o CEAUP passou a ter o estatuto de ONGD, foram desenvolvidas actividades no âmbito da execução dos seguintes protocolos de cooperação:

Em Angola:

- com o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (participação em pós-graduações);
- com o Arquivo Histórico Nacional de Angola (classificação e inventariação de património documental);
- com o Museu Nacional de Antropologia de Angola (classificação de colecções de arte africana);
- com a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental de Angola (ADRA): acções de formação.

Em Moçambique:

- com o Arquivo Histórico de Moçambique (classificação e inventariação de património documental, disponibilizando base de dados online no sítio www.africanos.eu);

Em Cabo Verde:

- com a Universidade de Cabo Verde (co-organização do Mestrado em Estudos Africanos 2005-07, na Cidade da Praia, e do Mestrado em Estudos Africanos 2007-09, na Cidade do Mindelo);
- com o Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (classificação e inventariação de património documental).

Em São Tomé e Príncipe:

- com o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (classificação e inventariação de património documental);

Nos Camarões:

- com a Universidade de Yaoundé (MEROUA). Cooperação com a ONG NTM (Ngaoundéré-Toubo-Moundou).

Em Portugal:

- com a Câmara Municipal da Maia, com o objectivo de desenvolvimento da cooperação descentralizada com autarquias dos PALOP.

Decorreram ainda as seguintes iniciativas:

- Organização conjunta com E&O do Workshop “Objectivos do Desenvolvimento do Milénio – paz e segurança / governação e direitos humanos” - 19 de Novembro de 2008.
- Promoção de acções de cooperação a convite do CE.DO (Centro de Estudos do Deserto) em Angola e entrega de propostas de protocolo. Objectivo principal:

Desenvolvimento de um projecto-piloto no âmbito construtivo e de formação, possibilitando intervenções dos alunos de mestrado e doutoramento em Estudos Africanos.

- Participação, nos dias 21 e 22 de Abril de 2010, na 3ª edição do evento ODD 2010 com tema “Cidadania e Desenvolvimento”, tendo Três subtemas associados: Comunicação e Desenvolvimento; Conhecimento, Capacitação, Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento; Democracia, Estado de Direito, Segurança

e Desenvolvimento.

MISSÃO

O CEAUP tem como missão prioritária realizar:

- investigação científica e aplicada;
- cooperação científica e pedagógica com universidades e centros africanos, especialmente com os Países Africanos de Expressão Portuguesa;
- formação superior avançada (doutoramentos, mestrados e pós-graduações em Estudos Africanos);
- elaboração e cooperação em projectos de desenvolvimento enquadrados em parcerias com instituições operando em África;
- recuperação e animação do património cultural e histórico de países africanos, em particular, dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, destacando-se a cooperação nas áreas da recuperação de bibliotecas, arquivos, edifícios e monumentos históricos.
- publicação e edição de estudos e fontes em Estudos Africanos, incluindo a publicação regular de uma revista especializada - Africana Studia.

METAS E OBJECTIVOS

A curto e médio prazo, o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) está a desenvolver um projecto com o governo da Província do Cunene e da Diocese de Ondjiva em Angola com os seguintes objectivos:

- Desenvolver e divulgar resultados dos seus projectos de investigação, através de missões científicas, nas áreas de Genética, Antropologia, Linguística, e História, dos grupos culturais ou étnicos “em extinção” na Província do Cunene (e não só), tais como os Khoisan, Ovatwa e outros. Nestes projectos participarão especialistas da Universidade do Porto e peritos da Província do Cunene, a definir localmente.
- Colaborar na elaboração de textos de apoio para apoio didáctico às escolas de ensino médio e superior da província, com conteúdos de História, Geografia, Biologia, Linguística, Antropologia Cultural da Província do Cunene.
- Apoiar, em caso de solicitação pelo Governo Provincial do Cunene, as candidaturas e outras diligências feitas no sentido de criar condições logísticas para os seus estudantes bolseiros e funcionários públicos, nas suas formações e estágios académicos e profissionais em Portugal, nomeadamente nas áreas de:
 - saúde (laboratórios na especialidade de Biologia, Química, Anatomia, etc.);
 - veterinária e agronomia;
 - gestão e exploração de recursos hídricos.
- Elaborar um projecto de arquitectura para construção da escola secundária Pe. Carlos Mittelberger.
- Elaborar um projecto de construção de uma Biblioteca diocesana/CÁRITAS do Cunene, agregada à Escola Secundária Pe Carlos Mittelberger.

Estes projectos incluirão:

- A apresentação de um projecto de arquitectura para os edifícios das referidas Escola e Biblioteca, a construir de acordo com uma concepção de aproveitamento de materiais locais e adaptado ao seu meio físico.
- A formulação de candidaturas de financiamento para este efeito, ressaltando que a concretização destes projectos dependerá da concessão de financiamentos externos ao Centro de Estudos Africanos

da Universidade do Porto (CEAUP).

- A Organização da biblioteca, com a colaboração de técnicos da Rede Portuguesa de Leitura Pública.
- A apresentação e experimentação de um programa de leitura pública, incluindo estratégias para garantir o seu acesso a populações não urbanas e com modos de vida que até agora tem dificultado o seu acesso à leitura pública.
 - Colaboração na formação de pessoal técnico qualificado (bibliotecários e outros quadros técnicos da área da biblioteconomia) para exercício nas Bibliotecas da província.
 - Tendo em conta as experiências pedagógicas das escolas do ensino médio, da Província do Cunene e da Diocese de Ondjiva (CARITAS) e do pólo do Kunene da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, colaborar na apresentação e implementação de acções de formação, em diversas áreas curriculares a definir com a direcção das Instituições escolares do Cunene, para professores (ensino médio) e formadores.

CONTACTOS

Sede: FLUP - Via Panorâmica S/N - 4150-564 Porto

Telefone: 22 607 71 41 * **Fax:** 22 607 71 41

E-mail: ceaup@letras.up.pt * **Website:** www.africanos.eu

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 13 de Novembro de 1997

Natureza Jurídica: Associação cultural sem fins lucrativos

Responsável máximo: Isabel Galhano Rodrigues

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Angola e S. Tomé e Príncipe

Educação formal – Angola e S. Tomé e Príncipe

Formação profissional – Angola e S. Tomé e Príncipe

Migrações – Angola e S. Tomé e Príncipe

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade educativa alargada.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Estagiários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- AEGIS.

PUBLICAÇÕES

Revista semestral AFRICANA STUDIA.

CHAPITÔ COLECTIVIDADE CULTURAL E RECREATIVA DE SANTA CATARINA

A ONGD

A história do Chapitô não podia deixar de ser uma história arredondada. Os arredondamentos parecem ser coerentes com a matriz circense da “casa”. A Instituição/Projecto faz, formalmente, 33 anos em 2014. A formalidade dos 33 anos quer dizer que a escritura da Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina, entidade suporte do Chapitô, se deu em Janeiro de 1981.

Evidentemente que, nestas histórias complexas e intrincadas, tem que haver uma pré-história que, neste caso, tem mais uns 8 ou 10 anos.

É uma história que vem dos anos 70, uma história de desassossegos nómadas e no quadro dos movimentos artísticos implicados na mudança social. Nos meandros preambulares do projecto estiveram “coisas” como a animação, as “artes circenses”, o espectáculo “popular”, as “artes efémeras e performativas” e a intervenção sociocultural no mundo multicultural do Portugal do fim do século XX.

À maneira circense, a história do Chapitô confunde-se e emaranha-se na história e trajectória de vida da sua principal mentora: A Teresa Ricou, ou a “Tété”, seu nome artístico.

O que veio a tornar-se na actual Instituição, que nós insistimos em continuar a chamar de “Projecto”, desenvolveu-se no pós-25 de Abril, com uma sucessão de acções de animação através do Circo (em diversos pontos do país).

No início foi criada uma 1ª Escola: a Escola de Circo Mariano Franco, em homenagem ao grande bailarino e coreógrafo, parceiro de Teresa Ricou, no Bairro Alto. Essa Escola localizada num centro de dia de idosos “Palácio dos Condes de Soure” tinha um acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (instalações), e os animadores realizavam trabalho com crianças do bairro e com idosos. Durou 3-4 anos e os seus beneficiários eram jovens e outros cidadãos que se inscreviam autodidacticamente para aulas de várias modalidades. Foi um primeiro embrião da versão actual do Chapitô/Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo.

Entretanto, começou a desenvolver-se um trabalho de animação com a Justiça (junto de menores tutelados), que se foi instituindo e incorporando como “eixo fundador” do Projecto. A intervenção junto dos “meninos” do ex-COAS de Lisboa, actual Centro Educativo da Bela Vista, foi pioneira neste campo de reinserção pela arte, intervenção socioeducativa e a Colectividade foi acumulando um capital de experiência e modelagem que já vai em duas décadas de relação inter-institucional, alargada também ao Centro Educativo de Navarro de Paiva.

Em 1986, ao abrigo do Protocolo com a Justiça, o Chapitô instalou-se na Costa do Castelo e assim começou e passou a ser nomeado e publicamente reconhecido.

Depois das intensas obras de recuperação da casa, o espaço Chapitô afirma-se como ONGD e ganha o estatuto de IPSS, na Costa do Castelo funciona desde 1987-88, e arrancou com a realização de um Curso inovador do Fundo Social Europeu (Projecto Circo/Jovem - Curso de Expressão Circense), que ao longo de 3 anos formou um primeiro conjunto de profissionais, que vieram a constituir a primeira geração de artistas de actriz circense implantados no mercado de trabalho.

É a partir de 1991 que o Chapitô é suporte de uma Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPAOE) com 2 Cursos de nível 3 (equivalentes ao 12º ano).

Ao longo dos tempos a “casa”-Instituição, como lhe competia, foi-se tornando em “parceiro social” e integrando múltiplas “redes”. Tem relações protocolares com uma variedade de Entidades, oficiais e

privadas, nas diversas instâncias, nos níveis local e nacional, como nos níveis europeu e internacional. Estão formalmente adquiridos os estatutos oficiais, designadamente de “utilidade pública”, de “manifesto interesse cultural”, “IPSS/Instituição Particular de Solidariedade Social” e “ONGD” (integrante da Plataforma Portuguesa).

MISSÃO

Promover a educação e a formação profissional através das artes e dos ofícios do espectáculo. Promover, desenvolver e intervir na integração social e comunitária de crianças e de jovens em situação de vulnerabilidade social. Activar a sociedade civil pelas artes.

A integração social, a educação e a formação de populações jovens desfavorecidas, e em particular de jovens em risco de exclusão, constituem áreas-chave de Actuação do projecto Chapitô há mais de 29 anos.

Nesse sentido, desenvolvemos acções de carácter informativo, formativo e de sensibilização contra qualquer tipo de discriminação, tendo como *leitmotiv* a educação pela Arte e mais especificamente as Artes Circenses.

O Chapitô é frequentado diariamente por centenas de jovens que, quer enquanto alunos dos Cursos Profissionais de Artes e Ofícios do Espectáculo que a sua Escola (EPAOE) oferece, quer enquanto alunos de cursos livres de fim de tarde, nesse espaço encontram novas motivações e sentidos de realização pessoal e profissional que as instituições de ensino por eles frequentadas, até então, não ofereciam ou desvalorizavam, conduzindo-os muitas vezes a situações de insucesso escolar, abandono precoce do sistema de ensino e conseqüentemente a uma marginalização social.

Também na área da intervenção social, o Chapitô desenvolve iniciativas de integração social pelas artes dos jovens sob tutela do Instituto de Reinserção Social - nos Centros Educativos da Bela Vista e de Navarro de Paiva - através de equipas de formadores especializados.

O projecto assenta igualmente num conceito de cultura que visa estimular a criação e experimentação artísticas, ensaiando novas dinâmicas nas actividades de circo-teatro, circo-música e circo-dança - um Outro Circo. Nesta área de intensa criação e circulação de públicos, a Companhia de Teatro do Chapitô desempenha um papel crucial, em conjunto com a Produção de Eventos Culturais e a área de Audiovisuais.

METAS E OBJECTIVOS

Objectivo Social: Promover a educação e formação profissional através das artes e ofícios do espectáculo. Promover, desenvolver e intervir na integração social e comunitária de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente em regime de tutela.

CONTACTOS

Sede: Costa do Castelo, n.ºs 1 - 7 1149-079 Lisboa

Telefone: +351 2188555580 * **Fax:** +351 218861463

E-mail: mail@chapito.org

Website: www.chapito.org * chapitoblog.blogspot.com

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 7 de Janeiro de 1981

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Teresa Ricou, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social e Educação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal

Cultura – Portugal

Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género – Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Jovens em risco de exclusão social, Comunidade Educativa alargada.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Estagiários, Voluntários.

PUBLICAÇÕES

Agenda Mensal Chapitô - 8000 exemplares distribuídos por Lisboa;

Jornal Chapitando - Anual - 2500 exemplares;

FotoGrafias e VideoGrafias da EPAOE - Anual

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

A ONGD

O CIDAC iniciou a sua actividade em Maio de 1974 e tem pautado sempre a sua acção por um conjunto de valores, dos quais destacamos: a solidariedade, a justiça nas relações internacionais, o reconhecimento e a valorização das identidades e dos recursos locais, o papel específico da sociedade civil na procura e na construção de soluções alternativas, a independência e autonomia face aos poderes instituídos e a intervenção com outros – em rede, em parceria... Mantemos a vontade de estar atentos, de conseguir interpretar criticamente e deixar-nos interpelar pelas realidades e acontecimentos do mundo em que vivemos. Assim tem evoluído o nosso pensamento e a nossa acção. Verificámos como era importante fazer escolhas e centrar a nossa intervenção em temáticas fundamentais no contexto do Desenvolvimento, nomeadamente a Educação para o Desenvolvimento e o Comércio Justo na perspectiva da Economia Social e Solidária e da Soberania Alimentar. Esta opção permite-nos evitar a dispersão, ganhar conhecimentos e capacidades e dar contributos específicos mais aprofundados. Para concretizarmos a nossa intervenção, estruturamo-nos em três núcleos de trabalho: Centro de Recursos para o Desenvolvimento, Loja de Comércio Justo e Cooperação para o Desenvolvimento. Acreditamos que esta estruturação contribui para uma Maior abertura à comunidade onde estamos inseridos e para a aproximação a públicos diversificados.

MISSÃO

O CIDAC promove a solidariedade entre os povos como parte integrante de uma cidadania activa num contexto de progressivas interdependências mundiais. Consideram-se formas de participação privilegiadas as acções de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento, assim como outras acções potenciadoras do desenvolvimento sustentado de pessoas e comunidades.

METAS E OBJECTIVOS

Descodificar junto do grande público questões globais do Desenvolvimento e promover posturas activas de cidadania / Aprender a ler a realidade para intervir nela - Consolidar o entendimento e as práticas de Educação para o Desenvolvimento junto dos seus actores - Incentivar a adesão a uma visão e práticas de comércio justo alicerçadas na soberania alimentar e na economia social e solidária.

CONTACTOS

Sede: Rua Tomás Ribeiro, 3-9, 1069-069 Lisboa

Telefone: 213 172 860

E-mail: cidac@cidac.pt * **Website:** www.cidac.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: Maio de 1974

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: Cristina Cruz, Presidente do Conselho Directivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Europa, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste,.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento (Formação, Informação e

Documentação) e uma Loja de Comércio Justo.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Guiné-Bissau

Economia alternativa – Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste

Educação não formal – Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste

Pobreza/Exclusão Social – Timor-Leste, Guiné-Bissau

Consumo Responsável - Portugal

Capacitação e reforço organizacional -Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste

Soberania Alimentar - Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste

Turismo de base comunitária - Timor-Leste

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Organizações da Sociedade Civil, Produtores/as agrícolas e artesanais, Comunidades rurais, Decisores políticos e económicos, Comunidade escolar, Consumidores, Funcionários da administração pública local e central.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Voluntários, Estagiários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Global Education Network Europe – GENE
- Fórum Cidadania e Território – C&T
- Rede Educação para a Cidadania Global – ECJ.
- Rede Espaço por um Comércio Justo – ECJ

PUBLICAÇÕES

Livros, materiais didácticos e pedagógicos, em vários suportes.



CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

A ONGD

O Conselho Português para os Refugiados (CPR), associação de solidariedade social e organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD), é a única ONGD portuguesa que trabalha exclusivamente com refugiados.

O CPR foi constituído em 20 de Setembro de 1991 por um conjunto de personalidades ligadas à vida política, sindical e ao trabalho com a sociedade civil, nomeadamente: Acácio Catarino, Agostinho Jardim Gonçalves; Alberto Manuel Tavares da Costa; Álvaro Neves da Silva; Ângelo D’Almeida Ribeiro; António Guterres; Henrique Nascimento Rodrigues; José Luís Judas; José Manuel Oliveira Antunes; José Pereira Lopes; Lénia Godinho Lopes; Luís Moita; Luís Silveira; Maria Delfina Ruivo; Maria Teresa Tito de Morais Mendes; Teresa Costa Macedo; Vítor Melícias; Victor Nogueira; Vítor Ramalho e Victor Sá Machado.

Em Julho de 1993 celebrou o 1º Protocolo de colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e começou a prestar apoio directo e aconselhamento aos requerentes de asilo e refugiados, em todas as fases do procedimento de asilo. Desde 1999, e após o encerramento da delegação de Lisboa, o CPR é o representante operacional do ACNUR em Portugal.

O trabalho do CPR foi, desde sempre, reconhecido pelas autoridades portuguesas, tendo a partir de 1998 visto o seu papel consagrado na Lei de Asilo 15/98, de 26 de Março, como Organização que presta apoio jurídico aos requerentes de asilo em todas as fases do processo (artigo 52º). Também na actual Lei de Asilo 27/2008, de 30 de Junho, o CPR figura como instituição que presta apoio jurídico aos requerentes de asilo em todas as fases do procedimento (artº. 49 – 4º).

A intervenção do CPR divide-se em duas áreas principais: o apoio jurídico e social aos requerentes de asilo e refugiados, desde a fase do acolhimento até à integração, e a informação pública e sensibilização da sociedade de acolhimento para os problemas específicos desta população.

Alguns Factos Relevantes:

O CPR é parceiro operacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Portugal, desde 1993, e após o encerramento da delegação desta Agência (Dezembro 1998), representa os seus interesses no nosso país.

- Figura na Lei de Asilo 27/2008, de 30 de Junho, como instituição que presta apoio jurídico aos requerentes de asilo em todas as fases do procedimento (artº. 49 – 4º).
- Foi distinguido, a 12 de Dezembro de 2000, pela Assembleia da República, com o Prémio “Direitos Humanos 2000”.
- É membro da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação (CICDR), presidida pelo Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) em representação das Organizações de Direitos Humanos.
- Está acreditado enquanto entidade formadora, nas modalidades presencial e a distância, junto da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho – DGERT / Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação (ex. Instituto para a Qualidade na Formação – IQF) desde 1997.
- Em Agosto de 2004 foi-lhe reconhecido pelo Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD), do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), o estatuto de Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

MISSÃO

- Apoiar os requerentes de asilo, beneficiários de formas subsidiárias de protecção e refugiados, em todas as fases do procedimento de asilo, acolhimento e integração na sociedade portuguesa;
- Sensibilizar a sociedade de acolhimento para a problemática dos refugiados, promovendo acções de formação, seminários e congressos internacionais sobre direito de asilo e refugiados.

METAS E OBJECTIVOS

- Prestar o melhor acolhimento de requerentes de asilo e refugiados, respeitador da dignidade e direitos deste grupo, e promotor da futura integração na sociedade de acolhimento;
- Continuar a informar, sensibilizar e formar na área do asilo, refugiados e migrações forçadas, tornando a sociedade portuguesa mais aberta e compreensiva para os problemas específicos da população refugiada, em Portugal e no Mundo;
- Continuar a desenvolver o Espaço a Criança enquanto escola de referência nos níveis creche e pré-escolar, educando as crianças para a multiculturalidade, cultura de parceria, num contexto educativo de disciplina positiva.

CONTACTOS

Sede: Av. Vergílio Ferreira, Lt. 764 - Lojas D/E - 1950-339 LISBOA

Telefone: 21 8314372 * **Fax:** 21 8375072

E-mail: geral@cpr.pt * **Website:** www.cpr.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1991

Natureza Jurídica: Associação de solidariedade social

Responsável máximo: Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Apoio aos requerentes de asilo e refugiados em Portugal, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal

Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Refugiados – Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Refugiados e requerentes de asilo, Técnicos que trabalhem na área das migrações e respectivas Organizações, Professores, Alunos, Sociedade em geral (no caso de acções de informação e sensibilização com maior abrangência).

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Estagiários, Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ECRE - European Council on Refugees and Exiles
- Rede Alargada de Instituições para o Acolhimento e Integração de Refugiados
- Rede Social de Loures (Comissão Social de Freguesia de Bobadela e Comissão Social Inter-Freguesias de S. João da Talha e Santa Iria da Azóia).

PUBLICAÇÕES

Há inúmeros materiais que são publicados pelo CPR, mas que não têm uma periodicidade regular (ex. relatórios de actividades, estudos, brochuras de sensibilização, etc.). A Maior parte das Publicações estão disponíveis on-line, em www.cpr.pt e em www.refugiados.net

E&O ENGENHO E OBRA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

A ONGD

A “ENGENHO E OBRA” - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento - ONGD, associação da sociedade civil, de direito privado e fins não lucrativos.

Tem como objecto a concepção, execução e apoio a programas e projectos de cooperação para o desenvolvimento, de ajuda de emergência e de protecção e promoção dos direitos humanos. Tem ainda como objecto a intervenção nas áreas de ensino, educação e cultura, de assistência científica e técnica, de emprego e formação profissional, de protecção e defesa do ambiente, de desenvolvimento rural, de educação para o desenvolvimento, bem como da execução de todo o tipo de empreitada global que se destine à promoção e melhoramento das condições de vida das populações. Tem finalmente como objecto a promoção, divulgação e disseminação da língua portuguesa no Mundo.

A E&O nasceu em finais de 2005, fruto da conjugação de um grupo de pessoas e instituições, com experiência em projectos internacionais, ao longo de mais duas décadas, conscientes da importância da sociedade civil na cooperação internacional, no papel que lhes poderá caber na transformação de ideias em projectos concretos, na obra imensa que significa a dignificação da qualidade de vida das populações dos países terceiros, em particular dos países da lusofonia. O apelo à participação nesta iniciativa foi feito a técnicas(os) e profissionais, bem como instituições nacionais ou estrangeiras, para se juntarem no sentido da constituição de uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.

Em Abril de 2006, surge a E&O, constituída formalmente como Associação e posteriormente reconhecida em Junho desse ano, pelo Estado Português como ONGD e registada nesses termos no IPAD. Na constituição da E&O, participaram 20 pessoas individuais, 2 Instituições do Ensino Superior: ISEP, Instituto Superior de Engenharia do Porto e ESELx, Escola Superior de Educação de Lisboa, 1 Federação Sindical: FENPROF, Federação Nacional dos Professores e 2 Empresas: ECV – Consultores, Lda. e OXYS – Consultores de Marketing, Lda.

A E&O tem participado e colaborado de forma activa na elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), fazendo parte do grupo de ED convocado pela Plataforma, onde, entre outras acções e tomadas de posição, tem defendido o reconhecimento da importância da Engenharia e da Educação para a Engenharia na definição e acção de uma estratégia nacional de educação para o desenvolvimento mais completa, eficaz e integral.

Para além de iniciativas de carácter informativo e formativo, a E&O tem vindo a analisar com a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, a possibilidade de intervenções conjuntas em Escolas do distrito no sentido de conjugar o tratamento das questões da ED e da cooperação com os países de língua portuguesa.

Existem também em carteira projectos de sensibilização de jovens estudantes do ensino secundário para questões ambientais e de motivação para a ciência e tecnologia. Estes projectos, a implementar numa primeira fase, nas regiões da Grande Lisboa, Grande Porto e Setúbal, visam através de actividades de carácter lúdico - pedagógico promover o gosto pela resolução de problemas concretos, e a motivação para o reconhecimento da importância da engenharia na construção de um mundo melhor.

MISSÃO

Melhorar a qualidade de vida das populações de países fragilizados, criando condições que permitam aumentar a sua autonomia, nomeadamente através de projectos integrados de engenharia.

METAS E OBJECTIVOS

Objectivos Gerais

Os objectivos gerais da E&O emanam do Estatuto das Organizações não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento, respeitam a Declaração Universal dos Direitos do Homem e são os seguintes:

- a concepção, a execução e o apoio a programas e projectos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de acções nos países em vias de desenvolvimento:
 - de cooperação para o desenvolvimento
 - de assistência humanitária
 - de protecção e promoção dos direitos humanos
- a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.
- A E&O assume a promoção da educação, consciente de que é um factor imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz.

Objectivos Específicos

- Conceber, executar e apoiar projectos e programas que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações, designadamente através de projectos integrados de engenharia.
- Conceber, executar e apoiar projectos e programas que contribuam para a eliminação da pobreza no mundo.
- Conceber, executar e apoiar projectos e programas de educação para a cidadania global, nomeadamente nas vertentes de educação para os direitos humanos, educação para o desenvolvimento sustentável, educação ambiental, educação para a paz, educação para a interculturalidade e educação para a saúde.
- Estimular, promover e apoiar a execução de projectos e programas na área do emprego e da formação profissional, nomeadamente empreendedorismo social e criação de emprego.
- Criar, executar e apoiar projectos e programas de assistência científica, técnica e tecnológica que contribuam para a autonomia das respectivas populações.
- Participar em projectos e programas de cooperação para o desenvolvimento.
- Contribuir para o reforço da sociedade civil, designadamente através da colaboração com Organizações do terceiro sector.
- Promover a interculturalidade e multiculturalidade através de acções específicas e de apoio a acções de outras Organizações.
- Promover a igualdade de género.
- Promover a cidadania europeia.
- Fomentar acções para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas suas vertentes de ensino, cultura, assistência científica e técnica, emprego e formação profissional.

Objectivos Complementares

- Divulgar e disseminar a Língua Portuguesa no mundo.
- Desenvolver acções de solidariedade, no sentido lato do termo, através da cooperação entre povos, independentemente dos sistemas políticos e forças religiosas que os regem.

- Promover parcerias com quaisquer Organizações que tenham objectivos comuns aos da E&O e se pautem pelos mesmos valores humanistas.
- Contribuir para o crescimento do capital social de Portugal, através de acções de sensibilização que demonstrem a importância da participação activa da sociedade civil no actual contexto de globalização.
- Promover cursos, estágios, seminários, colóquios, palestras, conferências, encontros, exposições e outras iniciativas semelhantes.
- Apoiar a produção e divulgação de trabalhos que se enquadrem nos objectivos da Associação.
- Desenvolver quaisquer outras actividades relacionadas com a sua missão.

CONTACTOS

Sede: Rua Dr. António Bernardino de Almeida, N.º 431 – Edifício R, Salas 101/102, 4200-072 Porto

Telefone: +351 228 340 583 * **Telemóvel:** +351 965 704 711

E-mail: secretariado@engenhoeobra.org * **Website:** www.engenhoeobra.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 29 de Abril de 2006

Natureza Jurídica: Associação da sociedade civil, de direito privado e sem fins lucrativos.

Responsável máximo: Alfredo Soares-Ferreira, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Angola e Portugal

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Angola e Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Moçambique e Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Países de Língua portuguesa

Questões de género – Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Timor-Leste

Saúde – Timor-Leste

Segurança alimentar – Angola e Portugal

Capacitação da Sociedade Civil – Timor-Leste, Angola e Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

A E&O participa no momento em 3 Projectos ED apresentados ao IPAD em 2007, em consórcio e/ou parceria com a ONGD AJPaz:

Projecto “AO SUL...”

uma proposta de intervenção da E&O para a sensibilização da opinião pública portuguesa para as realidades económicas, sociais, culturais e ambientais dos países em desenvolvimento, nomeadamente de Angola; prevê a concepção e a implementação de acções concertadas de ED, nas zonas Norte, Centro e de Lisboa e vale do Tejo, partindo da concepção, realização e montagem de um documentário a filmar em Angola, que serve de suporte às acções projectadas.

Projecto “ELAS no Norte e no Sul: As Mulheres no Desenvolvimento”

uma proposta de intervenção da AJPaz, destinado a sensibilizar a sociedade portuguesa para a necessidade de reconhecer e apoiar o papel das Mulheres no Desenvolvimento Global, nomeadamente no Sul, a capacitar mulheres rurais, artesãs e empresárias do Norte para analisar e intervir nos processos de desenvolvimento global, através da criação de laços e iniciativas partilhadas de solidariedade e ainda a criar espaços de intercâmbio entre agentes e beneficiários de projectos de desenvolvimento comunitário e cooperação internacional cujo objectivo é a capacitação e inclusão das mulheres.

Projecto “Lés a Lés, Solidariedade Glocal”

uma proposta de intervenção da AJPaz, que tem como principal finalidade sensibilizar e mobilizar as/os agentes locais de desenvolvimento para um consumo responsável e sustentável, que pretende alargar as práticas ED a territórios locais e rurais em Portugal e reforçar modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconómico e os valores de justiça e solidariedade subjacentes.

Outras intervenções

A intervenção da E&O tem sido direccionada para iniciativas a nível da Educação para o Desenvolvimento, quer no plano de formação interna dos seus associados, a fim de os preparar para intervenções futuras, quer no estabelecimento de parcerias com Organizações similares. Nesse sentido, a Organização promove, desde Outubro de 2006, um conjunto de iniciativas vocacionadas para a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania, através da divulgação aos Associados, no Porto e em Lisboa, dos princípios gerais e dos conceitos ligados ao tema em apreço; o processo foi iniciado em sessões alargadas, onde foram analisados documentos de referência, a começar pelo parecer da Comissão Nacional da UNESCO, “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), Contributos para a sua dinamização em Portugal”. Como resultado das iniciativas referidas, foi apresentado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N) uma **Proposta de Intervenção**, em que é apresentado um Plano que contém, entre outros pontos:

- uma proposta de Acções de Sensibilização e de Formação em toda a Região Norte do País, no sentido de estimular uma cultura de participação cívica no domínios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- uma proposta de lançamento de um Projecto-piloto devidamente monitorizado, com a criação de uma rede de “lugares avançados” a partir de experiências exemplares de implementação de projectos de Educação para o Desenvolvimento Sustentável,
- uma proposta de um Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local;

- uma proposta de um Projecto de Intervenção Formactiva (Curso de formação) para formação de “Formadores de Formadores em Desenvolvimento Sustentável”, a apresentar ao IIEP, para homologação. Existem já elaborados referenciais de formação concretos para as intervenções formativas referidas, bem como a proposta do Projecto-piloto, que conta desde já com o alto patrocínio do Governo Civil do Porto para o efeito.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Sociedade Civil: trabalhadores, estudantes, professores, autarcas, profissionais e técnicos de vários sectores, Comunicação Social, Autarquias Locais, Organizações de Trabalhadores / Sindicatos, Empresas e Associações Empresariais.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Pessoal Contratado (1), Estagiários (3), Voluntários (a tempo inteiro e parcial - 32).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- PADOR.

PUBLICAÇÕES

Newsletter “Espalhem a Notícia” (semestral)

Folheto divulgação E&O, em português e inglês

Documentário “Viver Ao Sul”, uma recolha que a Equipe Técnica E&O efectuou em Angola, desde Luanda a Kalandula, passando por Malange e todo o posterior trabalho de produção e montagem, procurando reflectir a realidade de como de facto se vive ao Sul. (integrado no Projecto “AO SUL...”)

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

A ONGD

A EAPN Portugal representa a European Anti Poverty Network (EAPN), desde a sua Fundação, em 1990. A EAPN é uma associação sem fins lucrativos (ASBL), sediada em Bruxelas, estando representada em cada um dos Estado - Membro da União Europeia por Redes Nacionais.

A EAPN Portugal é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, constituída a 17 de Dezembro de 1991. Em 1995, é reconhecida, pelo Instituto de Cooperação Portuguesa, como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

MISSÃO

A missão da EAPN Portugal é defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil.

METAS E OBJECTIVOS

- Promover acções que aumentem a eficácia dos programas de luta contra a pobreza e a exclusão social e incentivar acções inovadoras neste campo;
- Estabelecer/dinamizar uma interacção (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Colaborar na concepção/definição de programas de acção e políticas sociais;
- Garantir a função de “grupo de pressão” para os menos favorecidos;
- Promover junto das pessoas ou grupos que se encontram em situação de pobreza/exclusão, por um lado, e junto dos agentes de intervenção (profissionais, trabalhadores sociais, dirigentes de instituições particulares de solidariedade social), por outro, a integração social e a Organização de serviços e outras actividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas que se encontram em situação de pobreza/exclusão.

CONTACTOS

Sede: Rua Costa Cabral, 2368, 4200-218 Porto

Telefone: 225420800 * **Fax:** 2254033250

E-mail: geral@eapn.pt * **Website:** www.eapn.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 17 de Dezembro de 1991

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Responsável máximo: Padre Jardim Moreira, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal e outros países da Europa.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção Social, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Informação, Investigação e Lobby no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Formação profissional – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal e Europa

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade educativa alargada; Sociedade civil, em geral; ONG de acção social, em particular, dirigentes, quadros técnicos e voluntários; Partidos Políticos, Sindicatos e outras Organizações; Pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Estagiários; Voluntários.

PUBLICAÇÕES

Edição de diversos estudos, guias, documentos [consultar em www.eapn.pt]

Revista Focus Social, publicação trimestral

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

A ONGD

A EPAR, Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção, crl, Cooperativa multisectorial de Ensino e Solidariedade, detentora da Escola Profissional Almirante Reis, nasceu de uma ideia que pressupõe a concepção e implementação de um sistema educativo e formativo com base nos princípios de participação, descentralização, autonomia e cooperação, sendo este último alvo de especial atenção no que concerne o envolvimento dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A EPAR diferencia-se, também, pela sua Missão, numa óptica de intervenção multicultural, de promoção da diversidade e da inserção social e solidariedade.

Após mais de 7 anos de actividade da Escola Profissional Almirante Reis, e por força da aplicação do DL 04/98 de 4 de Janeiro, a EPAR assumiu a natureza Jurídica de Cooperativa Multisectorial de Ensino e Solidariedade, entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, com o n.º de Pessoa Colectiva: 504 883 526 e a designação de EPAR, Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção, crl, sendo hoje a EPAR uma entidade com perto de 17 anos de actividade e experiência no Ensino Profissional, na Formação Profissional e na Inserção Sócio Profissional.

MISSÃO

“Promover a inserção cultural, social e profissional das Pessoas, potenciando a diversidade e multiculturalidade como valor acrescentado e factor de reforço relacional entre pessoas, Organizações e seus espaços, de forma sustentável”

METAS E OBJECTIVOS

O nascimento da EPAR, como instituição protocolada com o Ministério da Educação no âmbito do Ensino Técnico-Profissional e vocacionada, também, para a Formação e Inserção, e a sua posterior transformação numa Organização sem fins lucrativos, uma cooperativa, multisectorial de ensino e solidariedade, reveste-se de valores que, para além das palavras que representam, se têm traduzido numa prática difícil de percorrer.

O seu Projecto Educativo, aquando do seu nascimento, reflectiu a preocupação e o desejo de desenvolvimento de acções que contemplassem os PALOP, de forma pioneira, afirmando-se como “Republicano, Laico e Solidário”, transportando valores de cidadania global, que ainda hoje se mantêm.

Sendo a EPAR uma Cooperativa multisectorial de ensino e solidariedade social, o ensino, a formação profissional e a consultoria são, nas suas diferentes formas e metodologias, os mecanismos de intervenção que mais tem utilizado.

A actualização, o desenvolvimento e a qualificação profissional das pessoas e das Organizações são instrumentos utilizados pela EPAR para realizar os seus objectivos e consubstanciar a sua Missão. O suporte à empregabilidade e quaisquer outras formas de inserção e valorização das pessoas, constituem as suas áreas de intervenção primordiais.

Do ponto de vista estratégico, a EPAR tem definidos objectivos que são fundamentais à sua afirmação no mercado e ao reforço e saneamento da sua situação financeira, dado o facto de, na sua Maioria, desenvolver projectos e programas co-financiados por fundos comunitários e/ou pelo Estado Português.

- Procura e análise de novas Parcerias que potenciem o reforço e a complementaridade de competências da EPAR e/ou da sua descentralização, nomeadamente através da sua internacionalização;
- Homologação de Cursos que confirmam a dupla certificação, qualificação profissional e/ou equivalência

académica.

- Criação de segmentos de actividade novos que reforcem a posição da EPAR no Ensino, na Formação e na Inserção e que se relacionem com estas actividades

CONTACTOS

Sede: Rua do Paraíso, n.º 1 - 5, 1100-396 Lisboa

Telefone: 21 884 41 30 * **Fax:** 21 888 28 02

E-mail: nataliafox@epar.pt * **Website:** www.epar.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1 de Julho de 1992

Natureza Jurídica: Cooperativa Multisectorial de Ensino e Solidariedade

Responsável máximo: Ana Bela Martins Pereira da Silva, Presidente de Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Moçambique e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Ensino e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Educação formal

Emprego/Inserção na vida activa

Formação profissional

Pobreza/Exclusão Social

Questões de género

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Estudantes do Ensino Secundário

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- OCPLP

PUBLICAÇÕES

tvonline: www.epar.tv



EQUIPA D'ÁFRICA

A ONGD

A Associação Equipa d'África surge em 1998, a partir de um grupo constituído por 9 jovens com raízes nas Equipas de Jovens de Nossa Senhora. Desde então, desenvolve anualmente projectos de voluntariado-missionário e actividades de cooperação social e pedagógica em Moçambique e Portugal, tentando melhorar as condições de vida das populações locais.

Actualmente, é constituída por cerca de 30 jovens voluntários, entre os 18 e os 30 anos de idade, que disponibilizam o seu período de férias para partir em missões com a duração de um mês e meio a dois meses. Para tal, participam na formação anual que tem em vista a preparação para missão, mas também o crescimento pessoal e social dos voluntários, assim como a sensibilização para os problemas sociais da actualidade e para a participação nas repostas comunitárias existentes em Portugal e Moçambique.

Os voluntários que integram as missões em Moçambique trabalham em cooperação com as equipas missionárias do terreno, dando particular destaque às áreas da educação, formação e a saúde. Ao longo destes 15 anos de missão, a Equipa d'África esteve presente em diferentes províncias de Moçambique (Maputo, Inhambane, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia), contando já com 68 projectos de curta duração, em 20 locais distintos. Em 2008, foram reiniciados os projectos em Portugal, realizados em instituições de intervenção social, paróquias e comunidades locais. Nos últimos anos, tem sido ainda reforçada a aposta nos projectos de voluntariado de longa duração (1 ano de missão), como forma de proporcionar uma experiência de voluntariado mais intensa e profunda, mas principalmente para procurar apoiar de uma forma mais contínua as missões que nos acolhem em Moçambique e dar resposta às suas necessidades.

No ano 2009, a Equipa d'África começou a desenvolver também projectos de educação para o desenvolvimento e para a cidadania (Projecto Braços no Ar), inicialmente com uma turma do primeiro ciclo, e mais tarde com alunos do ensino secundário.

MISSÃO

Cooperar com a igreja católica em Portugal e em Países em Desenvolvimento no seu trabalho social e pedagógico, colaborando para uma melhoria das condições sociais da população local.

METAS E OBJECTIVOS

- Contribuir para o desenvolvimento da população portuguesa e moçambicana;
- Desenvolver acções de voluntariado em prol dos indivíduos, famílias e comunidades de Portugal e Moçambique;
- Promover a formação de jovens, tendo em vista a sua formação pessoal e a preparação para desenvolver projectos de voluntariado missionário;

CONTACTOS

Sede: Praça da Estrela nº 12 1200-667 Lisboa

Telefone: 213972532 / 962286692

E-mail: geral@equipadafrica.com * **Website:** www.equipadafrica.com

Redes Sociais: [facebook.com/equipadafrica](https://www.facebook.com/equipadafrica)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 22 de Fevereiro de 2007

Natureza Jurídica: Associação Juvenil para o Desenvolvimento

Responsável máximo: Carlos Costa, Presidente da Associação

A EQUIPA D'ÁFRICA É TAMBÉM:

Associação Juvenil

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Moçambique e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Portugal e Moçambique

Saúde - Moçambique

PROJECTOS E ACÇÕES

Formação de voluntários para missão (anual)

País: Portugal; Objectivos: 1. Dar a conhecer os valores e cultura que regem a Associação Equipa d'África - os pilares (vida em comunidade, serviço, oração e entrega); 2. Sensibilizar os voluntários para os problemas sociais da actual e futura sociedade, principalmente em Portugal e Moçambique; 3. Desenvolver acções de voluntariado em prol dos indivíduos, famílias e comunidade; 4. Promover o desenvolvimento pessoal, social e espiritual dos voluntários; 5. Capacitar os voluntários dos instrumentos adequados para integrar os projectos da Associação Equipa d'África; Grupo alvo: jovens dos 18 aos 30 anos.

Projectos de curta duração em Moçambique - 2013 (Macomia e Metoro) e 2012 (Cuamba, Maúa e Metoro)

País: Moçambique; Objectivos: 1. Apoiar os projectos e actividades desenvolvidas pelas entidades locais no terreno; 2. Formar e capacitar as populações locais com conhecimentos e instrumentos em diferentes sectores: saúde, educação, ambiente etc; Grupos alvos: crianças, jovens e adultos das comunidades.

Projectos de curta duração em Portugal - 2013 (Almeida, Gavião e Vale de Água) e 2012 (Vale de Água e Vimeiro/Turquel)

País: Portugal; Objectivos: 1. Apoiar os projectos e actividades desenvolvidas pelas entidades locais no terreno; 2. Realizar actividades pedagógicas e de animação socio-cultural para crianças e idosos; Grupos alvos: crianças, jovens e idosos das comunidades.

Projecto Semeia (longa duração)

País: Moçambique; Objectivos: 1. Criação e organização de uma Escolinha em Quissico; 2. Dinamização e organização da biblioteca da missão palotina de Quissico; 3. Alfabetização de adultos; Grupos alvos: crianças dos 3 aos 5 anos, crianças e jovens em idade escolar, adultos (principalmente mulheres).

Projecto Braços no Ar

País: Portugal; Objectivos: 1. Sensibilizar e alertar os jovens para os actuais e futuros problemas existentes na sociedade portuguesa; 2. Promover uma participação activa e responsável na sociedade;

3. Levar os jovens a desenvolver iniciativas ou apoiar projectos de intervenção social já existentes na comunidade; Grupos alvos: Jovens do Ensino Secundário.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (5), Voluntários (30).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Instituto Português da Juventude
- Plataforma das Entidades de Voluntariado Missionário da FEC
- Rede Nacional do Associativismo Juvenil.

PUBLICAÇÕES

Newsletter digital

Revista anual de apresentação dos projectos realizados

Livro “O sorriso que é teu”

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

A ONGD

A Fundação Cidade Lisboa é uma Instituição de Direito Privado, constituída por Escritura Pública em 10 de Janeiro de 1989 e reconhecida por Portaria publicada no Diário da República, II Série, nº 92, de 20/04/89;

É uma Instituição de Utilidade Pública, por Declaração publicada no Diário da República, II Série, nº 166, de 21/07/89;

As suas actividades foram reconhecidas de superior interesse cultural pelo Ministério da Cultura, estando, assim, ao abrigo da Lei do Mecenato;

É uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, reconhecida como tal pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua;

Está acreditada como entidade formadora pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social;

Está representada no Conselho de Administração e de Patronos da Fundação Arpad Szénes-Vieira da Silva e é membro fundador da Fundação Portugal - África;

É membro do Centro Português de Fundações, do European Foundation Centre e da Plataforma das ONGDs Portuguesas;

Tem como seu Presidente Honorário, S. Exa. o Presidente da República.

A Fundação Cidade de Lisboa surgiu da iniciativa do Engº Nuno Krus Abecasis e do empenhamento cidadão de vinte e três personalidades, que aceitaram o encargo de construir, valorizar e divulgar a Cidade, as suas ligações com Portugal e com outras cidades do mundo, tornando-a, cada dia mais, um grande e aberto centro de convívio e de realização pessoal, aproximando todos os falantes da língua de Camões, não só pela expressão, mas também pelos profundos sentimentos humanitários partilhados e que em todos se manifestam.

MISSÃO

Tem como objecto a promoção e defesa dos valores culturais, artísticos, monumentais, turísticos, etnográficos, educativos e sociais da Cidade de Lisboa, bem como o estímulo ao estudo da realidade urbana em geral e o desenvolvimento de relações e intercâmbio entre Lisboa e outras cidades, a nível nacional e internacional, nomeadamente com as de língua oficial portuguesa ou em que vivam significativas comunidades portuguesas.

METAS E OBJECTIVOS

Desde a sua criação, em 1989, que a Fundação Cidade de Lisboa assumiu como valores orientadores da sua actuação a promoção da língua e da cultura portuguesa, a valorização da diversidade cultural lusófona, o reforço da coesão social e a formação e qualificação das pessoas.

Dando cumprimento a esses objectivos, desenvolve, desde 1990, o projecto “Colégio Universitário da Cooperação - Nuno Krus Abecasis” que concede bolsas de estudo a estudantes oriundos dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, alojando-os em residência própria, preparando-os académica e culturalmente para regressarem aos seus países de origem e aí exercerem a sua actividade profissional, desempenhando uma verdadeira e eficaz acção motora no sentido de dinamizar a sociedade e de contribuir, tanto quanto possível, para o desenvolvimento auto-sustentado dos seus países.

O projecto concedeu até ao momento um total de cerca de 700 bolsas de estudo. Inclui a frequência

obrigatória de um programa cultural organizado pela F.C.L., e, ainda, a componente profissional, através da realização de estágios de trabalho junto de empresas e instituições ligadas ao projecto. Destina-se a jovens a frequentar cursos superiores em universidades sediadas na área metropolitana de Lisboa.

Em 2010, deu início ao projecto “Formar no Feminino”, na Ilha de Santo Antão, direccionado para as mulheres mais desfavorecidas e desempregadas, visando a formação/capacitação nas seguintes áreas: monitoras de apoio à primeira infância, promotoras de saúde sexual e reprodutiva e em empreendedorismo. As três formações incluem uma componente de sensibilização em saúde materno-infantil. Espera-se, com estas acções, reduzir a pobreza, aumentando a capacidade de empregabilidade feminina.

Em 2012, deu continuidade ao projecto “Formar no Feminino” com mais três acções de formação/capacitação a mulheres desempregadas e em situação de vulnerabilidade, nas áreas de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios, em técnicas de elaboração de projectos e em associativismo.

No âmbito da divulgação e do ensino da língua e da cultura portuguesa, realiza em Goa, nas cidades de Panjim e Margão, desde há 16 anos consecutivos, cursos de português, língua e cultura e, a partir de 2010, estende estes cursos às cidades de Calangute e Mapussá e a partir de 2013 também na cidade de Vasco da Gama.

No campo editorial, a Fundação Cidade Lisboa entende, desde o seu início, ser sua missão revelar, através da publicação de livros, as razões profundas do modo dos portugueses estarem no Mundo e de terem sido capazes de criar, através dos séculos, formas de convívio com outros povos. Nesse sentido, têm sido dadas à estampa várias obras de reconhecido valor.

Para além dos projectos próprios, a Fundação Cidade de Lisboa tem apoiado inúmeros projectos de carácter sócio-cultural realizados tanto em Portugal como nos PALOP e em Goa sempre que os mesmos se revelarem importantes no desenvolvimento e na ajuda das populações carenciadas, tendo sempre em conta os seus fins estatutários.

CONTACTOS

Sede: Campo Grande, 380 - 1700-097 Lisboa

Telefone: 21 756 82 41 * **Fax:** 21 756 82 48

E-mail: fcl@fundacaocidadedelisboa.pt * **Website:** www.fundacaocidadedelisboa.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: Janeiro de 1989

Natureza Jurídica: Instituição de Direito Privado

Responsável máximo: Álvaro Pinto Correia, Presidente do Conselho de Administração

A FCL É TAMBÉM:

Fundação.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde, Índia – Goa e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização,

Pobreza/Exclusão Social

Questões de género

PROJECTOS E ACÇÕES

Colégio Universitário da Cooperação - Nuno Krus Abecasis

Portugal

Grupos Alvo: Estudantes universitários oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa

Objectivos: Formar quadros superiores africanos que regressem aos seus países de origem e aí darem o seu contributo ao desenvolvimento

Formar no Feminino

Cabo Verde - Ilha de Santo Antão

Grupo alvo : mulheres desempregadas e em situação de vulnerabilidade

Objectivos: Capacitar mulheres desempregadas em empreendedorismo e gestão de pequenos negócios (no sentido de uma Maior pró-actividade e sensibilização para as implicações dos investimentos); de técnicas de elaboração de projectos (de carácter social, cultural e de negócios); e ainda na vertente de associativismo (questões formais e técnicas)

Cursos de Português - Língua e Cultura

Goa -Índia

Grupos alvo: todos quantos pretendam aprender a língua e a cultura portuguesa

Objectivos: Divulgar a língua e a cultura portuguesas e estabelecer ligações de amizade entre Portugal e a Índia

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (7), Estagiária (1).

1 Professor deslocado 10 meses/ano em Goa

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Centro Português de Fundações



FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

A ONGD

FEC, criada pela Igreja Católica em Portugal - Conferência Episcopal Portuguesa, Confederação Nacional dos Institutos Religiosos e Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos - surge no contexto das celebrações dos cinco séculos de acção missionária da Igreja Católica em Portugal, decorridas entre 1990 e 2000, no âmbito do encontro e reencontro dos povos da lusofonia e do seu relacionamento, fruto de uma história comum e da contínua e profunda acção desenvolvida pelos missionários ao longo de décadas junto das populações dos países lusófonos.

Numa primeira fase, a FEC esteve ligada às celebrações comemorativas, mas à medida que a década das Comemorações se aproximou do fim, a FEC assumiu a continuação desse relacionamento entre comunidades e Igrejas, através de actividades e projectos de desenvolvimento nos países de expressão portuguesa.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e Igrejas, inspirados pelo Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja Católica.

METAS E OBJECTIVOS

Objectivos da Cooperação para o Desenvolvimento:

- Objectivo Estratégico:
 - Construir parcerias sólidas e de longa duração que garantam a sustentabilidade das intervenções.
- Objectivos Específicos:
 - Reforçar o acesso à educação de qualidade, formal e não formal, das comunidades mais desfavorecidas.
 - Reforçar os conhecimentos e competências dos parceiros no âmbito do ciclo do projecto e áreas técnicas.
 - Melhorar o acesso das comunidades mais desfavorecidas a serviços de saúde de qualidade, em particular cuidados de saúde primários.

Objectivos da Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social:

- Objectivo Estratégico:
 - Sensibilizar e mobilizar a sociedade portuguesa para a justiça social e o desenvolvimento sustentável.
- Objectivos Específicos:
 - Fomentar o trabalho em rede na sociedade civil como meio de potenciar colaborações e capacitar para as questões do desenvolvimento
 - Desenvolver acções de advocacia social e campanhas que envolvam a sociedade civil.
 - Mobilizar a Igreja Católica em Portugal e nos países lusófonos para que seja voz activa e profética na promoção do desenvolvimento.
 - Promover o voluntariado missionário como instrumento de desenvolvimento, meio de encontro de culturas e agente multiplicador na sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento.

CONTACTOS

Sede: Quinta do Cabeço, Porta D, 1885-076 Moscavide, Portugal

Telefone: 218 861 710 * **Fax:** 218 861 708

E-mail: geral@fecong.org * **Website:** www.fecong.org

Redes Sociais: [facebook.com/fundacaofecooperacao](https://www.facebook.com/fundacaofecooperacao) * [facebook.com/presentessolidarios](https://www.facebook.com/presentessolidarios)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 12 de Junho de 1990

Natureza Jurídica: PCUP - Fundação

Responsável máximo: Jorge Líbano Monteiro, Presidente Conselho de Administração

A FEC É TAMBÉM UMA:

Fundação.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Advocacia Social, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Advocacia – Angola, Guiné-Bissau e Portugal

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Angola, Guiné-Bissau e Moçambique

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola, Moçambique e Portugal

Direitos Humanos – Angola e Guiné-Bissau e Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Moçambique

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Angola, Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Guiné-Bissau

Questões de género – Guiné-Bissau

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Guiné-Bissau

Saúde – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique

Segurança alimentar – Moçambique, Guiné-Bissau e Portugal

Outros - Capacitação Institucional – Angola, Guiné-Bissau, Moçambique

PROJECTOS E ACÇÕES

Programa Educação de Qualidade - Guiné-Bissau

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPO-ALVO: Professores do ensino básico, diretores de escola e comités de gestão participativa, formadores de agentes educativos, grupos comunitários responsáveis pelas hortas | Objectivo: Contribuir para a redução da pobreza através do aumento da qualidade da educação na Guiné-Bissau.

Twendela kumwe - Capacitação Institucional da Caritas de Angola

PAÍS: Angola | GRUPOS-ALVO: Técnicos da Direcção-Geral da Caritas de Angola e outros Recursos Humanos com funções de direcção e liderança nas 19 delegações provinciais da Caritas e noutras Organizações envolvidas no trabalho social da Igreja Católica de Angola | Objectivo: Melhorar a eficiência e integração das intervenções da Caritas de Angola e de outras Organizações envolvidas no trabalho social da Igreja Católica de Angola para benefício das condições de vida de populações desfavorecidas.

FORVIDA - Formação para a Vida

PAÍS: Angola | GRUPOS-ALVO: Enfermeiros, parteiras e responsáveis de unidades de saúde | Objectivo: Diminuição da mortalidade materna e infantil na população de utentes de 75 unidades de saúde nas províncias de Benguela, Bié, Huambo e Luanda.

Educação em Movimento II - Promoção da sustentabilidade da educação na província do Moxico

PAÍS: Angola | GRUPOS-ALVO: Alfabetizadores (pós-alfabetização e novos alfabetizadores) e líderes comunitários | Objectivo: Consolidar e diversificar a proposta educativa na província do Moxico, no âmbito da perspectiva de Educação Para Todos.

Educação Sustentável - Promoção da sustentabilidade integrada da educação na província do Moxico

PAÍS: Angola | GRUPOS-ALVO: Alfabetizadores, alfabetizandos e famílias da província do Moxico | Objectivo: Ampliar e fortalecer a proposta educativa na província do Moxico através de iniciativas de interesse e valorização dos recursos comunitários locais.

Grão a Grão

PAÍS: Angola | GRUPOS-ALVO: Animadores sócio-comunitários, representantes de camponeses, mulheres e moleiros | ObjectivoS: Aumentar, diversificar e criar rendimento da produção agrícola.

Skola i di nos – Escola como Pólo de Desenvolvimento

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPO-ALVO: Professores do ensino básico, directores de escola e comités de gestão participativa, formadores de agentes educativos, grupos comunitários responsáveis pelas hortas | Objectivo: Contribuir para a redução da pobreza através do aumento da qualidade da educação no ensino básico, na Guiné-Bissau.

Processos comunitários de desenvolvimento em Estados Frágeis - uma experiência piloto na Guiné-Bissau

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Técnicos de saúde, analistas, agentes de saúde comunitária e matronas, professores, comités da água, entrevistadores, directores e professores de escolas de ensino básico, associações de migrantes manjacos, formadores de professores guineenses e comunidade em geral | Objectivo: Combate participativo e educativo às Doenças Tropicais Negligenciadas pelas comunidades, agentes educativos e agentes de prestação de serviços, contribuindo para que a Guiné-Bissau tenha mecanismos de prevenção e tratamento mais eficazes, em particular no âmbito das doenças negligenciadas.

Maternidade sem Risco. Apoio à Casa das Mães - Guiné-Bissau

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: habitantes de 20 tabancas, mulheres grávidas e seus maridos, crianças com menos de 5 anos, matronas, educadores de pares | Objectivo: Melhorar o acesso aos cuidados de saúde, com destaque para a saúde materna e VIH/SIDA, malária e outras doenças de elevada prevalência na Guiné-Bissau.

Bambaram di Mininu – Observatório Nacional dos Direitos da Criança

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Crianças assistidas pela rede de intervenção | Objectivo: Contribuir para o respeito efectivo dos direitos das crianças na Guiné-Bissau.

Bambaram di Mindjer - profissionalização das mulheres e qualificação da educação de infância

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Interessados em inscrever-se no curso profissional de educação de infância; directores, subdirectores e educadores dos jardins-de-infância alvo; professores e outros profissionais de educação do sector autónomo de Bissau e regiões de Biombo e Cacheu; Crianças do jardim-de-infância Mariano Matteazzi e do jardim-de-infância Despertar | Objectivo: Contribuir para a escolarização das crianças, especialmente as do sexo feminino, e para a empregabilidade das mulheres por via da profissionalização do ensino pré-escolar guineense.

Educação em Emergência - Guiné-Bissau

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Professores, alunos e comunidades | Objectivo: Avaliação das necessidades educativas, campanha de sensibilização e campos de férias.

Campanha Aprender sem Medo

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Inspectores/formadores da Direcção Regional de Educação de Bafatá; agentes comunitários; directores e professores de escolas comunitárias do ensino básico; pais e encarregados de educação e líderes comunitários das tabancas nas quais se encontram as escolas comunitárias | Objectivo: Aumentar o número de dinâmicas de pedagogia positiva no processo ensinoaprendizagem nas escolas alvo.

Djunta Mon - Ensino de qualidade em português

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Professores, directores e subdirectores (em serviço) do EBU das escolas-alvo, dirigentes comunitários (associações locais, comités de gestão) e escolares (missionários responsáveis pelas escolas sob a tutela das Dioceses de Bissau e Bafatá, membros do Conselho de Educação), futuros formadores de escolas de base comunitária, inspectores estatais, técnicos de rádio e associações de jovens organizados em bancadas | Objectivo: Contribuir para a afirmação do português enquanto língua vernácula e de conhecimento no interior da Guiné-Bissau.

Reforço do ensino primário na região de Bafatá através de iniciativas comunitárias

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Alunos, professores, directores e representantes da comunidade, comités de gestão de escola, inspectores da Direcção Regional de Educação e uma ONG local | Objectivo: Aumentar o grau de instrução de crianças que frequentam escolas comunitárias da região de Bafatá.

Acesso e qualidade Educação básica - Guiné-Bissau

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Inspectores da Direcção Regional de Bafatá, professores e comités de gestão de escola | Objectivo: sensibilizar os diferentes agentes e comunidade educativa de 10 escolas comunitárias (9 em Bafatá e 1 em Cacheu) para as problemáticas da igualdade de género, protecção ambiental e direitos das crianças.

Capacitação de Estruturas da Igreja

PAÍS: Guiné-Bissau | GRUPOS-ALVO: Caritas Guiné-Bissau, Comissão Interdiocesana de Projecto, Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino, Conselho de Educação de Bafatá, Canchungo e Calequisse | Objectivo: Aumentar a capacidade das estruturas da igreja ao nível da Gestão de Ciclo de Projecto.

RUFARO - Projecto integrado para a redução da pobreza na região do Dondo, província de Sofala

PAÍS: Moçambique | GRUPOS-ALVO: Equipa técnica da Fundação FLVida e famílias do Bairro do Dondo | Objectivo: Contribuir para a redução da pobreza e melhoria da situação de segurança alimentar e de saúde das famílias do Dondo, através da experimentação e disseminação de um modelo sustentável de rentabilização agro-florestal e de cuidados de saúde.

Move-te pela Mudança

PAÍS: Portugal | GRUPOS-ALVO: Professores e alunos de Educação Moral e Religiosa Católica, monitores de grupos e movimentos de jovens | Objectivo: Promover uma Maior intervenção dos jovens como agentes de mudança por um desenvolvimento mais humano e sustentável.

REDES

PAÍS: Portugal | GRUPOS-ALVO: grupos de inspiração católica | Objectivo: contribuir para o Maior conhecimento e mobilização da sociedade civil portuguesa em torno do desenvolvimento solidário, dos ODM e do desenvolvimento sustentável.

Enlaces

PAÍS: Portugal | GRUPOS-ALVO: Técnicos de diferentes áreas de intervenção local, enquanto agentes multiplicadores de Educação para o Desenvolvimento | Objectivo: Contribuir para o desenvolvimento de competências de agentes de Educação para o Desenvolvimento junto de entidades descentralizadas.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (13), **Colaboradores locais** (Guiné-Bissau- 15), **Cooperantes** (Guiné-Bissau - 26; Moçambique -1; Angola - 2), **Voluntários** (2).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- CIDSE

PUBLICAÇÕES

Boletim + Escola. Por uma Educação para Todos. Bissau: FEC, Junho 2011, nº V.

Boletim + Escola. Por uma Educação para Todos. Bissau: FEC, Junho 2012, nº VI.

CARVALHO, Adalberto Dias (coord.), **Voluntariado: missão e dádiva.** Lisboa: FEC/Centro de Investigação de Paula Frassinetti, 2012.

CIDSE/FEC, **As mudanças que precisamos para o Futuro que Queremos**, versão portuguesa, Maio 2012

CIDSE/FEC, **O ITF para as pessoas e para o planeta. Financiar a justiça climática**, versão portuguesa, Junho 2011

CIDSE/FEC, **Tempo de repensar e recuperar o controlo sobre o futuro da humanidade**, versão portuguesa, Junho 2012

CIDSE/FEC, **Volatilidade dos preços dos alimentos, Consequências e impactos no Direito à Alimentação**, versão portuguesa, Outubro 2011

Igrejas Lusófonas. 2011 Ano Europeu do Voluntariado. Lisboa: FEC, Dezembro 2011, nº 24.

Igrejas Lusófonas. A encíclica Caritas in Veritae. Lisboa: FEC, Julho 2010, nº 23.

LOPES, Catarina (coord.), **Quando a sala de aula vai para a rua. Testemunhos de letrados sobre**

alfabetização. Lisboa: FEC, 2010.

LOPES, Catarina, **A arma de esperança na Guiné-Bissau: Educação para Todos,** Lisboa: FEC, 2011.

LOPES, Catarina, **Mudança de paradigma em Angola: da Ajuda de Emergência ao Desenvolvimento. Papel da Cáritas de Angola e suas associadas na educação e formação de recursos humanos** in II COOPEDU: Cooperação E Educação: ÁFRICA E O MUNDO, Centro de Estudos Africanos do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CEA-IUL), Lisboa, 2012.

LOPES, Catarina, **Papel das associações manjacas no desenvolvimento rural. Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau Bissau.** Africana Studia. Ética e Cooperação: Desafios de um desenvolvimento inclusivo. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Porto: nº 18 (1º semestre 2012), pp 83-96.

LOPES, Catarina, **Recortes da História da Guiné-Bissau.** Lisboa: FEC, 2010.

FEC, **Relatório do Diagnóstico de Saúde Materno-Infantil da Igreja Católica em Angola,** Versão 1.2, Fevereiro 2011.

Revista Guineense de Educação e Cultura. O Estado da Educação na Guiné-Bissau. Bissau: FEC, Março 2011, nº 1.

Revista Guineense de Educação e Cultura. O sector da Educação: principais problemas e boas práticas. Bissau: FEC, Maio 2012, nº 2.



FUNDAÇÃO
GONÇALO DA SILVEIRA

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

A ONGD

A FGS – Fundação Gonçalo da Silveira foi constituída em Abril de 2004 por iniciativa da Província Portuguesa da Companhia de Jesus. O seu propósito inicial foi a coordenação e apoio às missões dos jesuítas, resultado da preocupação da Província com o impacto do seu trabalho no terreno.

Em quase 10 anos de existência o aprofundamento do conhecimento de terreno, a identificação de necessidades de intervenção e a concretização de novas parcerias conduziram a um alargamento do âmbito de actuação da FGS intervindo hoje nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Educação para a Cidadania Global e da Ajuda Humanitária e de Emergência.

O seu percurso inclui a gestão de projectos de Cooperação em Moçambique e Timor-Leste, a coordenação de campanhas educativas em Portugal, nomeadamente a Campanha Global pela Educação, e ainda a promoção de campanhas de advocacia e de Apoio Humanitário e de Emergência.

A sua visão é a de um mundo mais justo e humano, onde todos vivam dignamente em liberdade e equidade, em harmonia e respeito pela natureza.

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento humano integral e sensibilizar a sociedade para um maior compromisso com os valores da igualdade e da justiça social.

METAS E OBJECTIVOS

Melhorar as condições de vida das comunidades mais desfavorecidas e consciencializar e motivar pessoas e comunidades para o exercício da sua cidadania global; Capacitar e empoderar para a transformação social.

CONTACTOS

Sede: Estrada da Torre, 26 | 1750-296 Lisboa

Telefone: 217 541 627/ 217 541 620 * **Fax:** 217 541 629

E-mail: geral@fgs.org.pt * **Website:** www.fgs.org.pt

Redes Sociais: [facebook.com/fundacaogoncalodasilveira](https://www.facebook.com/fundacaogoncalodasilveira)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: Abril de 2004

Natureza Jurídica: ONGD

Responsável máximo: Teresa Paiva Couceiro, Presidente de Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Brasil, Haiti, Moçambique, Portugal, Quênia e Timor-Leste.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda Humanitária e de Emergência, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural / Agricultura – Moçambique

Educação formal – Portugal, Timor-Leste e Moçambique

Educação não formal/alfabetização - Moçambique

Pobreza/Exclusão Social - Portugal

Reabilitação e construção de infraestruturas – Moçambique

Saneamento/água - Moçambique

Segurança Alimentar – Moçambique

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidades rurais e piscatórias; mulheres, crianças e jovens; e comunidade educativa alargada.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (6); Voluntários (2); Estagiário (1).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Global Ignatian Advocacy Network (GIAN).
- Plataforma Por Darfur
- Rede AEFJN
- Rede Fé e Desenvolvimento
- Rede Xavier

PUBLICAÇÕES

E-newsletter bimestral

Artigos mensais em diversas Publicações

Materiais didácticos disponíveis online.

FUNDAÇÃO BOMFIM

A ONGD

A Fundação Bomfim é uma Fundação de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, reconhecida em Diário da República como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública. Fundada em 1993 pela Igreja Evangélica Baptista de Braga, estamos localizados no centro histórico da cidade de Braga, próximo de 2 Bairros Sociais que apresentam problemáticas sociais.

O nosso trabalho diário e a nossa razão de ser são apoiar e ajudar os mais desfavorecidos tanto na área da Infância como na Terceira Idade.

A Fundação Bomfim desenvolve trabalho social em Braga e Guimarães, apoiando cerca de 130 crianças e jovens, dos 0 aos 18 anos, através de valências como a Creche, Jardim-de-infância e Lares de acolhimento para crianças e jovens de risco. Ao nível da Terceira Idade apoiamos cerca de 110 idosos carenciados através de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Em 15 de Outubro de 2004 obtive o reconhecimento oficial de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Presentemente está no planalto central de Angola com um projecto de desenvolvimento comunitário na Missão de Etunda (província de Huambo) onde apoia a população local nas suas necessidades básicas que incluem as cinco vertentes do projecto CESTA (Construção, Educação, Saúde, Testemunho e Agricultura).

Paralelamente à área social, a Fundação Bomfim possui em Braga uma escola de ensino artístico especializado de música com 380 alunos, tendo sido acolhida pela Câmara Municipal de Braga, com protocolo assinado a 17 de Outubro de 2008, para vir a ocupar a nova escola de Música do Mercado Cultural do Carandá.

MISSÃO

A Fundação Bomfim sendo uma Organização cristã tem por missão promover o desenvolvimento pessoal, social, espiritual e artístico de pessoas de todas as idades.

METAS E OBJECTIVOS

Temos dois objectivos principais para o projecto CESTA em Angola: a melhoria das Instalações para prosseguimento das actividades da Exploração agro-pecuária montada ao nível da Agricultura e na área da Educação o apoio complementar ao ensino escolar; por outro lado iremos desenvolver iniciativas que promovam a sustentabilidade do projecto CESTA / Leite Escolar.

CONTACTOS

Sede: Rua da Boavista, n.º 152 - 154, 4700-416 Braga, Portugal

Telefone: 253271267 * **Fax:** 253216236

E-mail: info@bomfim.org * **Website:** www.bomfim.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 15 de Fevereiro de 1993

Natureza Jurídica: Fundação de Solidariedade Social

Responsável máximo: Silas Esteves Pego, Director Geral e Vice-Presidente do Conselho Directivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Angola

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola

Educação não formal/alfabetização – Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Angola

Pobreza/Exclusão Social – Angola

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola

Saneamento/água - Angola

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Aldeia da Etunda - cerca de 100 famílias

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (2), Colaboradores no terreno (2), Cooperantes (2), Voluntários (5).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Associação Portuguesa de Educação Musical
- CNIS
- CLAS
- EAPN
- Rede Social

PUBLICAÇÕES

Boletim Bomfim - newsletter de periodicidade trimestral

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

A ONGD

Nasceu do diálogo e reflexão de Irmãos Maristas e leigos, que tinham como objectivos: promover a melhoria da qualidade educativa e contribuir para a promoção e assistência dos que mais precisam.

MISSÃO

Contribuir para a promoção da melhoria de condições de vida dos mais carenciadas, em especial crianças e jovens. Promovendo educação de qualidade e formação permanente a agentes educativos. Colaborar na educação para o desenvolvimento e solidariedade com os países em vias de desenvolvimento, em especial os PALOP, em resposta às suas necessidades, mediante a Organização e realização de programas comuns.

METAS E OBJECTIVOS

- Promover, criar, gerir, apoiar escolas e outros centros educativos de qualquer grau e tipo de ensino, dotando-os, total ou parcialmente, de todos os meios possíveis e necessários;
- Realizar cursos e trabalhos de formação e aperfeiçoamento de pais e professores, organizar seminários e conferências relacionados com a educação.
- Conceder apoio moral e financeiro a estudantes e professores sem recursos suficientes;
- Promover e dinamizar a realização de todo o tipo de actividades de carácter cultural, social e religioso;
- Promover e dinamizar a realização de estudos e publicações de obras sobre temas educativos, sociais, culturais e religiosos;
- Desenvolver actividades nas áreas de formação, educação e assistência que contribuam para a integração social de deficientes e marginalizados;
- Preparar, formar e enviar cooperantes e voluntários para os países em vias de desenvolvimento, em especial para os PALOP;
- Fomentar a criação de grupos de voluntariado social, organizar campanhas de solidariedade, ajudar e promover a assistência a pessoas ou a grupos mais necessitados, incluindo marginalizados;
- Implementar projectos de intervenção social que visem a formação e promoção de grupos desfavorecidos;
- Promover a cooperação internacional nos domínios de que se ocupa.

CONTACTOS

Sede: Estrada de Benfica, nº 372

Telefone: 217780073

E-mail: funda_champagnat@maristascompostela.org * **Website:** www.fundacaochampagnat.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1995

Responsável máximo: António Neves Leal

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Moçambique.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Nivava - Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique e Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade educativa dos Colégios Maristas de Lisboa e Carcavelos, **Estudantes do ensino superior.**

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Cooperantes, Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Conselho Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Irmãos Maristas
- Plataforma Voluntariado Missionário
- União Distrital das IPSS

PUBLICAÇÕES

Boletim trimestral

Newsletter Mensal da Casa da Criança de Tires

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

Perante a progressiva degradação do Hospital de Marrere, verificada a exiguidade dos meios técnicos disponíveis, sobretudo ao nível do saneamento, com o conseqüente impacto nas condições de atendimento e internamento dos doentes, a inoperância do sistema de saneamento, acrescido do relevante facto de não haver fornecimento de água desde o ano de 2002 que contribuiu para a existência de um ambiente insalubre no Hospital, a Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento lançou mão na reabilitação do Hospital de Marrere que assenta no Acordo assinado com a Arquidiocese de Nampula relativo à gestão do mesmo Hospital, que lhe foi atribuída por Acordo com o Ministério da Saúde.

Face à insustentabilidade do Hospital de Marrere por inexistência de verbas por parte da Arquidiocese de Nampula e ao exíguo apoio do Governo moçambicano, é intenção da Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento implementar um projecto agro-pecuário que possibilite:

- Alimentação variada e com qualidade aos doentes hospitalizados;
- Aquisição e manutenção de equipamentos hospitalares;

Para que este projecto seja possível a Fundação efectuou vários contactos com as Autoridades Locais nomeadamente com o Presidente do Município de Nampula e com o Governador da Província.

Este Projecto agro-pecuário foi merecedor do melhor acolhimento das referidas autoridades e, a atestá-lo, o Município de Nampula comunicou à Fundação a sua satisfação e motivação para a implementação do referido Projecto ligado ao desenvolvimento rural das áreas circundantes à Missão de Marrere.

O Conselho Municipal afirma-se disposto a discutir todos os vectores do Projecto incluindo a questão do reassentamento das populações que se acharem abrangidas pela implementação do Projecto agro-pecuário.

MISSÃO

A Fundação foi constituída para a prossecução de fins humanitários de interesse colectivo, de utilidade pública e de solidariedade social, vocacionada fundamentalmente para a promoção e desenvolvimento de acções de apoio nas áreas da saúde, educação, sócio económica e cultural e assistência de pessoas ou povos carenciados.

As áreas de actuação compreendem todas as formas de ajuda (promoção, subsídio, contribuição, participação, realização e compra) a qualquer projecto que permita atingir os objectivos ou finalidades da Fundação independentemente do país, nacionalidade, religião ou raça dos beneficiários, com especial atenção para os meninos de rua.

METAS E OBJECTIVOS

Promover o desenvolvimento integrado dos povos, apostando no reforço das iniciativas realizadas por Organizações idóneas e sempre que se afigure pertinente, apresentar novos projectos que visem colmatar situações graves e sem qualquer tipo de apoio.

CONTACTOS

Sede: Rua do Desterro n° 31 1069-200 Lisboa

Telefone: 218854000 * **Fax:** 218850446

E-mail: jose.carreira@regojo.pt * **Website:** www.ftregojo.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: Dezembro de 2003

Natureza Jurídica: ONGD

Responsável máximo: Teresa Regojo Otero, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Moçambique, Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Agro-Pecuária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique

Saneamento/água – Moçambique

Saúde – Moçambique

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores no terreno, Cooperantes, Voluntários.



G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

A ONGD

O G.A.S.Porto foi criado em Abril de 2002, por cinco amigos, jovens universitários. Hoje, é constituído por voluntários, desde jovens universitários a pessoas em actividade profissional, e actua de forma multidisciplinar em áreas como o apoio e dinamização sociocultural, a saúde e a educação, desenvolvendo de forma sustentável 11 projectos nacionais e 2 missões internacionais (Moçambique e Timor-Leste).

A nossa intervenção é multidisciplinar, desenvolve-se de forma profissional, íntegra, sustentável e sempre em grupo. Partindo de competências técnicas, focamo-nos na pessoa e no meio em que esta se insere.

Para desempenhar este trabalho do dia-a-dia, o G.A.S.Porto aposta em ser uma “Escola de Vida” onde cada voluntário possa crescer individualmente, em grupo e no Serviço aos outros. Para isso, o G.A.S.Porto promove a formação dos seus voluntários através de actividades tais como reuniões semanais, formações técnicas, fins-de-semana temáticos – de trabalho e de reflexão-, e uma caminhada a Santiago de Compostela.

MISSÃO

O G.A.S.Porto tem como missão ser uma Escola de Vida vocacionada para a Ajuda e Desenvolvimento Humano, contribuindo para um mundo melhor, com menos necessidades.

METAS E OBJECTIVOS

Promover inclusão / integração social:

- Melhorar condições de vida e de bem-estar;
- Promover oportunidades de crescimento socioeconómico integrado e sustentável;
- Responder a necessidades primárias.

Promover a formação e capacitação do indivíduo (*Empowerment*)

- Colaborar com outras instituições de carácter social alinhadas com os nossos valores e missão;
- Promover a inovação na área social.

Promover a envolvimento da sociedade no Desenvolvimento Humano/Solidariedade

- Promover a existência de uma “Escola de Serviço”.

CONTACTOS

Sede: FEUP – Rua Dr. Roberto Frias s/n, 4200-465 Porto

Telefone: 220413852 / 938973026

E-mail: gabinete.apoio@gasporto.org * **Website:** www.gasporto.pt

Redes Sociais: [facebook.com/gasporto](https://www.facebook.com/gasporto)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 2002

Natureza Jurídica: ONGD

Responsável máximo: Sérgio Guedes Silva, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Moçambique

Desenvolvimento Económico – Moçambique

Economia alternativa/ Microcrédito – Moçambique

Educação formal/Educação não formal – Portugal, Moçambique e Timor-Leste

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, Moçambique, Timor-Leste

Reabilitação e construção de infraestruturas – Moçambique

Saúde – Moçambique e Timor-Leste

PROJECTOS E ACÇÕES

Crescer de Mãos Dadas, Moçambique, apadrinhamento de crianças órfãs e/ou vulneráveis

Pfuka U Famba, Moçambique, prevenção e tratamento de crianças até aos 3 anos com subnutrição moderada

Kukula, Moçambique, Centro de Estudos e Desenvolvimento Infantil para crianças até ao 9º ano

Muchabje Millennium, Moçambique, desenvolvimento integral do bairro (educação, água, infraestruturas, ...)

Saúde em Movimento, Timor-Leste, prevenção e tratamento de doentes com tuberculose

Sementinhas, Timor-Leste, jardim infantil

Escola do Amor, Timor-Leste, ATL

Formação (português e informática) de adultos, Timor-Leste

Horizontes, Portugal, apoio ao estudo e acompanhamento tutorial de jovens institucionalizados

Futuros, Portugal, apoio ao estudo a crianças de Bairros sociais

100Diferenças, Portugal, acompanhamento de pessoas portadoras de deficiência mental

Abraço Amigo, Portugal, companhia a idosos isolados ou institucionalizados

FEUP Social, Portugal, apoio financeiro e social a alunos carenciados da FEUP

R.U.A., Portugal, diálogo e ajuda a pessoas em situação de sem-abrigo

P.O.N.T.E.S., Portugal, visitas a homens inseridos em comunidades de reinserção social

A.M.A., Portugal, apoio escolar e social a mães adolescentes institucionalizadas

Missões humanitárias nacionais, Portugal (Celorico de Basto, Seia e Vila Meã), dinamização de aldeias/instituições durante um período de duas semanas a um mês

Colónias de Férias, Portugal, acompanhamento de monitores adolescentes na dinamização de actividades e cuidado a crianças

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal. Colaboradores locais e Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- CLASP
- Comissão de Voluntariado da Universidade do Porto.
- FEC
- NPISA

PUBLICAÇÕES

maGASine - revista semestral - G.A.S.Porto

Newsletter mensal - G.A.S.Porto



GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

A ONGD

O Graal é um Movimento Internacional de mulheres de inspiração cristã que acredita ser indispensável tornar visível e operacional a intervenção das mulheres na sociedade para responder aos sinais e urgências em cada espaço sociocultural em que está inserido.

O Graal mobiliza mulheres de todas as condições sociais, culturas, idades e opções de vida, em ordem à criação de uma sociedade mais plural, inclusiva e justa, na qual prevaleça uma cultura do cuidado, cuidado de si, cuidado dos outros, cuidado do Planeta.

Promove actividades de carácter social e cultural que incluem a análise crítica dos diferentes contextos, pesquisa e produção de pensamento, educação e formação, dinamização de grupos, numa perspectiva de pesquisa/ acção / reflexão. Desenvolve sinergias com entidades afins.

Como Movimento Internacional, o Graal nasceu na Holanda em 1921, desenvolveu-se nos cinco continentes e cresceu em diversidade e experiência multicultural. Está activo, actualmente, em 20 países. Tem Estatuto Consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas e é membro da UFER – Movimento Internacional pela União Fraterna entre Raças e Povos.

O Graal internacional começou em Portugal em 1957. Constituiu-se como Associação de Carácter Social e Cultural em 1977, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 1985. Intervém em países dos cinco continentes, privilegiando os países de língua portuguesa, nomeadamente Angola, Moçambique e Cabo Verde. Lançou o Banco de Tempo em Portugal e coordena a rede nacional do Banco de Tempo.

MISSÃO

A missão do Graal situa-se ao nível da transformação do mundo numa comunidade global de justiça e paz, promovendo uma *cultura do cuidado*.

METAS E OBJECTIVOS

As Linhas de acção do Graal aprovadas em Assembleia Geral, para o período 2012-2014 são:

- Igualdade de Oportunidades / das Mulheres;
- Justiça Global/ Migrantes e Refugiados;
- Sustentabilidade do Planeta e Mudanças Climáticas;
- Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária;
- Educação para a Transformação;
- Teologia e Espiritualidade;

CONTACTOS

Sede: Rua Luciano Cordeiro, nº 24-6º A | 1150 - 215 Lisboa

Telefone: 21 354 68 31 * **Fax:** 21 314 25 14

E-mail: secretariado@graal.org.pt * **Website:** www.graal.org.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 29 de Dezembro de 1977

Natureza Jurídica: associação de carácter social e cultural

Responsável máximo: Ana Oom, Fátima Grácio e Maria Carlos Ramos, Conselho Coordenador do Graal

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal Continental e ilhas.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural e social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Angola e Cabo Verde, Moçambique, Portugal

Educação não formal/alfabetização – Angola e Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Moçambique e Portugal.

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Angola e Moçambique.

Questões de género – Angola, Moçambique e Portugal.

Xenofobia – Portugal.

Diálogo inter-religioso – Portugal.

Ecologia/Meio ambiente – Portugal.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidades locais, Mulheres, Imigrantes, Jovens profissionais, Público em geral.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradoras em Portugal, Colaboradoras no terreno, Voluntárias.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Secção das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
- Plataforma Portuguesa da European Network of Migrant Women
- Conselho Nacional de Movimentos e Obras de Apostolado dos Leigos (CNMO)
- Conselho de Movimentos e Obras do Patriarcado de Lisboa
- Entidade Formadora pela Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação, da Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

PUBLICAÇÕES

Publicações “Terraço”. Diversos números publicados desde 1999, resultantes de conferências realizadas no Centro do Graal – Terraço, em Lisboa.

As restantes publicações e materiais produzidos foram elaborados no âmbito de projectos desenvolvidos nas áreas: Conciliação da vida profissional com outras esferas da vida; Igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens; Diversidade e o diálogo intercultural e inter-religioso; Cooperação com países africanos de língua portuguesa. Destinam-se ao público em geral e a sua distribuição é gratuita.

Newsletter Bianual do Banco de Tempo dirigida às Agências.



GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

A ONGD

O GTO LX é uma Associação Sem fins Lucrativos, de direito privado, com sede em Lisboa.

Fundado em 2004, trabalha desde essa data com a metodologia de Teatro do Oprimido como ferramenta para a mudança da sociedade.

Desde a sua Fundação, que o GTO LX desenvolve vários projectos na área da intervenção comunitária. Em 2005, o GTO LX integrou a parceria de desenvolvimento do projecto DiverCidade, financiado pela Iniciativa comunitária EQUAL, sendo distinguido, em 2008, uma menção honrosa Projectar Um Novo Futuro, prémio destinado a reconhecer os melhores produtos e soluções EQUAL, tendo sido avaliadas características como o grau de inovação, a consistência e solidez, a flexibilidade, o valor demonstrado e o potencial de transferibilidade das soluções. Neste projecto, o GTO LX foi responsável pelo empowerment comunitário através da técnica do Teatro Fórum que assenta na criação colectiva de espectáculos onde são focadas e apresentadas as problemáticas dos públicos, fomentando, desta forma, o empowerment social através da partilha da realidade apresentada.

Desde o final de 2008 que o GTO LX tem vindo a intensificar o número de territórios onde desenvolve o seu trabalho, destacando-se o trabalho desenvolvido nos concelhos de Lisboa, Amadora, Moita e Barreiro.

A par dos projectos de carácter local desenvolvidos em território português, têm sido desenvolvidas diversas actividades e/ou parcerias com grupos congéneres que desenvolvem trabalho com recurso ao Teatro do Oprimido, nomeadamente com grupos de Moçambique, Brasil, Palestina, Reino Unido, França, Alemanha, entre outros.

O GTO LX é, desde 2009, membro da Fundação Anna Lindh e reconhecido como ONGD.

MISSÃO

Construir uma sociedade mais justa e plural, onde cada cidadão possa participar de forma activa e consciente nos processos de tomada de decisão que afectam a sua vida é a grande missão do GTO LX.

METAS E OBJECTIVOS

Implementar a metodologia participativa do Teatro do Oprimido junto de populações desfavorecidas, nas Organizações do terceiro sector e na sociedade em geral, como ferramenta de promoção do empowerment individual, capaz de fomentar espaços comunitários de reflexão, debate e exploração de estratégias de actuação que sejam a base do exercício de uma cidadania activa e responsável.

CONTACTOS

Sede: Travesa do Corpo Santo, 21, 2º, 1200 - 131 Lisboa

Telefone: +351 213 476 319

E-mail: geral@gtolx.org * **Website:** www.gtolx.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 3 de Outubro de 2005

Natureza Jurídica: Associação Sem Fins Lucrativos

Responsável máximo: Gisella Mendoza, Directora Artística

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal

Cultura – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Portugal

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género - Portugal

Saúde - Portugal

Xenofobia - Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Jovens afro-descendentes em situação de exclusão, Idosos, Pessoas com doença mental, Mulheres, Comunidade LGBT, Outros grupos/comunidades em situação de exclusão.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores fora de Portugal, Multiplicadores, Estagiários, Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Rede Portuguesa da Fundação Anna Lindh

PUBLICAÇÕES

Newsletter 4 vezes ano + envio de informação via mailing list com cerca de 8000 contactos.

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

O IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento é uma instituição sem fins lucrativos que se dedica à investigação, formação e reflexão nos domínios político, económico, social e educativo.

Fundado em Lisboa, a 19 de Fevereiro de 1979, foi reconhecido como pessoa colectiva de utilidade pública, a 8 de Junho de 1982 e como ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento em 1985. Está registado desde Setembro de 1999 com o número 6626/99 no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD, actual Camões, I.P., ao abrigo da Lei 66/98 de 14 de Outubro, que aprova o Estatuto das ONGD.

A actividade do IED é apoiada pelo recurso a financiamentos de Fundações, Agências Governamentais, organismos internacionais e nacionais, sendo legítimo destacar os financiamentos oriundos da União Europeia, do Camões, I.P. e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao longo da sua existência tem contado com a colaboração de um largo número de especialistas no desenvolvimento de projectos e de acções de formação e de cooperação, associando às actividades, sempre que oportuno, académicos, investigadores e políticos portugueses e estrangeiros.

O Instituto trabalha igualmente no domínio da cooperação, nomeadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e em resultado dessa actividade estão presentemente em funcionamento, em Angola, o Centro de Formação Profissional Fadário Muteka no Huambo, o Centro de Formação Profissional do Lobito e o Centro de Formação Profissional de Luanda e na Guiné-Bissau a Escola de Artes e Ofícios do Bairro do Quelele, em Bissau.

Para além da cooperação e da formação, o IED trabalha igualmente no domínio da pesquisa, investigação técnica e da educação para o desenvolvimento, sendo a actividade de edição uma das que tornou o Instituto mais conhecido nos meios científicos e universitários tendo, até ao momento, mais de 80 títulos publicados.

A divulgação pública das actividades do IED é assegurada pela publicação de resultados, em colecções diversas – Colecções ‘Estudos para o Desenvolvimento’, Cadernos ‘IED’, Cadernos ‘Juventude’, Colecção ‘Educação’, Colecção ‘CEE/IED’ – em edições especiais em colaboração com outras entidades e, ainda, pela publicação da Revista ‘Desenvolvimento’, iniciativas que têm contribuído para o profuso acervo bibliográfico constituído pelo IED ao longo da sua história, e que o consagraram uma referência no capital literário, educativo e sócio-cultural português produzido nas últimas décadas.

MISSÃO

O IED visa promover a melhoria das relações entre os povos, estudando e ajudando a superar todas as formas de intolerância e discriminação e colaborando na defesa dos direitos dos povos e dos indivíduos e de um ambiente equilibrado.

METAS E OBJECTIVOS

A associação foi constituída com a finalidade de fomentar o estudo e a reflexão sistemática sobre temas relacionados com o desenvolvimento económico, social e cultural do País, elaborando propostas concretas para o progresso da sociedade portuguesa numa perspectiva de socialismo democrático. Para tal, o IED promove:

- a elaboração de estudos de investigação sobre a relação entre os aspectos sócio-económicos e culturais e o comportamento político do País;

- a elaboração de estudos técnico-económicos que visem o esclarecimento de problemas concretos da conjuntura económica e política portuguesa;
- a promoção e divulgação, por qualquer forma, dos estudos realizados, bem como a Organização de apoio documental a todas as actividades da associação e a divulgação da informação sobre todos os aspectos que se incluam no âmbito das finalidades da associação;
- a formação de técnicos investigadores, recorrendo para isso, quando possível, a programas de cooperação com organismos congéneres.
- a reflexão e acção sobre o processo de integração europeia;
- o estudo e promoção de projectos do domínio da cooperação e educação para o desenvolvimento;
- o apoio e intervenção no domínio da informação, formação e educação para o desenvolvimento;
- o estudo e apoio ao desenvolvimento sustentável sobretudo da informação, formação e educação ambientais.

CONTACTOS

Sede: Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 5, 3º B. 1900 - 221 Lisboa

Telefone: 21 847 38 65 * **Fax:** 21 847 38 66

E-mail: geral@ied-pt.org * **Website:** www.ied-pt.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 19 de Fevereiro de 1979

Natureza Jurídica: Pessoa colectiva de utilidade pública

Responsável máximo: Francisco José Tavares Gordo, Presidente da Comissão Directiva

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe,.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação e Formação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – São Tomé e Príncipe

Educação formal – São Tomé e Príncipe

Formação profissional – Portugal

Questões de género – Portugal

Xenofobia – Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

Em Angola, nos Centros reabilitados, o IED realizou **projectos de formação profissional e promoção de micro-empresas para soldados desmobilizados**, com o apoio da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e concluiu **projectos de qualificação de formadores e de formação profissional para o auto-emprego** no Huambo, no Lobito e em Luanda, e ainda, um **projecto de reabilitação comunitária de uma comunidade piscatória** em Benguela.

Na Guiné-Bissau, o IED desenvolveu **projectos de formação profissional sob a forma de “Escola de Artes e Ofícios”**. No Paraguai concluiu um **projecto de “Apoio à Modernização Institucional do Paraguai”**.

Na esfera nacional, muitos projectos têm sido realizados em colaboração com outras instituições e financiados por entidades governamentais, principalmente nas áreas das relações externas, da indústria e energia e da educação, tais como:

- **Colóquio “As diásporas indianas contemporâneas originárias do espaço lusófono e das suas fronteiras”;**
- **Estudos “Género e Comportamento Eleitoral - o eleitorado português e a actividade política das mulheres”;**
- **Estudos “Populações no Concelho da Amadora”, “Estudo de Avaliação da Cooperação com Cabo Verde no Domínio do Ensino Superior”;**
- **Estudos “Caracterização da Comunidade Minoritária do Concelho de Vila Franca de Xira”;**
- **Estudos “Cidadania, Autoridade e Investigação – análise de práticas de democracia em sede escolar”;**
- **Estudos “Qualidade e Transparência – Análise dos Processos e Resultados de Garantia da Qualidade”;**
- **Projecto “Debate e Informação sobre o Futuro da Europa” e o “Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar da Intervenção Estrutural de Iniciativa Comunitária Equal”.**

Actualmente, o IED desenvolve **acções de Formação na Região do Alentejo**. Trata-se de dois Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) – Agente em Geriatria e Assistente Familiar e de Apoio e à Comunidade a decorrerem em Évora, Estremoz, Beja e Sines. Estas acções são co-financiadas pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, no âmbito do POPH/QREN (Programa Operacional do Potencial Humano/ Quadro de Referência Estratégico Nacional).

No decorrer deste ano o IED promoveu também, no âmbito do POPH/QREN, **acções de formação integrada em Igualdade de Género - “Inovar nas Associações CPLP”**, Tipologia 9.7.4 – Apoio a Projectos de Formação para públicos estratégicos. Estas acções destinaram-se a dirigentes e activistas de Associações CPLP com sede em Portugal.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidade Educativa alargada, Dirigentes e activistas de Associações ligadas à CPLP, Dirigentes e activistas de Associações defensores dos direitos das minorias/ apoio à não discriminação.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Estagiários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ICE – Instituto das Comunidades Educativas
- SOLIDAR

PUBLICAÇÕES

Revistas:

Desenvolvimento - bianual (já não é editada) - 1000 exemplares

Colecção:

Estudos para o Desenvolvimento - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

CEE/IED - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

Educação - bianual (já não é editada) - 1000 exemplares

Cadernos:

IED - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

Juventude - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

Relatórios:

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - anual - 300 exemplares

World Economic and Social Survey - anual - 300 exemplares

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

A ONGD

Fundado em 1951 por vontade de Dona Maria do Carmo Constantino Ferreira Pinto, Marquesa de Valle Flôr, em homenagem ao seu falecido marido, o Marquês de Valle Flôr, e ao seu filho, José Luís de Valle Flôr, 2º Marquês de Valle Flôr, o IMVF começou por centrar a sua actividade na realização de estudos científicos, apoio à investigação e melhoria das condições socio-económicas nos países de língua portuguesa, essencialmente na Ilha de São Tomé.

A adesão de Portugal à CEE, em 1985, marca uma nova etapa na actuação do IMVF. Iniciam-se novas parcerias e a actividade do Instituto alarga-se a projectos de Desenvolvimento, na área da Cooperação e Educação bem como de Ajuda Humanitária de Emergência, considerados actualmente os pilares da sua actuação.

Desde 2001, o IMVF está presente em Portugal e em todos os países da CPLP, sendo hoje responsável pela gestão de cerca de 25 projectos nos mais diversos sectores, entre os quais Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, Capacitação e Fortalecimento Institucional, Sustentabilidade Ambiental, Cultura e Turismo Sustentável e Cidadania Global.

Hoje, com mais de 60 anos de trabalho, o IMVF procura responder aos desafios do presente, ciente de que a crise económica mundial veio acentuar as dificuldades das populações mais vulneráveis.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento socio-económico e cultural em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa.

METAS E OBJECTIVOS

Equidade social, política, económica e de género; rigor na gestão e execução dos projectos e programas; espírito de parceria, baseado na partilha de recursos e responsabilidades com parceiros locais, nacionais e internacionais; sustentabilidade das acções, assente no envolvimento, capacitação e responsabilização das comunidades beneficiárias dos projectos.

CONTACTOS

Sede: Rua de São Nicolau, 105, 1100-548 Lisboa

Telefone: 213256300 * **Fax:** 213471904

E-mail: info@imvf.org * **Website:** www.imvf.org

Redes Sociais: [facebook.com/imvfongd](https://www.facebook.com/imvfongd) * www.youtube.com/institutovalleflor * [issuu.com/imvf](https://www.issuu.com/imvf)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1 de Agosto de 1951

Natureza Jurídica: Fundação

Responsável máximo: Paulo Manuel Valle Flôr Telles de Freitas, Presidente do Conselho Diretivo

O IMVF É TAMBÉM:

Fundação.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Indonésia (Ilha das Flores), Moçambique, Portugal, São

Tomé e Príncipe, Timor-Leste.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda de Emergência, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Cultura – Brasil, Guiné-Bissau, Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Brasil, Timor-Leste

Desenvolvimento Económico – Brasil

Direitos Humanos – Brasil, Moçambique, Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau, Angola

Economia alternativa/ Microcrédito – Cabo Verde, Brasil, Portugal

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Portugal

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Brasil, Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Brasil, Guiné-Bissau, Portugal, Timor-Leste

Questões de género – Brasil, Guiné-Bissau

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Saúde – São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau

Segurança alimentar – Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Capacitação e Reforço Institucional – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste

Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, Compras Públicas Socialmente Responsáveis – Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

Angola

Gestão Comunitária de Chafarizes na Comuna do Cazenga e consolidação na Comuna do Tala-Hady (Fevereiro 2013 a Janeiro 2015)

Projecto de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Florestais (Março 2011 a Outubro 2013)

Projecto de Assistência Técnica, Apoio Institucional e Capacitação das AMOGEC's no âmbito do NMGCC (Janeiro 2011 a Janeiro 2012)

Projecto de Relançamento Sustentável da Produção e Comercialização do Setor Pecuário Privado, Familiar e Empresarial no Município da Ecuinha (Janeiro 2008 a Setembro 2011)

Promoção da Governação Democrática Local: Dinamização dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social do Município da Ecuinha e da Comuna do Chipeio

Brasil

Promoção de Tecnologias de Economia Solidária em áreas de Quilombos, no Maranhão (Abril 2013 a Abril 2016)

O percurso dos Quilombos: de África para o Brasil e o regresso às origens (Abril 2009 a Julho 2012)

Cabo Verde

Programa de Reforço dos Atores Descentralizados (Janeiro 2011 a Dezembro 2014)

Coerência das Políticas para o Desenvolvimento – o desafio para uma cidadania ativa em Cabo Verde (Janeiro 2012 a Dezembro 2014)

Projecto de valorização do património histórico-cultural da Ilha do Maio, Cabo Verde (Novembro 2011 a Abril 2012)

Projecto de consolidação e integração regional das redes de mutualidades de saúde da ilha de Santiago (Outubro 2009 a Setembro 2011)

Guiné-Bissau

Programa “No Pintcha pa Desenvolvementu” - Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (PAANE) (Agosto 2011 a Setembro 2017)

Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil: Componente de Reforço da Disponibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde Materno-Infantis (Julho 2013 a Julho 2016)

Bijagós, Bemba di Vida! Acção cívica para o resgate e valorização de um património da humanidade (Janeiro de 2013 a Dezembro de 2015)

Balal Gainako - Projecto de Dinamização dos Sistemas de Produção Pecuários nos Setores de Pitche e Gabu (Março 2011 a Fevereiro 2014)

Programa Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional nas Regiões da Guiné-Bissau (PDSA/GB) - Fase II (Novembro 2011 a Outubro 2013)

Urok Osheni! Conservação, desenvolvimento e soberania nas Ilhas Urok (Janeiro 2010 a 31 de Março 2013)

Projecto de dinamização dos circuitos comerciais regionais nos Setores de São Domingos e Bigene / Ingoré (Janeiro 2009 a Dezembro 2012)

Projecto OntunLan, N’do Botôr - Turismo Socialmente Responsável no Setor de Quinhamel (Janeiro 2009 a Dezembro 2012)

Projecto de Dinamização Integrada do Setor Privado Comunitário (Janeiro 2008 a Junho 2012)

Programa Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional nas Regiões da Guiné-Bissau (PDSA/GB) (Novembro 2009 a Outubro 2011)

Moçambique

Sinha Lowo Ni Kulangutelaca: Árvore da Esperança (Março 2010 a Maio 2012)

Mais Justiça Mais Cidadania - Projecto de Reforço Institucional e Promoção do acesso à Justiça (Fevereiro 2009 a Janeiro 2012)

São Tomé e Príncipe

Escola + Fase II (Setembro de 2013 a Agosto de 2017)

Saúde para Todos: Programa Integrado - Projecto de Cuidados Especializados e Telemedicina (Janeiro 2012 a Dezembro 2015)

Saúde para Todos: Programa Integrado - Projecto de Cuidados Primários: autonomia e eficácia (Janeiro 2012 a Janeiro 2015)

Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar - PDSA II (Março 2013 a Setembro 2015)

Programa Reforço dos Actores Descentralizados (Janeiro 2011 a Dezembro 2014)

Escola + (Setembro 2009 a Agosto 2013)

Saúde para Todos: Luta contra as doenças não transmissíveis (Março 2011 a Fevereiro 2013)

Saúde para Todos: Especialidades (Agosto 2009 a Dezembro 2011)

Saúde para Todos: Alargamento e Consolidação (Janeiro 2008 a Dezembro 2011)

Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar em São Tomé e Príncipe (Novembro 2009 a Outubro 2011)

Timor-Leste

Assistência técnica e reforço das competências da HASATIL e das Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento Rural em Timor-Leste (Março 2012 a Março 2015)

Mais Cidadania Mais Desenvolvimento (Junho 2011 a Dezembro 2013)

Projecto de Dinamização dos Mercados e dos Circuitos de Comercialização Locais (Fevereiro 2010 a Julho 2012)

Indonésia - Flores

Projecto de Melhoria do Acesso a Serviços Sociais Básicos (36 meses - Janeiro 2011 a Dezembro 2013)

Portugal

Desafiar a Crise – Promover a Justiça Global e o envolvimento dos cidadãos em tempos de incerteza (Abril 2013 a Abril 2016)

Museu Mundial (Abril 2013 a Março 2016)

Despertar para a Educação Global – Reforçar as competências dos membros das Organizações da Sociedade Civil europeias (Abril 2013 a Março 2016)

Acordo de Cooperação Camões, I.P - ECDPM - IMVF (Julho 2013 a Junho 2015)

Go Local: Por uma Cidade Sustentável (Junho 2011 a Maio 2014)

Projecto Landmark – Compras Públicas Mais Justas e Sustentáveis (Junho 2011 a Maio 2014)

Sem Fronteiras: Formar, Agir e Empreender (Setembro 2012 a Março 2014)

Redes para o Desenvolvimento: da Geminação a uma Cooperação mais Eficiente (Junho 2010 a Maio 2013)

Jovens Urbanos Ativos: Estilos de Vida ODM (Abril 2010 a Março 2013)

Jovens em acção contra o tráfico de seres humanos (Maio 2012 a Setembro 2012)

Educação para a Justiça Social I Escola Mundo (Junho 2009 a Maio 2012)

Objectivo: Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (Abril 2009 a Março 2012)

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal - Técnicos de projecto; técnicos de comunicação, logística e pessoal administrativo.

Colaboradores no terreno - Técnicos de saúde; técnicos agrónomos; técnicos de comunicação, entre outros, conforme necessidades dos projectos.

Cooperantes - Sempre que possível o IMVF evita o recurso a expatriados, dando preferência à contratação local, apenas são expatriados por períodos limitados de tempo técnicos qualificados em áreas específicas (agricultura, por exemplo), para a realização de estudos técnicos ou para gestão/accompanhamento dos projectos.

Estagiários - sempre que se proporciona, o IMVF facilita a inserção de jovens no mercado de trabalho disponibilizando-se para acolher estagiários em regime curricular, estagiários do IEFP, Programa Leonardo Da Vinci, entre outros.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Centro Português de Fundações
- European Foundation Centre
- Europe-Africa Policy Research Network (EARN)
- Realimentar
- Rede Nacional de Responsabilidade Nacional (RSO PT)
- European Centre for Development Policy Management (ECDPM).

PUBLICAÇÕES

IMVF Policy Paper 1/2013 - A Agenda Pós-2015 para o Desenvolvimento

IMVF Debates 2/2013 - Preocupações de Segurança nas Áfricas

Manual de Casos Práticos - Desenvolvimento e Cooperação

IMVF Debates 1/2013 - Political and Military Dynamics in the Sahel

Health in The Post-2015 Global Development Agenda - Position Paper

IMVF Proceedings 1/2013 - A Parceria África-Europa em construção: Que futuro?

O perfil das Organizações da Sociedade Civil do Distrito de Liquiçá e a sua relação com as Autoridades Locais

O Desafio do Desenvolvimento

Dinâmicas e Impactos da expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós

A Economia Local em Urok

Estudo Coerência Cabo Verde

Diálogos Interculturais

EU Member States on the road towards more Policy Coherence for Development (PCD)

Policy Coherence for Development Manual: From policy incoherence to fair politics

Boas Práticas de Contratação Pública Socialmente Responsável

Processos de Verificação da Responsabilidade Social na Cadeia de Fornecimento

Análise Institucional da Rede Hasatil e dos seus membros

Manual do criador de pequenos ruminantes

Manual do criador de gado bovino

Dinâmicas e Impactos da expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós - Guiné-Bissau

Todos os materiais publicados pelo IMVF estão disponíveis em <http://issuu.com/imvf>

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A ONGD

O ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária foi fundado em 1990 com o estatuto de Associação Juvenil de Âmbito Nacional. Actualmente está constituído como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) e pertence, desde 1991, à Plataforma Portuguesa das ONGD. Dada a sua diversidade de áreas de actuação, e embora apenas reconhecida oficialmente como Associação Juvenil e ONGD, poder-se-á considerar a integração do ISU no movimento das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Todo o leque de actuação do ISU desenvolve-se tendo como base 4 linhas de fundo: o Voluntariado, a Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para o Desenvolvimento e a Exclusão Social.

A comunidade africana em Portugal e nos países de origem e os jovens universitários constituem a população alvo dos projectos desenvolvidos pelo ISU. A actividade desta ONGD traduz-se, para além do desenvolvimento de diversos projectos de intervenção, numa sensibilização junto dos universitários para questões relacionadas com o espírito de solidariedade e de cooperação mútua. Deste modo, o ISU aposta no voluntariado como forma de participação activa na sociedade, de cooperação mútua, de interculturalidade, de tolerância e de abertura a desafios que possam conduzir a uma integração plena da comunidade africana no nosso país, especialmente no meio juvenil português. É este o cunho subjacente às quatro áreas de acção do ISU que constituem diferentes projectos com objectivos próprios, a saber:

- Gabinete de Apoio ao Estudante
- Inclusão Social
- Centro de Formação para o Voluntariado
- Gabinete de Cooperação

O ISU conta com o trabalho de voluntários em vários Núcleos: em Lisboa, na zona da Alta de Lisboa (a funcionar num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa), Gaia, Viseu e Faro.

MISSÃO

- Integrar e valorizar a diversidade sócio-cultural e pessoal dos vários intervenientes nos processos de desenvolvimento, através da partilha de recursos e competências;
- Promover o processo de transformação e desenvolvimento de competências pessoais, através de uma metodologia participativa (*empowerment*);
- Contribuir para processos de desenvolvimento local, através da complementaridade e de recursos locais de externos.

METAS E OBJECTIVOS

São fins gerais do ISU: Promoção da participação social e cívica das pessoas na comunidade, especialmente através do voluntariado; promoção dos direitos humanos; reforço da cidadania e igualdade de género; o apoio à família, a promoção da saúde, educação, formação profissional, empregabilidade e integração social dos cidadãos.

CONTACTOS

Sede: Rua Maria Alice n.º 9, 1750-360 Lisboa

Telefone: 21 7591831

E-mail: geral@isu.pt * **Website:** www.isu.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 21 de Junho de 1990

Natureza Jurídica: Associação Sem Fins Lucrativos/ONGD

Responsável máximo: Dr. António José Sarmento – Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Todos os PALOP e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Migrações - apoio a estudantes migrantes e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Angola

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Guiné-Bissau e Moçambique

Economia alternativa/ Microcrédito – Cabo Verde e Guiné-Bissau

Educação não formal/alfabetização – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Emprego/Inserção na vida activa – Angola

Formação profissional – Moçambique

Migrações – Portugal, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Todos os PALOP e Portugal

Questões de género – Todos os PALOP

Saúde – Guiné-Bissau

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Juventude, Comunidade Educativa alargada, Mulheres, Técnicos e Voluntários de Organizações da Sociedade Civil, Comunidades rurais.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Voluntários expatriados em projectos de longa duração (sede) - Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau (3). Uma média de 20 voluntários expatriados em projectos de curta duração por ano (sede e Núcleos) - Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Voluntários que participam em todos os projectos desenvolvidos pelo ISU (sede e Núcleos) em Portugal (30 por ano)

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Rede informal para o Consumo Responsável

PUBLICAÇÕES

Boletim trimestral

Publicações produzidas no quadro dos projectos do ISU de cooperação para o desenvolvimento e de ED

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A Associação o Leigos para o Desenvolvimento nasceu formalmente em Lisboa a 11 de Abril de 1986.

A ideia nasce muito antes, com o P. António Vaz Pinto, ainda em Coimbra no Centro Universitário Manuel da Nóbrega (CUMN) e mais alguns universitários que reflectiam sobre “o que fazer depois de terminado o curso?” Nasce a ideia de pôr os talentos a render, ao serviço de povos tão ligados a Portugal e que vivem em situações difíceis. Em 1984 o P. António parte para Lisboa, onde fundou o Centro Universitário Padre António Vieira (CUPAV). Encontrou desde logo um conjunto de pessoas com o mesmo sonho e após muitas reuniões ganham forma os pilares: a perspectiva cristã e a dimensão comunitária, começando a selecção de locais para lançar a primeira missão. Após uma viagem exploratória, o P. António e o grupo fundador decidiram começar por São Tomé e Príncipe, onde estão até hoje.

No início os voluntários eram apenas alguns jovens ligados ao CUMN e ao CUPAV mas, com o passar do tempo e a conquista de alguma notoriedade, jovens de todos os quadrantes da sociedade começaram a mostrar-se interessados e assim dando uma dimensão nacional aos Leigos para o Desenvolvimento, sendo actualmente cerca de 380 pessoas.

Depois de missões nas Roças Vista Alegre, Água Izé e Neves/Santa Catarina, da criação na capital do IDF - Instituto Diocesano de Formação João Paulo II e da dinamização a nível nacional dos CAEB - Centros de Apoio Escolar e Bibliotecas, em S. Tomé e Príncipe os Leigos para o Desenvolvimento estão actualmente com programas de desenvolvimento comunitário na Roça de Porto Alegre e no Bairro da Boa Morte em São Tomé.

Os Leigos para o Desenvolvimento foram para o Malawi, entre 1991 e 1994, a convite do Jesuit Refugee Service (JRS), para os campos de refugiados moçambicanos apoiando deste modo as populações deslocadas pela guerra. Em 1992 dois missionários LD viajaram para uma primeira missão em Angola, Uíge, encerrada um ano depois devido à guerra civil. Só em 1996 regressam a Angola, desta vez abrindo uma missão em Benguela, tendo em 2003 regressado também ao Uíge. Estas duas missões permanecem em funcionamento até hoje.

Acabada a guerra civil em Moçambique, os Leigos para o Desenvolvimento instalaram-se na província do Niassa, em Lichinga de 1993 a 2010 e em Cuamba desde 1997. Em 1994 no planalto da Angónia, em Tete, instalaram-se e colaboraram na reabilitação da Missão de Lifidzi, onde permaneceram até 1999. Em Moçambique, seguiu-se Fonte Boa, onde permaneceram até 2006, ano em que faleceu a voluntária Idalina Gomes, resultando no encerramento dessa missão. Estiveram também na Beira entre 2008 e 2009. Actualmente, os Leigos para o Desenvolvimento continuam na província do Niassa com a missão de Cuamba.

A prolongada ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, agravada pelos violentos acontecimentos de 1999 aquando do referendo para a independência, deixou o país com graves carências a todos os níveis. Tendo em conta a experiência dos Leigos para o Desenvolvimento, a Companhia de Jesus solicitou a sua presença no esforço de reconstrução do país, nomeadamente nas áreas da educação e da promoção social. Foi assim que, no ano 2000, abriu uma missão em Díli que durou até final de 2012.

Em Portugal, os Leigos para o Desenvolvimento abriram a sua missão em 1993 com o Centro S. Pedro Claver, centro activo até aos dias de hoje, e que tem por objectivo proporcionar apoio escolar a estudantes imigrantes e descendentes de imigrantes.

MISSÃO

Os Leigos para o Desenvolvimento assumem como Missão promover o desenvolvimento integral e integrado de pessoas e comunidades de países em desenvolvimento e de Portugal, com vista à sua capacitação e autonomização, através do testemunho e da intervenção preferencial de voluntários missionários qualificados.

METAS E OBJECTIVOS

De 2011 a 2015, os Leigos para o Desenvolvimento prevêem um crescimento gradual e sustentado do número de missões, que variará em função dos recursos e fundos angariados. No caso de existirem condições humanas e financeiras suficientes, em 2015 o número de missões pode passar para dez missões, distribuídas por cinco ou seis países distintos, incluindo Portugal. Contudo, as previsões são feitas tendo em conta vários cenários, pelo que na hipótese actualmente mais realista existiriam no terreno apenas cinco missões.

Independentemente de os Leigos para o Desenvolvimento poderem diversificar o perfil dos agentes de desenvolvimento que enviará para os projectos e missões que têm em curso, os principais actores continuarão a ser voluntários. Por isso, o planeamento sobre o número de missões deverá ser acompanhado pela projecção do número de voluntários (mínimo e máximo) para cada ano.

Nos territórios de missão as relações com Dioceses, Paróquias e Congregações Religiosas são encaradas como parcerias privilegiadas, mas são também identificadas e envolvidas outras entidades que são uma mais-valia para o desenrolar dos projectos, é dada especial atenção a Organizações de Base Local como forma de reforçar a sociedade civil dos países de missão. Ao nível local, dada a intervenção de proximidade que os Leigos para o Desenvolvimento desenvolvem, a dinamização ou participação em redes territoriais ou grupos comunitários é uma das preocupações, capitalizando as relações privilegiadas que os Leigos para o Desenvolvimento têm com os diversos actores locais e a população em geral. As universidades e os centros de investigação serão importantes parceiros a envolver com vista à sistematização de práticas e produção de conhecimento.

Um dos principais desafios dos Leigos para o Desenvolvimento para os próximos anos prende-se com a sua sustentabilidade financeira, razão pela qual a gestão orçamental deve ser encarada ainda com mais rigor, eficiência e transparência. As decisões sobre o número de missões, de projectos, de voluntários, de elementos da equipa executiva, etc. devem ser tomadas tendo em conta a situação financeira a cada momento e a perspectiva de crescimento orçamental de forma sustentada e sustentável.

Nesse sentido, é prioritário encontrar um equilíbrio mais saudável e sustentável entre as diferentes categorias de financiadores e doadores, procurando uma Maior diversificação de fontes de receita, reduzindo o impacto de fundos públicos, aumentando os fundos mobilizados a partir das empresas e de benfeitores individuais. Uma aposta importante passará por reforçar a mobilização de apoios e de financiamentos a partir dos países de missão, rentabilizando a imagem de credibilidade dos Leigos para o Desenvolvimento no terreno e agregando novas parcerias empresariais. Também será testado o lançamento de serviços para o exterior numa perspectiva de negócio social e analisado o retorno dessas acções.

Outra das apostas importantes dos Leigos para o Desenvolvimento para o quinquénio 2011-2015 é afirmar a ‘marca LD’ de forma mais consistente e profissional. Isso implica a montagem de um dispositivo de comunicação externa, fundamentado em planos de comunicação anuais e na dinamização de parcerias com agências, empresas ou colaboradores externos. Divulgar o trabalho desenvolvido por esta ONGD, reforçar a credibilidade da Organização e alargar a notoriedade a novos públicos, são desafios a ter presente na definição da estratégia de comunicação externa.

Uma das forças vivas dos Leigos para o Desenvolvimento são o grupo de ex-voluntários ('anciãos') que, após o regresso de missão, mantém, na sua Maioria, uma ligação forte e afectiva com a ONGD. Além do fomento de participação na dinâmica associativa formal, serão estimuladas condições para favorecer o âmbito de participação, envolvimento e compromisso dos 'anciãos' na vida da Associação.

CONTACTOS

Sede: Estrada da Torre, 26, 1769-014 Lisboa

Telefone: 21 7574278

E-mail: ongd.leigos@gmail.com * **Skype:** ongd_leigos

Website: www.leigos.org * **Redes Sociais:** [facebook.com/leigosparaodesenvolvimento](https://www.facebook.com/leigosparaodesenvolvimento)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 11 de Abril de 1986

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Filipe Nuno Barros Pinto, Presidente da Direcção e Maria do Carmo de Sousa Matos Fernandes, Directora Executiva

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – São Tomé e Príncipe

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Angola; São Tomé e Príncipe

Desenvolvimento Económico – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe

Ecologia/Meio ambiente – São Tomé e Príncipe

Economia alternativa/ Microcrédito – São Tomé e Príncipe; Angola; Moçambique

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Angola; São Tomé e Príncipe; Moçambique; Portugal

Migrações – Portugal

Questões de género – Angola; Moçambique

Reabilitação e construção de infraestruturas – São Tomé e Príncipe; Angola; Moçambique;

Saúde – Angola

Capacitação Comunitária – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal - 7 pessoas na sede dos Leigos para o Desenvolvimento em Lisboa

Colaboradores locais - 80 pessoas

Voluntários - 3 na sede + 40 no projecto em Portugal + 16 expatriados + 241 mobilizados localmente nos países de actuação.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Rede de Voluntariado Missionário

PUBLICAÇÕES

Boletim Informativo (Bimestral)

Estudo ‘Vidas de Missão - 25 anos de voluntariado dos Leigos para o Desenvolvimento’

Livro ‘Estamos juntos - 25 anos 25 contos’

Revista Africana Studia – em parceria com CEAUP

Livro “A ilha do arco-íris” - Livro infantil sobre interculturalidade

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A Associação foi criada a 7 de Fevereiro de 2008, tem a sua sede na freguesia da Ramada, Concelho de Odivelas. Desenvolve a sua acção em dois concelhos em Portugal e no Príncipe - São Tomé e Príncipe. No concelho do Bombarral funcionam as seguintes respostas sociais: Loja da Solidariedade, que apoia emigrantes romenos e população com carências económicas (90 famílias); Gabinete de apoio psicológico; Sala de Estudo apoiada por voluntários. No concelho de Odivelas funciona o Gabinete Inserção Profissional (GIP) em parceria com o IIEFP, apoiando na inserção profissional, acompanhamento psicossocial a cerca de 650 pessoas/mês. Na ilha do Príncipe, funcionam várias respostas sociais, construídas pela associação, promovendo uma rede de cuidados sociais e educacionais. As Respostas sociais são: lar de idosos, lar para crianças em risco, centro educativo Santa Teresinha (120 crianças), Centro educativo João Paulo (80 crianças), centro de fisioterapia, e apoio pecuniário quinzenal a 60 idosos.

MISSÃO

Promover os Direitos Humanos, combater a pobreza e a exclusão social

METAS E OBJECTIVOS

Objectivos da Cooperação para o Desenvolvimento

- Consolidar as parcerias existentes no Príncipe, de modo a garantir a sustentabilidade dos projectos existentes;
- Construir o Posto de turismo no Príncipe;
- Promover o voluntariado internacional;

Consolidar o crescimento em Portugal (Bombarral)

- Construir o Lar residencial e o lar de idosos;
- Consolidar as parcerias existentes no concelho do Bombarral.

CONTACTOS

Sede: Rua Marquesa de Alorna, nº 4 - 2620 -270 Ramada

Telefone: 219343891 * Fax: 219328094

E-mail: ligaravida.bombarral@gmail.com * Website: www.ligaravida.com

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 7 de Fevereiro de 2008

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: Pe. Arsénio Isidoro, Presidente

A LIGAR À VIDA É TAMBÉM:

IPSS.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Económico – São Tomé e Príncipe

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – São Tomé e Príncipe

Pobreza/Exclusão Social – São Tomé e Príncipe

Questões de género – São Tomé e Príncipe

Reabilitação e construção de infra-estruturas – São Tomé e Príncipe

Saúde – São Tomé e Príncipe

Apoio Social – São Tomé e Príncipe e Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

Centro Renascer - Portugal (Bombarral)

Grupo alvo: pessoas deficientes com mais de 16 anos. O objectivo é apoiar e acolher as pessoas deficientes com mais de 16 anos, promovendo e estimulando as suas capacidades, através de várias actividades lúdicas e criativas.

Lar de São José - Príncipe (São Tomé e Príncipe)

Grupo alvo: crianças vítimas de violência. Este lar acolhe crianças com idades entre os 1 e os 12 anos, vítimas de maus tratos e promove actividades de desenvolvimento integral de cada criança.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Crianças dos 2 aos 6 anos; Encarregados de educação; Desempregados; Pessoas com comprovada carência económica; Idosos.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal: técnica de serviço social, educadora social, administrativa e auxiliares de acção directa

Colaboradores locais: auxiliares de acção directa

Estagiários: professora de ginástica e professora de ensino básico

Voluntários no Príncipe: Técnica de fisioterapia, técnica de farmácia

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- CNIS
- Comissão Nacional de Promoção para o Voluntariado
- CPCJ do Bombarral
- Pador.
- Rede Social do Bombarral
- Rede Social de Odivelas



MDM P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

A ONGD

A Associação Médicos do Mundo (MdM) nasceu em 1980 na sequência da operação “Um barco pelo Vietname”, que levou assistência médica a um grupo de 2564 refugiados vietnamitas que se encontravam à deriva no mar da China, sem que nenhum país acesse em acolhê-los.

Bernard Kouchner, um dos fundadores da “Médicos Sem Fronteiras”, defendia a ideia de fretar um navio que levaria a bordo médicos e jornalistas para ajudar os refugiados e testemunhar as violações dos direitos humanos face à situação dos *boat people* vietnamitas. Enfrentando a oposição de alguns, que consideravam a operação demasiado mediática, Kouchner avançou com a missão. Esta é posteriormente prolongada com a acção desenvolvida a partir da “Ilha de Luz”, um navio transformado em hospital, que permite até ao fim dos anos 80 salvar a vida a milhares de refugiados.

Na sequência desta divergência de opinião, Kouchner e outros fundadores da “MSF” abandonaram aquela associação para fundar, no dia 1 de Fevereiro de 1980, em Paris, uma nova organização de ajuda humanitária com vocação internacional: a Associação Médicos do Mundo. O conceito de direito de ingerência, adoptado em 1987, serve de suporte às operações na Arménia, Curdistão e Somália. A medicina humanitária transforma-se num combate ético contra os ataques à deontologia.

Nesta linha, foi assinada em Cracóvia, em Março de 1990, a Carta Europeia de Acção Humanitária, onde se rejeita a exclusão, a discriminação, a tortura e as manipulações genéticas e se reafirma o envolvimento da medicina humanitária a favor do respeito dos equilíbrios ecológicos, da assistência a todas as vítimas e do direito internacional humanitário.

No decurso da década de 1990, o surgimento de novos conflitos que afectaram principalmente a população civil (como nos casos do Ruanda, da Serra Leoa, da Chechénia e da ex-Jugoslávia) levaram a Associação MdM a reafirmar o direito à protecção da população civil em ambientes de guerra. A Associação militou a favor da criação do Tribunal Penal Internacional, que permite hoje julgar pessoas responsáveis de genocídio, crimes contra a humanidade e violações do direito internacional humanitário.

Em Portugal, a Médicos do Mundo foi fundada em 1999, por um grupo de médicos que fizeram do lema “Lutamos contra todas as doenças, até mesmo a injustiça...” a sua principal luta. A sede funciona em Lisboa, com representações também em Lisboa, no Porto e em Évora. Actualmente conta com cerca de 12.984 doadores activos, 36.250 doadores inscritos e cerca de 200 voluntários activos.

Médicos do Mundo é uma Organização Não Governamental (ONG) de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, sem fins lucrativos, Filiação partidária ou religiosa. O nosso trabalho assenta no direito fundamental de todos os seres humanos a terem acesso a cuidados de saúde, independentemente da sua nacionalidade, religião, ideologia, raça ou possibilidades económicas. O facto de esse direito fundamental não ser garantido a um assinalável número de pessoas, quer em Portugal como no estrangeiro, justifica a nossa acção.

A prestação de cuidados globais de saúde é o pilar da nossa acção, sob o lema «Lutamos contra todas as doenças, até mesmo a injustiça...». No entanto, não combatemos apenas a doença; lutamos por fazer chegar aos mais desprotegidos um conceito alargado de saúde, que inclui o bem-estar físico, psíquico e social, tal como foi definido pela Organização Mundial de Saúde, na conferência que decorreu em 1979, em Alma Ata, ex-URSS. Esta concepção alarga o nosso campo de acção à denúncia das injustiças sociais junto da opinião pública, para que o aumento da consciência social de cada um seja a garantia da recusa das injustiças cometidas, todos os dias, um pouco por todo o mundo.

MISSÃO

Prestar cuidados de saúde às populações mais vulneráveis, quer em situações de emergência quer no combate à exclusão social, fora e dentro do país, independentemente da sua raça, religião ou cultura; Estimular o empenho voluntário de médicos e de outros profissionais de saúde; Garantir o apoio de outros profissionais qualificados, necessários para um bom desempenho das nossas missões.

METAS E OBJECTIVOS

A Médicos do Mundo, através da prestação de cuidados de saúde e outros complementares, com total independência, mobiliza os seus parceiros para uma acção solidária que vai para além da área da saúde;

Através das suas actividades e dos seus testemunhos, denuncia as violações de direitos humanos e, em particular, as barreiras ao acesso aos cuidados de saúde;

Desenvolve novas abordagens e novas práticas de saúde pública, baseadas no respeito pela dignidade humana;

Compromete-se a estabelecer relações totalmente transparentes com doadores e patrocinadores.

CONTACTOS

Sede: Av. de Ceuta (Sul), Lote 4, Loja 1, 1300-125 Lisboa.

Telefone: +351 213 619 520 / 21 * **Fax:** +351 213 619 529

E-mail: mdmp-lisboa@medicosdomundo.pt * **Website:** www.medicosdomundo.pt

Redes Sociais: www.facebook.com/medicosdomundo

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1999

Natureza Jurídica: Organização não Governamental

Responsável máximo: Abílio Antunes, Presidente

PAÍSES E ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Área de intervenção Nacional

Área Geográfica:

- Lisboa
- Porto
- Évora

Áreas de Saúde:

- VIH/Sida
- Doenças crónicas/ debilitantes
- Saúde mental
- Falta de acesso a cuidados de Saúde, incluindo o apoio medicamentoso
- Apoio psicossocial
- Redução de riscos e minimização de danos

- Exclusão social

Populações Beneficiárias:

- Pessoas Sem-Abrigo
- Utilizadores de drogas intravenosas
- Trabalhadores Sexuais
- Pessoas sem ou escassos recursos economicos
- Imigrantes, nomeadamente os que se encontram em situação irregular
- Pessoas idosas e isoladas
- Crianças e Jovens em Risco

Área de Intervenção Internacional

Área geográfica:

- São Tomé e Príncipe
- Timor Leste

Áreas da Saúde:

- Combate às doenças da pobreza
- VIH/Sida
- Saúde sexual e reprodutiva
- Sobrevivência Materna e Infantil: Saúde Reprodutiva, Vacinação, AIDI (Atenção integrada à doença da infância), Nutrição

Outras Áreas de Intervenção

Emergência Humanitária:

- Timor-Leste (1999 e 2001)
- Turquia (1999)
- Peru (2001)
- Moçambique (2001)
- Afeganistão (2002)
- Iraque (2003)
- Sri Lanka (2004)
- Guiné-Bissau (2005)
- São Tomé e Príncipe (2006)
- Timor-Leste (2006)
- Guiné-Bissau (2008)
- Haiti (2010)

Populações Beneficiárias:

- Crianças abaixo dos 5 anos de idade
- Mulheres grávidas / em idade reprodutiva
- População em geral
- Pessoas que Vivem com VIH/SIDA
- Jovens e adolescentes (14-24 anos)

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (30), **Expatriados** (6), **Trabalhadores locais** (Timor Leste, S. Tomé e Príncipe - 50), **Voluntários Activos** (200)

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Rede Internacional Médicos do Mundo

PUBLICAÇÕES

Revista “Face”

Relatório de Actividades

Material de IEC (Informação, Educação e Comunicação) no âmbito das actividades dos projectos;

Manual Pedagógico e Álbum de Memórias (relatório final) do projecto Corrida Solidária;

MENINOS DO MUNDO

A ONGD

9.9.2008 - Constituição da Meninos do Mundo

7.11.2008 - Atribuição do estatuto de ONGD

Ano de 2009/2010: Lançamento do projecto de criação de um centro de apoio para crianças em Cabo Verde (Ilha de S. Antão); Envio regular de material escolar, pedagógico, brinquedos e roupas para países em vias de desenvolvimento; apresentação de propostas junto dos Grupos Parlamentares; participação em rádio, televisão e imprensa escrita; participação em projectos e parcerias; encontros anuais; iniciativas de educação para o desenvolvimento junto da população em geral e na comunidade educativa (escolas)

MISSÃO

Desenvolver projectos em países em vias de desenvolvimento

METAS E OBJECTIVOS

Meta: Contribuir para o crescimento dos países em vias de desenvolvimento

Objectivos: Iniciativas concretas na área da saúde, área social e educativa nos países em vias de desenvolvimento

CONTACTOS

Sede: Rua de Santiago, n.º 45, 2.ª F, Aveiro

Telefone: 966038790

E-mail: meninosdomundo@gmail.com * Website: www.meninosdomundo.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 9 de Setembro de 2008

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Maria João Louro, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Educação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Cabo Verde/S. Tomé/Guiné-Bissau

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Cabo Verde

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Instituições de acolhimento de crianças

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Voluntários.

PUBLICAÇÕES

Boletim informativo (mensal);

Livro em Novembro de 2010

MEG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA

A ONGD

Pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, inserida no regime do mecenato social previsto no Estatuto de Benefícios Fiscais.

Matriculada na C.R.C. de Coimbra / NIPC 508 343 461

- Instituição de Utilidade Pública
- Reconhecida e registada como ONGD pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Parceiro especializado da Liga dos Combatentes para acções humanitárias

São valores da MEG:

- Solidariedade: as suas causas, preocupações e acções são as necessidades do ser humano.
- Tolerância: obrigar-se a uma atitude de aceitação face a valores diferentes dos adoptados pelo grupo de pertença original.
- Equidade: garantir tratamento igual independentemente de raça, género, idade, nacionalidade, religião, filosofia, posição social, sexo, convicções políticas ou ideológicas, instrução ou situação económica.
- Verdade: falar claro e adequar o que se faz com o que se diz. E garantir transparência nas decisões e actuações.

MISSÃO

Prestar ajuda humanitária e promover o desenvolvimento, atendendo aos Direitos Humanos e aos Objectivos do Milénio, nas áreas da saúde, educação, social e ambiental, em Portugal e em todo o Mundo.

A MEG age de acordo com os 4 Princípios da Acção Humanitária:

- Humanidade: garantir o respeito dos seres humanos, aliviar o sofrimento, proteger a vida e a saúde.
- Neutralidade: não tomar partido em conflitos nem participar em polémicas de natureza política, racial ou religiosa.
- Imparcialidade: actuar apenas em função das necessidades, dando prioridade às situações mais urgentes e sem qualquer tipo de distinção.
- Independência: não ter qualquer objectivo político, económico ou militar nas zonas de actuação.

METAS E OBJECTIVOS

Tendo sempre o Ser Humano no centro das preocupações, atenuar as desigualdades e o sofrimento. Olhando para cada pessoa como um ser único, digno de atenção e cuidados. Ajudando assim a criar um mundo menos indiferente e mais inclusivo.

CONTACTOS

Sede: Coimbra

Telefone: 961979796

E-mail: memoegentes@gmail.com * **Website:** www.memoriasegentes.org

Redes Sociais: www.facebook.com/MEMORIAS.GENTES

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 27 de Novembro de 2007

Natureza Jurídica: Pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos.

Responsável máximo e cargo: Maló de Abreu, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso a água/Saneamento básico – Guiné-Bissau

Cultura – Todos os Países de expressão oficial Portuguesa

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Guiné-Bissau e Moçambique/Moçambique

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Guiné-Bissau

Desenvolvimento Económico – Guiné-Bissau

Direitos Humanos – Guiné-Bissau

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau/Moçambique/São Tomé e Príncipe/Cabo Verde

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Guiné-Bissau/Moçambique/São Tomé e Príncipe/Cabo Verde

Migrações – Guiné-Bissau

Planeamento Familiar – Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Guiné-Bissau

Questões de género – Guiné-Bissau

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Guiné-Bissau

Saúde – Guiné-Bissau/Portugal/São Tomé e Príncipe

Segurança alimentar – Guiné-Bissau

PROJECTOS E ACÇÕES

Gente a Sorrir

Missão da MEG com base no voluntariado e na solidariedade social, e que tem como área de intervenção a Saúde e a Saúde Oral. Realiza Projectos Nacionais e Internacionais de sensibilização, prevenção, assistência às populações e formação de profissionais.

Gente Amiga

Missão da MEG de apoio aos Sem Abrigo. Actua em Portugal.

Missão Kanimambo (MK)

Missão da MEG em parceria com a UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, com base no voluntariado e na solidariedade social, sediada em Lisboa (Portugal). A MK tem como área de intervenção a saúde e protecção das pessoas com albinismo, em Moçambique, designadamente as que apresentam dificuldades em comprar protectores solares e outros artigos que previnam o aparecimento de cancro de pele e outros problemas associados a esta condição.

Missão Gorongosa

é a designação da missão que a MEG pretende desenvolver conjuntamente com o Parque Nacional da Gorongosa em Moçambique, com o apoio de parceiros. OBJECTIVOS: construção de uma biblioteca e reabilitação da Casa dos Leões.

MEG Aventuras e Expedições

são iniciativas solidárias da MEG que permitem a voluntários integrar-se numa missão humanitária ou num projecto solidário desta ONGD. Em 2014 realiza-se a XII Expedição Humanitária Coimbra - Bissau da MEG.

Iª Caravana da Saúde

realizou-se na Guiné-Bissau, de 16 a 23 de Março de 2013, integrada na XI Expedição Humanitária Coimbra - Bissau. Esta Caravana da Saúde foi constituída por 3 médicos e 3 assistentes, promovendo acções médicas e médico-dentárias em Varela, Bindoro e Bissau. As Caravanas da Saúde são Projectos da Missão Gente a Sorrir da MEG-ONGD.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal, Colaboradores Locais, Estagiários e Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Grupo de Amigos da Gorongosa (GAG)
- Rede Social de COIMBRA.

PUBLICAÇÕES

Livro “andam à procura de beijos” editado em 2012

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

A ONGD

O Monte é uma entidade privada, sem fins lucrativos, com sede na vila de Arraiolos, criada em 1996, através da aposta de várias associações de desenvolvimento local do Alentejo Central, com o objectivo de incentivar o desenvolvimento económico e social das regiões rurais e promover os processos de governança local. É uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), com o estatuto de utilidade pública e certificada para actividades formativas (DGERT).

Ao longo dos anos o Monte tem vindo a diversificar as suas áreas de intervenção, de modo a responder aos interesses dos públicos com os quais trabalha e dos seus associados. A formação profissional para activos e população desempregada, bem como o desenvolvimento de projectos com vista à promoção do emprego em territórios rurais e inclusão da população mais fragilizada, são outras das áreas de intervenção do Monte. Actualmente o Monte mantém-se como gestor até 2015, do Sub-Programa 3 do Programa para Desenvolvimento Rural (PRODER) na região Alentejo Central, com uma intervenção centrada no aumento de competências da população activa, no acompanhamento e apoio técnico à criação de emprego, em particular por jovens e mulheres, no reforço da governança local, pelo apoio ao associativismo comunitário e mobilização de actores para o desenvolvimento de intervenções

MISSÃO

Incentivar o desenvolvimento económico e social das regiões rurais e promover os processos de governança local.

METAS E OBJECTIVOS

Tendo por base o Plano Estratégico para o período 2011-2013, o Monte pretende:

Reforçar a sua intervenção na área da cooperação para o desenvolvimento através do aumento do número de projectos e de zonas onde intervém; Consolidar e reforçar a sua posição nas redes e plataformas europeias, nacionais e regionais onde se encontra inserido; Investir nas Tecnologias de Informação e Comunicação através do desenho de plataformas de e-learning e respectivos conteúdos vocacionados para a formação à distância, direccionada para agentes de desenvolvimento dos PALOP; Financiar projectos ao abrigo das medidas 3.1. e 3.2. do Sub-Programa 3 do PRODER; Realizar acções de formação para activos empregados na área da gestão; Prestar serviços de consultoria; Melhorar a qualidade dos serviços prestados; Criar, implementar e disseminar uma metodologia própria de apoio ao empreendedorismo; Alargar a parceria e base social e reforçar a cooperação e trabalho entre o Monte e as associadas.

CONTACTOS

Sede: Rua Joaquim Basílio Lopes, nº 1, 7040-066 Arraiolos

Telefone: 266490090 * Fax: 266419276

E-mail: monte@monte-ace.pt * Website: www.monte-ace.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1996

Natureza Jurídica: Agrupamento Complementar de Empresas

Responsável máximo: Presidente do Conselho de Administração

O MONTE É TAMBÉM:

ADL.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Educação formal/Educação não formal – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal e Cabo Verde

Questões de género – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal e Cabo Verde

Formação Profissional – Portugal e Cabo Verde

Capacitação dos actores locais – Cabo Verde

PROJECTOS E ACÇÕES

Nos Junte - Aprender e Construir Desenvolvimento, Lutar Contra a Pobreza.

PAÍS/REGIÃO: Cabo Verde - Ilha de Santo Antão (concelhos de Paul, Porto Novo e Ribeira Grande).

ODM: Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

OBJECTIVO DA INTERVENÇÃO: Capacitação das Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) e reforço da governança local, para apoio ao desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, em Santo Antão.

BENEFICIÁRIOS DIRECTOS: Dirigentes, técnicos, animadores/voluntários das Associações Comunitárias de Desenvolvimento e do Conselho Regional de Parceiros.

EIDER - Empreendedorismo e Inovação para o Desenvolvimento RURAL

PAÍS/REGIÃO: Cabo Verde - Ilha de Santo Antão (concelhos de Paul, Porto Novo e Ribeira Grande).

ODM: Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

OBJECTIVO DA INTERVENÇÃO: Reforçar competências na área da gestão empresarial e apoiar iniciativas geradoras de rendimentos, nos territórios rurais, do Alentejo Central e de Santo Antão - Cabo Verde.

BENEFICIÁRIOS DIRECTOS: Empresários e agentes de desenvolvimento local.

Balói D'horta

PAÍS/REGIÃO: Cabo Verde - Ilha de Santo Antão (concelhos de Paul, Porto Novo e Ribeira Grande).

ODM: Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

OBJECTIVO DA INTERVENÇÃO: Aumentar o capital social e económico da população pobre da Ilha de Santo Antão, tendo em vista contribuir para a redução da pobreza até 2014;

Implementar e desenvolver o comércio de proximidade com pequenos produtores de Santo Antão, até Setembro de 2014.

BENEFICIÁRIOS DIRECTOS: Agricultores e produtores locais e agentes de desenvolvimento local; Consumidores.

BENEFICIÁRIOS INDIRECTOS: População mais pobre de Santo Antão, particularmente mulheres; os actores locais com intervenção no território, em particular os elementos das Associações Comunitárias de Desenvolvimento, técnicos e dirigentes do CRP-SA; os consumidores na ilha e de outros territórios próximos.

Gestão Sustentável dos Recursos Florestais no Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (PNTC)

PAÍS/REGIÃO: Guiné-Bissau, Região de Cacheu.

ODM: Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

OBJECTIVO DA INTERVENÇÃO: Combater o processo de degradação da vegetação florestal que se verifica na Guiné-Bissau e em particular no PNTC, através de uma gestão dos recursos naturais sustentável e participada pelas populações locais; Contribuir para a conservação e a valorização da biodiversidade do parque em benefício das populações residentes, envolvendo as próprias comunidades numa gestão participada e responsabilização na conservação e utilização racional dos seus recursos naturais.

BENEFICIÁRIOS DIRECTOS: Associações de agricultores, madeireiros e caçadores; Régulos e outros representantes do poder tradicional e local; Vigilantes do PNTC; Imigrantes; População residente no Parque.

BENEFICIÁRIOS INDIRECTOS: População residente no Parque Natural e população guineense.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
- APURE - Associações para as Universidades Rurais Europeias.
- REAPN - Rede Europeia Anti-pobreza
- Minha Terra- Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local

PUBLICAÇÕES

Cadernos temáticos sobre as experiências desenvolvidas, anual, para os públicos do projecto e comunidade em geral;

Newsletter do Monte, trimestral, para os associados, parceiros e colaboradores do Monte;

Manuais de Boas práticas - apoiados nas experiências de terreno.

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

A ONGD

A MSH nasceu do sonho de um grupo de voluntários, que deram sequência a um sentimento pessoal prestando serviço a título individual em missões humanitárias até que em 2009 decidiram formalizar este compromisso com a ajuda humanitária e constituíram uma associação. Nesse mesmo ano a Direcção deliberou candidatar-se a ONGD tendo essa candidatura sido aceite. As acções até aí promovidas a título pessoal passaram a acontecer no âmbito da MSH, tendo esta promovido várias parcerias com entidades públicas e privadas de que se destaca desde início, a Universidade de Aveiro, que no âmbito do programa de incubação de empresas acolheu este projecto.

Desde a sua fundação, esta Organização revelou-se cheia de desafios. Pelo caminho, a equipa foi tornando-se cada vez mais firme, descobriram-se metodologias de trabalho e as “ideias” foram amadurecendo.

Sendo a saúde o “bem mais precioso” em qualquer parte do mundo, um direito fundamental de todos os seres humanos, independentemente da sua nacionalidade, religião, ideologia ou raça, a prestação de cuidados de saúde tornou-se o nosso pilar central, dedicando-se a Missão Saúde para a Humanidade a desenvolver projectos Maioritariamente na área da saúde bem, como na da educação.

MISSÃO

A MSH é uma Organização sem fins lucrativos, que visa a promoção e a defesa dos Direitos Humanos, sendo, por isso, isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações relativas à raça, sexo, religião, classe social, concepção político-partidária ou filosófica.

Tem como fim a promoção da saúde e a prevenção da doença, e o desenvolvimento psíco-sócio-educativo dos indivíduos, bem como intervenções para a promoção da igualdade de género, prevenção e combate à violência de género, com acção no território nacional e ainda, em países em vias de desenvolvimento ou vítimas de catástrofes políticas e naturais, com especial incidência nos países de língua oficial portuguesa.

Com o intuito de contribuir para a melhoria das condições médico-sanitárias, de educação, progresso e bem-estar das populações, assenta numa linha de orientação baseada nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos na Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por 189 Estados Membros das Nações Unidas.

METAS E OBJECTIVOS

- Alargar a Cooperação: Moçambique

Perante os contornos da realidade moçambicana consideramos como prioritário intervir e cooperar na região. Após o estabelecimento de parcerias com as instituições locais planeamos possibilitar cuidados continuados integrados para tratamento de doenças, missões humanitárias para rastreio e consultas médicas e diversas acções de formação nas áreas da saúde e educação. Pretendemos desenvolver um trabalho equiparado ao efectuado na Guiné-Bissau, mas que tenha em conta as necessidades específicas das populações que irão ser acompanhadas em Moçambique. A acção estratégica neste PALOP deve-se às parcerias já estabelecidas entre os Estados-membros que possibilitam e agilizam a intervenção, bem como ao laço afectivo que nos liga aos países de expressão portuguesa.

- Promover Acções humanitárias: Guiné-Bissau

Em consonância com a nossa linha operacional e dando seguimento às iniciativas levadas a cabo, pretendemos prosseguir no trabalho de campo. As intervenções pontuais no território guineense tiveram como consequência a interferência na situação das populações envolvidas. As preocupações humanitárias manifestam-se de variadas formas, assim pretendemos dar uma resposta plural e continuar a intervir

directamente no território. Serão efectuadas diversas missões, consoante as nossas capacidades técnicas, nas áreas da saúde, com consultas, rastreios e formações na área da educação e da saúde. Está também aberta a possibilidade de novos tipos de missão consoante as necessidades que podermos constatar e através de novas parcerias que abram portas para intervenções em outras vertentes do campo da saúde e da educação.

- Promover o apoio a ONG locais - envio de contentor com donativos

As carências de vária índole do povo guineense, muitas delas por vezes gritantes, exigem solidariedade da nossa parte. Pretendemos continuar a apoiar de forma material as populações carentes de bens. As prioridades traduzem-se em material clínico, bens não perecíveis, roupa e calçado mas podemos igualmente e com a ajuda de todos contribuir com brinquedos, livros ou outro tipo de produtos. Estamos abertos à possibilidade de envio de outros materiais se existirem novas e diferentes doações. Planeamos, por isso, enviar um contentor anual com os materiais doados para suporte das populações alvo.

- Consolidar o Projecto Esperança

A evacuação de doentes para tratamento médico/cirúrgico do Projecto Esperança tem-se traduzido numa nova oportunidade de vida para os pacientes por ele resgatados. O Projecto Esperança é um forte pilar da MSH e é o nosso desejo continuar a desenvolvê-lo. Temos como objectivo continuar a evacuar doentes, dando prioridade às crianças, para que possam ser sujeitos a tratamentos/cirurgias e temos como objectivo alargar ao Maior número possível de pacientes. A inexistência de meios técnicos e materiais para o tratamento na Guiné-Bissau faz com que sintamos a obrigação de actuar e proceder à evacuação dos mesmos para Portugal, durante o período de tratamento, possibilitando uma nova esperança para todos os que dela beneficiam.

CONTACTOS

Sede: Universidade de Aveiro, Incubadora de Empresas, Pavilhão I, Campus de Santiago, 3810-193 Aveiro

Telefone: 93 688 6221 * **Fax:** 234 401 529

E-mail: contacto@msh.pt * **Website:** www.msh.pt

Redes Sociais: www.facebook.com/missaosaudehumanidade

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 17 de Abril de 2009

Natureza Jurídica: Associação de direito privado

Responsável máximo: Maria José da Cunha Ferreira, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Guiné-Bissau e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Direitos Humanos – Guiné-Bissau, Portugal

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Guiné-Bissau, Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Guiné-Bissau

Saúde – Guiné-Bissau, Portugal

PROJECTOS E ACÇÕES

Projecto Esperança - Portugal

Grupo alvo- crianças e jovens. Objectivo- Evacuar para Portugal com finalidade de tratamento médico/cirúrgico no HSJoão-Porto.

Missões Humanitárias- Guiné-Bissau

Grupo alvo- toda a população ao alcance da ONG com que estabelecemos parceria. Objectivo - Prestar cuidados de saúde, aginda na prevenção e promoção da saúde e no tratamento da doença.

Envio de Contentores - Guiné-Bissau

Grupo alvo - toda a população que esteja ao alcance das ONG com com estabelecemos parcerias. Objectivo - Contribuir para a diminuição da pobreza e da exclusão social.

Apadrinhamento de Crianças - Guiné-Bissau - Bissau

Grupo alvo - crianças que frequentam o ensino escolar promovido por uma das ONG com quem temos uma parceria. Objectivo - Ajudar o sustento dessa escola, garantir o pequeno almoço/almoço de todas as crianças que frequentam a escola e contribuir para minimizar os encargos com o material escolar.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

6 pessoas que colaboram de forma contínua ao longo do ano. Sempre que há acções pontuais é feito apelo aos sócios, consoante o número de voluntários que necessitam e o tipo de acção que vai decorrer.



MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

A ONGD

A Mundo a Sorrir surgiu em Julho de 2005 com o objectivo de reunir o Maior número de médicos dentistas, que de uma maneira voluntária aderissem a projectos, na área da Saúde Oral. O principal objectivo seria promover a saúde e o bem-estar das comunidades mais desfavorecidas. Desde 2006 que lhe foi atribuído o estatuto de ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento).

Sendo pioneira neste tipo de associativismo em Portugal, desempenha a sua acção tanto a nível nacional como internacional, através de programas de saúde e apoio ao desenvolvimento sustentado. Promovendo a saúde oral além-fronteiras, permite assim que o Direito Universal à Saúde (um cuidado especial na prevenção das infecções cruzadas, especialmente no vírus HIV/SIDA) e mais concretamente à saúde oral seja uma realidade para algumas comunidades que, infelizmente, não têm acesso aos cuidados dentários.

A Mundo a Sorrir, por decisão da sua Direcção, deliberou que a sua primeira acção assistencial seria para um País Africano de Língua Portuguesa, mais desprovido de cuidados no campo da Saúde Oral. Efectuados que foram alguns levantamentos nesta matéria, verificou-se que a República da Guiné-Bissau – Bissau, tendo em consideração o seu decurso político dos últimos e a situação de assistência hospitalar na Capital, seria o país mais necessitado dos cuidados que a Organização se prestava a efectuar.

Desta forma, o Projecto Guiné-Bissau tem sido desenvolvido desde final de 2005 através de várias iniciativas, consistindo fundamentalmente em tratamentos dentários e dirigidos ao controlo da dor e infecção, sessões de formação aos profissionais e/ou técnicos de saúde, campanhas de sensibilização e educação para a Saúde Oral e distribuição de diverso material dentário. Em 2009 constituiu-se o Serviço de Saúde Oral, na Associação Orfanato Casa Emanuel, sendo da responsabilidade da Mundo a Sorrir a sua manutenção anual em termos de médicos dentistas e material/consumíveis médicos.

Desde 2005 que a Mundo a Sorrir também promove um Projecto de Saúde Oral em Cabo-Verde, nomeadamente no Hospital Sanitário S. Francisco, na ilha do Fogo, apoiando o gabinete dentário deste hospital, através do envio de recursos materiais e humanos.

Desde a sua constituição que a Mundo a Sorrir também tem estabelecido inúmeras parcerias para a realização das suas actividades em território nacional, dividindo a sua actuação em iniciativas direccionadas para a prevenção e promoção da saúde e para o tratamento da doença.

MISSÃO

A sua principal missão é a promoção da valorização do princípio da equidade do direito à Saúde Oral, assim como a sensibilização, divulgação e promoção de cuidados de Saúde Oral em Portugal e no Mundo.

METAS E OBJECTIVOS

São atribuições da MAS:

- Servir de fórum e promover o debate de questões de Saúde Oral assim como de ponto de encontro de especialistas que se dediquem ao estudo destas temáticas;
- Promover iniciativas dirigidas à melhoria da qualidade dos cuidados de Saúde Oral prestados à população;
- Implementação de programas preventivos, formativos e/ou assistenciais, na área da Saúde Oral em comunidades desfavorecidas, dentro e fora de Portugal;
- Consciencializar o conjunto da profissão odontológica, as autoridades e sociedades médicas em geral, das necessidades das populações, comunidades ou grupos sociais marginalizados na área de Saúde Oral

assim como desenvolver uma resposta solidária com estes;

- Mobilizar mediante cooperações nacionais e estrangeiras, todos os recursos humanos e materiais possíveis, que permitam o desenvolvimento dos fins da instituição salvaguardando sempre a independência funcional da “Mundo a Sorrir”;
- Estabelecer colaborações e programas conjuntos com Organizações não governamentais, administrações públicas, fundações ou outras entidades privadas que facilitem a realização dos seus fins;
- Realizar convénios com universidades, colégios ou associações profissionais, sociedades científicas ou outras instituições educativas para ajudar à formação de equipas e na promoção de programas de cooperação.

CONTACTOS

Sede: Rua das Condominhas, 53, 4150-381 Porto

Telefone: 223212596

E-mail: geral@mundoasorrir.org * **Website:** www.mundoasorrir.org

Redes Sociais: [facebook.com/#!/MundoASorrir](https://www.facebook.com/#!/MundoASorrir)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 5 de Julho de 2005

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: José Miguel Correia de Lemos Pavão, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Educação, Saúde Oral e Saúde Pública.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Saúde – Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Crianças e Adolescentes; População Adulta Carenciada.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Federação Internacional Dentária

PUBLICAÇÕES

Newsletter

Boletim Anual

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A ONGD

Fundada em 23 de Fevereiro de 1988, em Portugal, a Oikos – Cooperação e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD/INGO).

O Governo Português, através do IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, actual Camões, I.P., Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconheceu-lhe o estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 1992.

No ano de 2000 foi atribuído à Oikos o Estatuto Consultivo junto do ECOSOC - Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

MISSÃO

Eradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas usufruam do direito a uma vida digna.

METAS E OBJECTIVOS

Um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

CONTACTOS

Sede: Rua Visconde Moreira de Rey, 37 Linda-a-Pastora 2790-447 Queijas

Telefone: 218 823 630 * **Fax:** 218 823 635

E-mail: oikos.sec@oikos.pt * **Website:** www.oikos.pt

Redes Sociais: [facebook.com/oikos.cd](https://www.facebook.com/oikos.cd) * twitter.com/#!/OikosONGD * www.youtube.com/user/oikosCD

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1988

Natureza Jurídica: ONGD/INGO

Responsável máximo: João José Fernandes, Director Executivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

África, América Latina e Europa (Portugal).

A sede da Oikos é em Portugal e o seu trabalho estende-se actualmente também para Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Moçambique, Nicarágua, Peru e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acesso a água/Saneamento básico – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Cultura – Portugal, Cuba.

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Desenvolvimento Económico – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua,

Peru.

Direitos Humanos – Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru, Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Peru, Moçambique, Cuba, Nicarágua

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Portugal, El Salvador, Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru, Portugal

Questões de género – Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Segurança alimentar – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Prevenção, Preparação e Redução de Desastres; Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas – Golfo de Fonseca, Cuba, Portugal.

PROJECTOS E ACÇÕES

Projectos ainda em curso:

Construção e equipamento do Centro Médico Psicopedagógico nº 5 “Idade de Ouro” - Cuba

410 pessoas - Recuperação de um centro psicopedagógico em Cuba que acolhe pessoas portadoras de deficiência física e mental.

FOCAL - Fortalecimento de Cadeia de Valor do Leite em 2 Províncias - Cuba

22.250 pessoas - Maior e melhor produção de leite combate insegurança alimentar e permite aumento de rendimento dos produtores em Cuba.

CO-Inovação em processos agrários para fortalecer a soberania alimentar - Cuba

2.537 pessoas - Aumentar a produtividade e garantir a soberania alimentar através de uma experiência piloto de fortalecimento de diferentes actores sociais.

AgroEnergia - Fomento de Cooperativas agrícolas integrais agroenergéticas para contribuir ao desenvolvimento sustentável em zonas rurais - Cuba

25.187 pessoas - Projecto inovador de Agroenergia diminui a dependência dos combustíveis fósseis e fomenta Cooperativas agrícolas agroenergéticas e autosustentáveis.

Criação de Espaços Municipais de Prevenção em Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens no Município de La Unión - El Salvador

34.045 pessoas - Contribuir para a promoção de uma cultura de prevenção em Saúde Sexual entre jovens dos 15 a 24 anos.

Desenvolvimento rural sustentável na Baía de Jiquilisco - El Salvador

47.784 pessoas - Implementar uma proposta de desenvolvimento rural sustentável no ecossistema de manguezais na Baía de Jiquilisco.

Fortalecimento das capacidades locais para adaptação às alterações climáticas - Golfo de Fonseca

2.160 pessoas e 150 Associações, Redes e Cooperativas - Contribuir para a redução do risco de catástrofes naturais, fortalecendo as capacidades locais de adaptação às mudanças climáticas.

Inclusão económica e social da população indígena Tolupan no Departamento de Yoro - Honduras

1.290 pessoas - Fortalecer a integração económica dos produtores indígenas reduzindo a exclusão social e aumentando o uso sustentável dos recursos naturais.

Para uma casa saudável - a qualidade do ar e as doenças respiratórias em lares pobres - Honduras

1.375 pessoas - Reduzir a mortalidade e morbidade infantil associada a doenças respiratórias causadas por altos níveis de contaminação do ar.

Programa de Promoção de Mercados Rurais (PROMER) - Moçambique

214 Associações - Melhoria da vida das famílias rurais desfavorecidas a partir do aumento do rendimento agrícola de pequenos produtores.

Iniciativas locais para a produção sustentável de Aves Crioulas - Nicarágua

24.800 pessoas - Melhorar a segurança alimentar através do aumento da produção de aves crioulas de forma sustentável e com estratégias de baixo custo.

(Es)forçadas e (des)iguais - Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral - Portugal

(In)formação e sensibilização da sociedade civil sobre situações de violação de direitos associados aos fenómenos do tráfico de pessoas, discriminação e Exploração laboral.

Mãos (re)Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral - Portugal

A expressão artística enquanto motor para a mobilização e activismo local em torno da causa da prevenção e combate ao tráfico de pessoas, discriminação e exploração laboral.

A “comunidade-modelo” - Consolidação de soluções de base comunitária para a redução do risco de desastres nos distritos da Ilha de Moçambique e de Mossuril - Moçambique

30.482 pessoas - Minimização do impacto dos desastres naturais nas comunidades da região costeira de Nampula que afectam os seus esforços de desenvolvimento.

Sustentabilidade do sector bananeiro como forma de contribuir para a redução da pobreza na região Piura. - Peru

80.000 beneficiários - Melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza dos produtores, trabalhadores e comunidades através do desenvolvimento sustentável do sector bananeiro na região de Piura.

Desenvolvimento da Plataforma PECOSOL-CONSUACCIÓN para a Segurança Alimentar e Nutricional - América Central (El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Costa Rica)

350.000 beneficiários - Contribuir para a participação da sociedade civil nas políticas nacionais e regionais da América Central sobre governação democrática e segurança alimentar.

Reabilitação habitacional de emergência e redução de risco nos municípios afectados pelo furacão - Cuba

2.596 pessoas - Fornecer ajuda multi-sectorial de emergência e assistência na recuperação das vítimas do furacão na província de Holguin.

Retazos - Evoluir para a criação artística, o intercâmbio e a transformação sociocultural - Cuba

43 membros do grupo Dança Teatro Retazos e mais de 100 artistas formados nas Escolas de Arte

em Havana - Contribuir para o desenvolvimento de uma plataforma de intercâmbio cultural entre artistas cubanos e europeus, a partir de uma perspectiva participativa, interactiva e dinâmica, agregando valores e expressões criativas que reflectam a identidade contemporânea da dança, e a sua contribuição para a transformação sociocultural, com visibilidade à dimensão de género.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Cooperantes; Estagiários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
- CE/DG-ECHO - Comissão Europeia/Ajuda Humanitária e Protecção Civil
- CIFCA – Copenhagen Initiative for Central America and Mexico
- ECOSOC - Conselho Económico e Social das Nações Unidas
- Fórum Cidadania & Território
- Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens
- GCAP - Global Call to Action against Poverty
- RAPVT - Rede de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico
- ReAlimentar - Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- RSOPT - Rede Nacional de Responsabilidade Social
- Social Watch

PUBLICAÇÕES

Relatório de Actividades e Contas - anual

Materiais Pedagógicos - publicação frequente, sem periodicidade

Publicações Técnicas - Publicações sobre temas como Segurança Alimentar, Prevenção Preparação e Redução de Desastres, etc.

Exposições - pontual

Outros relatórios - pontual



OMAS / LEIGOS BOA NOVA

A ONGD

Em 1995, nasceu como grupo de voluntários/missionários leigos, o movimento Leigos Boa Nova (LBN), com o objectivo de seleccionar, formar, enviar e acompanhar o trabalho de jovens portugueses em países carentes, junto das populações mais pobres.

Em 1998 partiu para Moçambique a primeira equipa missionária por um período longo, três pessoas da região de S. João da Madeira. Em 2001 partiu um jovem professor do Colégio de Calvão, por dois anos, para o Brasil.

A cada ano foram feitas experiências de Mergulho na Missão por períodos curtos durante as férias escolares de Portugal com o objectivo de sensibilizar pessoas para compromissos mais profundos e para a animação missionária em Portugal.

O ano de 2004 marca uma viragem nos Leigos Boa Nova no que se refere à implementação de projectos de longa duração quer em Angola, quer em Moçambique, com maior sustentabilidade, mais recursos humanos e materiais. É também um ano frutífero relativamente a actividades de animação missionária e a projectos de sensibilização para a luta contra a pobreza em Portugal, como a exposição “Um fio de esperança – Percursos de missão em Moçambique” e o CD de Solidariedade “Encontro”. Preparou-se também um novo projecto de Educação para o Desenvolvimento – “Profissão Cidadãos” – que foi levado a escolas e comunidades paroquiais.

Os anos de 2005 e 2006 para os Leigos Boa Nova ficam marcados pelos três projectos de longa duração de considerável dimensão em Angola, Brasil e Moçambique; mas também por uma crise interna, originando a votação de uma nova direcção. Devido a esta crise interna, as actividades de animação missionária e projectos de sensibilização para a luta contra a pobreza em Portugal não foram tantos como se esperava. Mesmo assim, implementou-se o projecto “Cidadania Activa” no Brasil com uma duração bienal; formou-se outros voluntários para dar continuidade aos projectos.

Ao longo dos últimos dez anos, os LBN trabalharam, directa e indirectamente, com outras ONGD de Espanha, Grécia, Itália e Portugal; com paróquias, dioceses, movimentos e associações de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal; com instituições e serviços oficiais da União Europeia, da Comissão Europeia e do Governo Português.

O ano de 2007 foi o ano de consolidação. Conseguimos ter uma funcionária a tempo inteiro a trabalhar na sede dos Leigos Boa Nova que possibilitou uma melhor organização de todo o trabalho.

Em 2007/2008 tivemos um projecto de longa duração em Angola – Gabela, “ONJANGO”, com duas voluntárias na leccionação do PUNIV (da 9.^a à 11.^a classes) nas disciplinas de Matemática e Biologia e no apoio e formação a professores e alunos, fora do horário escolar, nas áreas da Informática e outras matérias curriculares e extracurriculares; para além de todo o trabalho pastoral. O mesmo projecto continuou apenas com uma das voluntárias em 2008, juntando-se a ela um outro voluntário que leccionou química, e posteriormente deu formação em Informática e Inglês e fez manutenção informática até Março de 2010.

Em Angola o principal constrangimento está ligado à saída dos vistos, que demoram cerca de um ano a saírem, o que impossibilitou a ida de mais duas voluntárias em 2008.

Tivemos também nesse ano dois projectos de curta duração em Moçambique, Maputo por um período de 1 a 3 meses. Também elaborámos um projecto de luta contra a pobreza – “Age(nda) a partir de ti!” que foi aprovado pela Fundação EDP.

O trabalho de animação missionária/ educação para o desenvolvimento nas escolas e paróquias é uma das

actividades fortes que se tem realizado ao longo dos anos.

Desde 2009 houve um outro projecto em Portugal que tem a ver com o Centro de Atendimento a Trabalhadores Estrangeiros que funciona em S. João da Madeira em estreita colaboração com a Câmara Municipal de S. João da Madeira e Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes, em que ajudamos os imigrantes na aprendizagem da língua portuguesa, com a legalização e na obtenção de um espaço onde pudessem professar a sua fé, dado a Maioria ser da religião ortodoxa.

Quanto aos projectos de Cooperação para o Desenvolvimento, os projectos de curta duração em Moçambique têm-se mantido ao longo do tempo sempre com o envio de vários voluntários. Durante o ano de 2010 com o projecto Age(nda) tivemos a possibilidade de percorrer várias escolas principalmente do norte do país onde o principal desafio era consciencializar os jovens e comprometê-los para a acção junto dos que mais precisam. Sendo o ano de 2010 o ano Internacional de Erradicação da Pobreza, este projecto foi solicitado quer para escolas, instituições públicas e paróquias.

Em 2010, no âmbito da Rede Social de S. João da Madeira, da qual os Leigos Boa Nova fazem parte, foi constituído o grupo de trabalho responsável pela dinamização e organização do Banco Local de Voluntariado.

Este ano também foi rico com o envio de vários voluntários para Moçambique. Foi uma equipa de uma médica e uma enfermeira durante 4 meses no âmbito do Projecto “Vida com Saúde I” e durante um mês enviamos 12 voluntários para os vários campos de missão também em Moçambique no âmbito do projecto “Pontes de Comunhão”.

Igualmente importante foi o trabalho desenvolvido no CATE, em que para além das aulas de português, que eram um ponto fulcral para os imigrantes, fizemos várias iniciativas com eles, no sentido de uma maior integração na comunidade.

O ano de 2011 foi um ano rico em testemunhos de voluntários em várias escolas, freguesias, municípios, dado ser o ano dedicado ao voluntariado.

Mais uma vez, um grupo de 5 voluntários partiu para Moçambique por um período de 1 a 2 meses.

Em Portugal realizaram-se as chamadas “Férias Missionárias”, onde um grupo de 30 jovens desde os 15 aos 72 anos, Leigos Boa Nova, Jovens Boa Nova e outros jovens que gostariam de fazer uma experiência missionária estiveram durante uma semana em Ariz e Vila Boa do Bispo em voluntariado.

Este ano foi um ano onde também se intensificou a relação entre os Leigos Boa Nova e Lar de Idosos Santa Teresinha, ambas valências da Obra Missionária de Acção Social, onde o trabalho voluntário tem sido rico para ambas as valências.

Em 2012 foram enviados mais quatro voluntárias para Moçambique, em missões de curta duração, no âmbito do projecto “Pontes de Comunhão” que auxiliaram a nível de enfermagem e de apoio a crianças e jovens.

Novos desafios são colocados, quer no âmbito de projectos de cooperação para o desenvolvimento e voluntariado internacional, quer no âmbito de educação para o desenvolvimento e voluntariado em Portugal

MISSÃO

A solidariedade espiritual e material; A promoção humana dos mais necessitados (saúde, educação, etc.); Os direitos humanos; A evangelização e o trabalho pastoral; A educação para o desenvolvimento.

METAS E OBJECTIVOS

- Sensibilizar as pessoas e as comunidades para a solidariedade entre os povos e culturas;
- Ajudar a formar e acompanhar os Leigos que estejam dispostos a doar uma parte da sua vida à causa da evangelização e da promoção dos povos e dos grupos sociais.

CONTACTOS

Sede: Largo da Igreja, Apartado 40 3721-908 Cucujães, Oliveira de Azeméis

Telefone: 256899260 * **Fax:** 256899179

E-mail: *omas.lbn@sapo.pt* * **Website:** *www.leigos.boanova.pt*

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1992

Natureza Jurídica: IPSS /ONGD

Responsável máximo: Zacarias Pinho, Presidente da OMAS

A OMAS/LBN É TAMBÉM:

IPSS

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Moçambique e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Direitos Humanos – Moçambique

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Moçambique

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique, Portugal

Saúde – Moçambique

PROJECTOS E ACÇÕES

Pontes de Comunhão - Moçambique

cujo grupo alvos foram as crianças e idosos; objectivo: animar e apoiar o trabalho com os idosos e apoiar na formação e animação das crianças (2011 e 2012).

Viver Mais – Moçambique

cujo grupo alvo foi toda a comunidade local; objectivo: cuidados de saúde, nomeadamente consulta, educação para a saúde e visitas domiciliárias.

Projecto Age(nda) – Portugal

público-alvo: alunos, professores, e jovens em geral. Objectivo: Sensibilizar para a luta contra as diversas formas de pobreza no mundo.

CATE – Centro de Atendimento a Trabalhadores Estrangeiros – Portugal

público-alvo: imigrantes; objectivo: proporcionar aulas de português e apoio na resolução de problemas junto das instituições locais ligados à saúde, legalização e problemas burocráticos.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaborador em Portugal: 1 Pessoa que trabalha com contrato de trabalho; **Voluntários.**

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- FAMOA
- FEC - Plataforma das Entidades de Voluntariado Missionário
- Grupo local de voluntariado S. João da Madeira
- Rede Social S. João da Madeira



ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento que surgiu do amadurecimento do serviço de voluntariado missionário promovido e organizado pela Diocese de Aveiro. O crescente reconhecimento das necessidades, e o conseqüente aumento da amplitude de projectos a realizar, tornou imperativa a constituição de um organismo legalmente reconhecido. Surge então em 16 de Outubro de 2006 na condição de organização não governamental. Sendo uma organização de vocação eminentemente humanitária, tem como objectivo último o combate à pobreza extrema e exclusão social, centrando a sua acção nas áreas da cooperação e educação para o desenvolvimento.

MISSÃO

A missão da organização é realizada através da acção dos seus membros junto das populações mais desfavorecidas, especialmente nos países de expressão portuguesa através de projectos de desenvolvimento que visam combater as dificuldades sociais e económicas dos últimos de forma sustentável e duradoura. Em Portugal, a acção da organização assenta nos princípios da solidariedade social, procurando contribuir para a promoção de um desenvolvimento social integrado da população. Esta acção tem vindo a ser desenvolvida mediante a concessão de bens, prestação de serviços e sensibilização da população para o combate à pobreza e exclusão social, sempre que possível, através do trabalho em rede/parceria com outras instituições públicas e privadas. A ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento tem-se dedicado à promoção e execução de projectos sólidos e alguns de carácter duradouro na área do desenvolvimento e da solidariedade social em Portugal e nos países de expressão portuguesa.

METAS E OBJECTIVOS

A ORBIS tem como objectivos contribuir para que do modo mais adequado os seus membros possam, em grupo, dar um período da sua vida ao serviço profissional e apostólico das populações dos denominados Países Menos Desenvolvidos, em especial os de expressão portuguesa, ou a outras situações humanitárias de carácter urgente, criando os meios para que os seus membros orientem o seu trabalho profissional de acordo com as necessidades sentidas pelas Igrejas locais, Comunidades, Populações e Parceiros que colaboram com a Associação em projectos humanitários e missionários.

Contribuir para a promoção de um justo e humano desenvolvimento social em Portugal, através de:

- Apoio à integração social e comunitária, sobretudo de grupos mais desfavorecidos.
- Educação e formação dos cidadãos, em especial originários dos países de expressão portuguesa ou de outros menos desenvolvidos.
- Apoio a crianças, jovens e famílias.
- Formação de voluntariado e cooperadores da Associação no âmbito de trabalho missionário em colaboração com ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento e/ou quaisquer outros parceiros da supracitada associação.

Contribuir para a promoção de um justo desenvolvimento social e comunitário em Países Menos Desenvolvidos, nos termos já referidos no ponto 2 deste artigo.

Actuar com acções e programas de Ajuda Humanitária em situações de emergência provocadas por guerra, catástrofe natural, ou outras sempre que a situação social, política, religiosa e natural de qualquer país, região ou localidade assim o imponham com manifesta necessidade ou pedido de auxílio.

CONTACTOS

Sede: Edifício do CUFC – Rua João Jacinto Magalhães - Campus Universitário de Santiago - 3810-506 Aveiro

Telefone: 234420600 * **Fax:** 234481466 * **Telemóvel:** 965653081

E-mail: *info@orbis.org.pt* * **Website:** *www.orbis.org.pt*

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 2006

Natureza Jurídica: Instituição de natureza canónica, no âmbito da solidariedade social, sem fins lucrativos; registada no Camões, I.P. como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento desde 2008.

Responsável máximo: Pedro Neto, Presidente Executivo

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação e Voluntariado.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Educação formal – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Educação não formal/alfabetização – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Questões de género – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Estudantes do ensino básico e secundário; Encarregados de educação; Produtores locais; Professores.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Estagiários; Voluntários.



PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

A ONGD

A Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos foi fundada em 1994 pela Dra. Maria de Jesus Barroso Soares acompanhada por um grupo de personalidades que desde o início dos anos noventa tinham a seu convite participado em iniciativas visando combater a violência, em particular a veiculada pela Televisão.

MISSÃO

A Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos.

METAS E OBJECTIVOS

Na actividade da Fundação distinguem-se claramente 3 áreas principais.

- Promoção da Paz e Prevenção da Violência.
- Ajuda humanitária e Cultural aos Países de expressão portuguesa através das Campanhas “Educar na Solidariedade”. Projectos na área da Educação e dos Direitos Humanos.
- Ajuda Solidária – acompanhamento individualizado de carenciados.

A Pro Dignitate pretende dar continuidade aos projectos conforme o Plano de Actividades aprovado.

CONTACTOS

Sede: Praça da Estrela, 12 - 1º - 1200-667 Lisboa

Telefone: 213929310 * Fax: 213970279

E-mail: prodigni@prodignitate.pt * Website: www.prodignitate.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1 de Julho de 1994

Natureza Jurídica: Fundação

Responsável máximo: Maria de Jesus Barroso Soares, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção social, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Educação.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES REALIZADOS

Educação formal – Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe

Educação não formal/alfabetização – Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe

Formação profissional – Guiné-Bissau

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Guiné-Bissau

Seminários e Conferências – Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

População Geral

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Cooperantes; Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Centro Português de Fundações
- ECOSOC - Conselho Económico e Social das Nações Unidas (estatuto Consultivo Especial)
- OIDEL - International Organization for the Development of Freedom Education.

PUBLICAÇÕES

Boletim Informativo Bimestral

Folhetos Informativos

Livros

Material didáctico.

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

A ONGD

Criada em 1996 abrange cinco concelhos do Nordeste da Beira: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso. Zona raiana que, tal como a Maioria dos espaços do interior do país, apresenta uma baixa densidade populacional, um reduzido aproveitamento dos recursos, tecido empresarial pouco dinâmico.

No entanto, é uma área com recursos de elevado potencial (agrícolas, turísticos, patrimoniais, culturais, saberes e sabores ...) pelo que a aposta é na educação para o desenvolvimento local; na revitalização de actividades tradicionais, culturais e produtivas; na emergência de produtos e actividades, na valorização de todo o conteúdo histórico e cultural de que a zona de intervenção é detentora.

Com vista à concretização desta visão, a Raia Histórica coordenou programas vários. Da participação nos diversos programas, a Raia Histórica ganhou uma vasta experiência em projectos de desenvolvimento local e de cooperação internacional que deseja aproveitar transferindo as boas práticas dessa experiência para Países em Vias de Desenvolvimento, com a noção das diferentes realidades. Por isso, procuramos agora investir em projectos de Cooperação para o Desenvolvimento com esses países, tendo já realizado algumas acções nesse sentido.

No vasto âmbito de actuação destaca-se a metodologia de intervenção que privilegia o trabalho em rede, e da base para o topo, materializando-se em estreitas parcerias entre diversos actores locais: autarquias, IPSS, Associações, Colectividades.

MISSÃO

Promoção, apoio e realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos territórios de actuação, nacionais ou internacionais, tendo em vista o desenvolvimento rural e a melhoria de vida das populações.

METAS E OBJECTIVOS

Em termos de Cooperação para o Desenvolvimento a Raia Histórica tem por objectivos:

- Realização de formação profissional, estudos e planeamento;
- Concepção, execução e apoio a programas e projectos de cariz social, ambiental, cívico e económico que visem Países em Vias de Desenvolvimento e que sejam levados a cabo através de acções de cooperação para o desenvolvimento, de assistência humanitária, de ajuda de emergência, de protecção e promoção dos direitos humanos e cívicos;
- Sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento mais empenhado com os Países em Vias de Desenvolvimento e a divulgação das suas realidades;
- Promoção da educação como factor integral de existência e reforço da paz.

CONTACTOS

Sede: Av. 1º de Dezembro, nº 10 - 6420-011 Trancoso

Telefone: 271 829 040 * **Fax:** 271 829 047

E-mail: geral@raiahistorica.org * **Website:** www.raiahistorica.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 4 de Janeiro de 1996

Natureza Jurídica: Pessoa Colectiva Sem Fins Lucrativos

Responsável máximo: Júlio José Saraiva Sarmento, Presidente do Conselho de Administração

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde: Ilha da Brava, Ilha do Fogo e Ilha de Santiago.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Desenvolvimento rural, promoção e valorização das potencialidades dos territórios de actuação, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Empreendedorismo e Turismo.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura

Economia alternativa/ Microcrédito

Emprego/Inserção na vida activa

Formação profissional

Pobreza/Exclusão Social

Questões de género

Saneamento/água

Segurança alimentar

PROJECTOS E ACÇÕES

Programa de Recuperação dos Centros Rurais

reconstrução do património arquitectónico e histórico; execução de arranjos urbanísticos e de áreas de lazer; a construção e melhoramento de acessibilidades locais.

Programa Escolas – Oficinas

valorização das actividades tradicionais, artesanato e produção de produtos locais, originando nos formandos novas perspectivas de desenvolverem uma actividade, que embora tradicional também será rentável se bem desempenhada

Leader + - Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural

Plano Global de Animação das Aldeias Históricas.

Formação

Cooperação para o Desenvolvimento – Cabo-Verde

apoio técnico e consultoria ao associativismo; formação em áreas que permitam às famílias aumentar fontes de rendimento.

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Estudantes do Ensino Secundário; Mulheres; Dirigentes associativos.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ANIMAR;
- Federação Minha Terra

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

A ONGD

A ONGD Rosto Solidário é um projecto idealizado e concebido a partir da Congregação Passionista de Santa Maria da Feira, em estreita colaboração com a comunidade envolvente e com as estruturas existentes no concelho. Surge após uma longa experiência de apoio às famílias locais e da experiência dos Missionários Passionistas nas missões de Angola, província do Uíge.

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento social e humano das comunidades locais, especialmente em parceria com os Passionistas, e também para a sensibilização da prática de uma cidadania mais solidária.

METAS E OBJECTIVOS

- Promover o desenvolvimento comunitário em especial nos países lusófonos;
- Sensibilizar e educar para o desenvolvimento promovendo uma cidadania global e solidária;
- Promover o desenvolvimento e a intervenção social local em Portugal.

CONTACTOS

Sede: R. Mestre António Joaquim, nº8; 4520-239 Santa Maria da Feira

Telefone: 256336001

E-mail: geral@rostosolidario.pt * **Website:** www.rostosolidario.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 19 de Setembro de 2007

Natureza Jurídica: Associação ONGD

Responsável máximo: Manuel Caridade Pires, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Moçambique, Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Apoio à Família, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Promoção do Voluntariado Internacional.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Angola

Formação profissional – Angola

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Angola

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Jovens; Mulheres; População do bairro.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Estagiários; Voluntários.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Rede Fé e Desenvolvimento

PUBLICAÇÕES

Boletim informativo Trimestral



SAÚDE EM PORTUGUÊS

A ONGD

Saúde em Português – Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde Primários dos Países de Língua Portuguesa é uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, com sede em Coimbra. Fundada em 1993, prossegue como principais objectivos a promoção, divulgação e aplicação de cuidados de saúde, bem como a promoção da igualdade de oportunidades e da inclusão social, em Portugal e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Macau e Goa.

O espírito solidário que norteia a actuação de Saúde em Português assenta na ajuda a todos quantos necessitam, quer sejam vítimas de catástrofes, quer do subdesenvolvimento dos países onde vivem. No seu historial de 15 anos de existência, a associação conta com mais de seis dezenas de missões efectuadas, quer no seio dos membros da CPLP, quer em regiões de Portugal. Dos seus quadros de voluntários fazem parte um vasto leque de médicos e enfermeiros (preferencialmente dos Cuidados de Saúde Primários), embora conte igualmente com profissionais dos Cuidados Secundários e Terciários e outras áreas do saber, que se identificam com o lema da solidariedade e que abnegadamente têm participado nas missões desenvolvidas.

A par de projectos internacionais, quer de ajuda humanitária e de emergência, quer de apoio ao desenvolvimento, Saúde em Português tem desenvolvido projectos e acções pontuais em Portugal e, particularmente, na região Centro, norteados pela convicção da importância de acrescentar à prestação e promoção de cuidados de saúde, a igualdade de género e inclusão social.

MISSÃO

De acordo com os estatutos: “Com vista à realização dos seus objectivos a Associação tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários.
- Organizar grupos de trabalho para investigação, formação e análise de questões inerentes aos Cuidados de Saúde, à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e à promoção da inclusão social.
- Editar Publicações.
- Organizar ou cooperar em acções de apoio e solidariedade entre os países de língua portuguesa.
- Colaborar com os organismos oficiais nas áreas da sua competência.”

METAS E OBJECTIVOS

De acordo com os estatutos: “A Associação prosseguirá como seus objectivos:

- A promoção, divulgação e aplicação dos Cuidados de Saúde nos países de língua portuguesa;
- A promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- A promoção da inclusão social.”

CONTACTOS

Sede: Av. Elísio de Moura, 417, 1ºE, 3030-183 Coimbra

Telefone: +351 239 702 723 * **Fax:** +351 239 705 186

E-mail: info@saudeportugues.org * **Website:** www.saudeportugues.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 4 de Novembro de 1993

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: Hernâni Caniço, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Haiti, Índia, Molambique, Portugal, Tailândia, Timor-Leste e Sri Lanka.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Cabo Verde, Angola

Educação formal – Guiné-Bissau

Educação não formal/alfabetização – Portugal, Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Portugal

Questões de género – Portugal, Guiné-Bissau

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Guiné-Bissau

Refugiados – Portugal

Saneamento/água – Guiné-Bissau

Saúde – Guiné-Bissau, Cabo Verde

Segurança alimentar – CPLP

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Estudantes do ensino básico e secundário; Estudantes universitários; Profissionais de Saúde, Técnicos de Saúde e Agentes Comunitários de Saúde; Parteiros tradicionais; Líderes comunitários; Reclusos; Jovens; Crianças e mães; Mulheres em idade fértil.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Cooperantes; Estagiários; Voluntários

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Membro Observador Consultivo da CPLP
- Membro Associado da Confederação Ibero Americana de Medicina Familiar
- Membro Fundador do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social.

PUBLICAÇÕES

Revista ‘Ser Solidário’, com periodicidade bimestral. Tiragem de 1500 ex. e distribuição pelos associados e em eventos.

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

A ONGD

Sol Sem Fronteiras (Solsef) nasceu em 1993, fruto da iniciativa e espírito de solidariedade do movimento espiritual Jovens Sem Fronteiras. Através da criação desta associação, os JSF e jovens em geral passaram a estar mais capacitados institucional e logisticamente para responder às necessidades das populações mais carenciadas dos PALOP, bem como para concretizar as suas acções de voluntariado. Os projectos de cooperação concretizados e apoios concedidos por Sol Sem Fronteiras ao longo dos últimos 20 anos permitem hoje o funcionamento de escolas, bibliotecas, centros de apoio à saúde, centros de acolhimento a órfãos e meninas estudantes espalhados por Angola, Moçambique, Guiné-Bissau Bissau e São Tomé e Príncipe.

Porque promovemos a partilha de valores de solidariedade entre jovens, Solsef já enviou dezenas de voluntários para colaborar nos seus projectos e dos seus parceiros, em acções de curta e longa duração (em particular, nos projectos de curta duração “Ponte”).

MISSÃO

Solsef é uma ONGD que promove o desenvolvimento integral e integrado dos jovens lusófonos, proporcionando-lhes o acesso a cuidados de saúde, educação e também o desenvolvimento humano e económico das suas comunidades. Para cumprir esta missão desenvolve projectos sustentáveis nos países lusófonos, em parceria com os missionários, contando com a participação de jovens com formação e preparação adequadas. Também intervém activamente na sensibilização da juventude portuguesa para a solidariedade potenciando o voluntariado, intercâmbio e formação entre jovens.

METAS E OBJECTIVOS

Viver num mundo com igualdade de oportunidades rumo ao desenvolvimento sustentado. O seu objectivo global é promover os ideais da fraternidade e da solidariedade entre povos e particularmente entre jovens de países diferentes. É uma associação de inspiração cristã, de jovens para jovens, que age de forma responsável e objectiva, apostando em projectos relevantes e promovendo a solidariedade de forma criativa e irreverente além fronteiras. O seu agente prioritário são os jovens, não deixando de incluir a participação e colaboração de todas as pessoas com sensibilidade para a solidariedade sem fronteiras, independentemente da sua idade e condição social ou religiosa.

CONTACTOS

Sede: R. Stº Amaro à Estrela, nº43, andar 1. 1200-801 Lisboa

Telefone: 213940047 * **Fax:** 213933019

E-mail: info@solsef.org * **Website:** www.solsef.org

Redes Sociais: [facebook.com/SolSemFronteiras](https://www.facebook.com/SolSemFronteiras)

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 21 de Outubro de 1993

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: Rui Branco, Presidente

A SOLSEF É TAMBÉM:

Associação Juvenil.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Moçambique; Cabo Verde; Angola; Guiné-Bissau; Brasil; Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique; Angola; Guiné-Bissau

Saúde – São Tomé e Príncipe; Angola

PROJECTOS E ACÇÕES

Aprender para Desenvolver – Construção de uma Biblioteca e Sala de Informática

País: Moçambique

Grupos alvo: jovens entre os 15 e os 24 anos, residentes em Itoculo e localidades próximas, que frequentam o ensino secundário e pretendem ingressar na universidade, ou ingressar no mercado de trabalho.

Objectivos: Este projecto visa a construção e equipamento de uma biblioteca e de uma sala de informática em Itoculo, Moçambique, para proporcionar uma oportunidade aos jovens de abrir horizontes de Comunicação com o mundo e novas oportunidades de formação e trabalho na sua vida, nomeadamente:

- abrir novas perspectivas de comunicação e informação;
- aprofundamento da formação a nível académico via biblioteca e internet e com formação específica na área da informática;
- ajudar na preparação para a entrada na universidade;
- desenvolvimento de novas competências;
- maior preparação para a vida profissional.

Formação – Educação para o Desenvolvimento de jovem para jovem

País: Portugal

Grupos alvo: Jovens dos 16 aos 30 anos, colaboradores e voluntários de Solsef e população escolar

Objectivos:

- formar os agentes envolvidos - voluntários JSF e Solsef
- enquadrar o contacto de Solsef com as escolas na área da ED e temáticas relacionadas.
- criar mais um espaço de voluntariado JSF, promovendo o envolvimento destes com escolas, através da realização de actividades com o público escola.r
- sensibilizar e dar a conhecer ao público alvo as questões relacionadas com o Desenvolvimento, contribuindo para a alteração de valores, atitudes e comportamentos dos jovens - em particular, da comunidade escolar.
- criar “núcleos de ED” em agrupamentos escolares.

Projecto anual de voluntariado de curta duração “Ponte”

País: Cabo Verde e Moçambique

Grupos-alvo: jovens dos 16 aos 30 anos, voluntários de Solsef e comunidades de S. Lourenço dos Órgãos (Cabo Verde) e Itoculo (Moçambique).

Objectivos:

- promover a interacção com crianças, jovens e adultos, desenvolvendo o espírito de ajuda e solidariedade;
- desenvolver actividades que possibilitem a formação de crianças, jovens e adultos nas áreas da educação, saúde e cidadania;
- promover a solidariedade e a cooperação entre países lusófonos, proporcionando aos jovens de Portugal um contacto directo com a cultura lusófona no contexto moçambicano;
- ajudar as comunidades locais com as dinâmicas pastorais de forma a incluir o grupo no espírito de fé em que vive a comunidade.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Voluntários.



SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

A ONGD

A SOPRO - Solidariedade e Promoção, é uma Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) fundada em 1996, que conta no momento com cerca de 1100 sócios colaboradores e 50 efectivos. Esta associação possui vínculo aos Irmãos Lassalistas e a sua sede é no Colégio La Salle em Barcelos.

É associada da Plataforma Portuguesa das ONGD desde 2002.

Continuamente, a SOPRO – Solidariedade e Promoção tem elevado o seu esforço no apoio social à comunidade, nas missões que desenvolve em Moçambique, no Brasil e no concelho onde se encontra sediada.

Tem vindo a criar projectos diferenciados que visem colmatar as necessidades mais prementes das zonas onde intervém, marcadas por diversidades sociais, económicas e culturais.

No presente ano incentivou em particular o voluntariado de proximidade para com os mais carenciados; a luta contra a violência (em particular a violência doméstica e a violência no namoro) e a inclusão social através do desporto e do acesso à educação/escolarização.

MISSÃO

Educar os jovens para a Solidariedade e promover projectos de cooperação para o desenvolvimento do ser humano no mundo.

METAS E OBJECTIVOS

A Associação assume como seus os seguintes Objectivos de Desenvolvimento do Milénio:

- Lutar contra a pobreza extrema e a fome;
- Trabalhar para a educação básica universal;
- Promover a igualdade entre mulheres e homens;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde materna;
- Combater o VIH Sida, a malária e outras doenças;
- Trabalhar para a sustentabilidade ambiental;
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

CONTACTOS

Sede: Rua Irmãos de La Salle s/n, 4755-054 Barcelinhos

Telefone: 253 831 249 * **Fax:** 253 833 353

E-mail: geral@sopro.org.pt * **Website:** www.sopro.org.pt

Redes Sociais: [facebook.com/soproongd](https://www.facebook.com/soproongd) * www.youtube.com/soproongd * twitter.com/SoproOngd

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 26 de Setembro de 1996

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: Miguel Adolfo Couto Novais

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Brasil e Moçambique.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO ESPECÍFICAS DAS ONGD

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Voluntariado Internacional e de Proximidade.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Cultura – Moçambique

Direitos Humanos – Moçambique

Educação formal/Educação não formal/Alfabetização – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Questões de género – Moçambique

Saúde – Moçambique

PROJECTOS E ACÇÕES

Acesso Universal à Educação

Projectos SOPRO em Moçambique: População da Província de Sofala (crianças/jovens/adultos)

Projecto de Apadrinhamento na Escola João XXIII em Manga-Chingussura

Objectivo de permitir que crianças desfavorecidas possam ter acesso à educação e escolarização

Projecto Melhorar o Aproveitamento Escolar

A SOPRO entrega material escolar, gere a entrega de uma bolsa de estudo às crianças/jovens da Escola João XXIII e presta apoio suplementar ao estudo com explicações e acompanhamento nos trabalhos de casa.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal (22); Estagiários (1) e Voluntários (50).

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Irmãos das escolas cristãs La Salle
- RELEM - Rede Lassalista da Europa e Mediterrâneo.

PUBLICAÇÕES

Boletim de Notícias da SOPRO anual

Newsletter MZ anual

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO A ONGD

Apoiar e estimular localmente o desenvolvimento integrado do mundo rural começou por ser o objectivo. Ou seja: desenvolver sem desruralizar; aproveitar as potencialidades sem afectar os equilíbrios naturais; valorizar as gentes, respeitando a sua autenticidade; promover a cultura, dignificando o Homem. Porém, as aceleradas mutações a que esta aldeia global onde vivemos está sujeita depressa conferiu outra dimensão ao objectivo inicial da Associação: houve que preservá-lo, adaptando os processos de concretização; houve que apreender novos conceitos e articulá-los com aquele objectivo; houve que fazer do mundo o local, e estar preparado para agir no “sítio onde as coisas acontecem... seja onde for”.

É com este espírito que Terras Dentro tem trabalhado e, para o fazer com eficácia, desenvolveu metodologias de acção e um conjunto de capacidades: conhecimento profundo do meio em que se insere; adaptação rápida às novas realidades que se lhe deparam; visão global dos processos de desenvolvimento; predisposição para a conjugação de esforços com outras entidades e instituições; participação nos processos definidores de políticas de ordenamento e planeamento; análise e diagnóstico de situações-problema para elaboração de propostas de intervenção adequadas; formação e qualificação dos recursos humanos existentes; concepção de mecanismos e instrumentos de acção social e económica, numa perspectiva integrada; preservação e promoção dos valores patrimoniais, culturais e ambientais; lançamento de iniciativas susceptíveis de captar apoios.

MISSÃO

Desenvolver, inovar, qualificar e preservar os territórios de forma sustentável.

METAS E OBJECTIVOS

Promover a solidariedade social; apoiar crianças, jovens e famílias, proteger os grupos mais vulneráveis, nomeadamente pessoas com necessidades especiais, idosos, imigrantes e minorias étnicas; Prevenir e solucionar situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, de exclusão, ou outras vulnerabilidades; Apoiar e promover a saúde, o emprego, a educação e a qualificação dos cidadãos; Integrar e promover o desenvolvimento comunitário e as capacidades pessoais dos cidadãos; Apoiar e promover o desenvolvimento integrado de micro-regiões rurais e outros territórios desfavorecidos; Proteger e defender o ambiente; Promover a igualdade de géneros; Conceber, executar e apoiar projectos/programas de cooperação com países em vias de desenvolvimento; Promover a educação/formação para o desenvolvimento integrado das sociedades e o reforço da paz entre os homens, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem; Divulgar a realidade dos países em vias de desenvolvimento e sensibilizar a opinião pública de acordo com os Objectivos do Milénio.

CONTACTOS

Sede: Rua Rossio do Pinheiro 7090-049 Alcáçovas

Telefone: 266 948 070 * *Fax:* 266 948 071

E-mail: terrasdentro@terrasdentro.pt * *Website:* www.terrasdentro.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 19 de Abril de 1991

Natureza Jurídica: Associação de direito privado sem fins lucrativos

Responsável máximo: Elsa Branco, Presidente da Direcção

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Espanha, França, Portugal, São Tomé Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Ambiente, Cooperação para o Desenvolvimento, Desenvolvimento Rural, Educação, Formação e Intervenção Social.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe; Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Portugal; França

Promoção do Turismo – Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe; Portugal; Espanha

Emprego/Inserção na Vida Activa – Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe; Brasil; Bulgária; Portugal

Formação Profissional – Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe; Portugal

Ecologia/Meio Ambiente – Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe; Brasil; Bulgária; Portugal

Igualdade de Oportunidades/Igualdade de Género – S. Tomé e Príncipe; Portugal; Espanha

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS

Técnicos de instituições públicas e privadas; Jovens em geral e jovens desempregados; Comunidade feminina e em alguns contextos mães solteiras; Comissão Regional de Parceiros (CRP – Cabo Verde); Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD – Cabo Verde); Comunidades locais em geral.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores permanentes nas áreas das ciências sociais, humanas e jurídicas, das engenharias, da gestão e contabilidade e do apoio administrativo (16). Destes 16, 5 estão afectos directamente a projectos de cooperação internacional.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- ACVER - Associação Internacional para o Desenvolvimento de Comunidades Rurais - Presidente do Conselho Fiscal
- Associação Internacional das Florestas Mediterrânicas (AIFM) - Associado
- ADRAL - Agência Regional para o Desenvolvimento do Alentejo - Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva
- ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural - Associados
- Associação Nacional de Direito ao Crédito – Associado
- Associação Pró-Montado – Presidente da Direcção
- IDEIA Alentejo - Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo - Presidente do Conselho de Administração
- Federação Minha Terra – Secretário da Direcção
- Rede Europeia Anti-Pobreza - Associado

PUBLICAÇÕES

Nova Imagem para Novos Agricultores – Estudo Comparativo Alentejo/Beauce et Gâtinais – Consultor

Científico: Marcos Olímpio dos Santos – Editor: Terras Dentro – Livro - 2013

Produtos da Terra – Alentejo, Algarve e S. Tomé e Príncipe – Autores: Joaquim Pulga; Joana Martins Filipe; Manuel Soares; Isaura Carvalho – Editores: Terras Dentro; Associação In Loco; Associação Terras do Baixo Guadiana; Associação Roçamundo – Livro - 2013

Tradição por Terras Dentro - Autor e Editor: Terras Dentro - Livro – 2008

Guia de Turismo Acessível no Alentejo e Extremadura Espanhola - em 3 línguas - Autores: Terras Dentro; ESDIME; ADERCO; Centro de Desarrollo Local de Tentudia - Guia – 2008

Os meus versos baralhados - Poesia Popular - Autor: Orlando Botas - Editor: Terras Dentro - Livro -2005

A propósito das Associações de Desenvolvimento Local do Alentejo - Autor: José M. L. Candeias - Editor: Terras Dentro - Livro – 2002

Saí da Escola para Comprar uns Sapatos - Uma perspectiva sobre a escolaridade obrigatória em 5 concelhos alentejanos - Autor e Editor: Terras Dentro - Livro - 2001

A Azinheira Sinaleira - Educação Ambiental - Autor: Terras Dentro - Livro - 2001

Em cada casa uma porta, em cada porta um postigo - Antologia de Poesia Tradicional do Alentejo - Autor: Monarca Pinheiro - Editor: Terras Dentro - Livro - 1996

O Mestre que Trabalha por Cima do Céu - Estudo e recolha etnográfica da actividade chocalheira - Autor: Monarca Pinheiro - Editor: Terras Dentro - Livro - 1995

Jornal Terras Do Cante - Mensal - de 1994 a 2007 - distribuição gratuita

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONGD

A TESE – Associação para o Desenvolvimento é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento constituída em 2002 que procura criar e implementar respostas inovadoras que melhor promovem o desenvolvimento social, a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida. Para tal, a TESE tem vindo a focar a sua intervenção numa abordagem positiva, encontrando nas necessidades sociais uma oportunidade para actuar.

A TESE sem Fronteiras, unidade responsável pelas intervenções na área do Desenvolvimento Internacional, concentra a sua acção em países em desenvolvimento, com enfoque nos países de Língua Portuguesa, tendo actualmente delegações oficialmente reconhecidas em Moçambique, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe.

MISSÃO

A TESE cria e implementa respostas inovadoras que melhor promovem o desenvolvimento social, a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida, criando parcerias com os sectores público, privado e organizações da sociedade civil.

METAS E OBJECTIVOS

A TESE é uma ONGD de referência que utiliza o conceito de Inovação Social como o chapéu da sua actuação em Portugal e nos países em Desenvolvimento. Pretende investigar, criar, implementar e sensibilizar, construindo um ciclo de soluções socialmente inovadoras e sustentáveis como resposta às necessidades tradicionais e emergentes.

CONTACTOS

Sede: Rua São Filipe Nery, ° 25 B, 1250-225 Lisboa

Telefone: +351213868404 * **Tlm:** +351918786450 * **Fax:** +351213868405

E-mail: info@tese.org.pt * **Website:** www.tese.org.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 28 de Outubro de 2002

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos de direito privado, com o estatuto de ONGD

Direcção: João Meneses (Presidente), Luís Mah, Rita Serôdio, Tiago Matos Fernandes, Nuno Assunção

Directores Executivos: Helena Gata (TESE Portugal) e Miguel Silva (TESE Sem fronteiras)

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Inovação Local - Projectos de Desenvolvimento Local e Internacional

Investigação – Desenvolvimento de conhecimento nas áreas de actuação; Consultoria e Capacitação - para os sectores público e privado e organizações da sociedade civil;

Redes & Awareness - organização e participação em iniciativas para a difusão e partilha de conhecimento nas áreas de inovação social, desenvolvimento e cooperação internacional, sustentabilidade e empreendedorismo social.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal

Capacitação de Organizações sem Fins Lucrativos - Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

Educação não formal/alfabetização – Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Moçambique e Portugal

Energia - Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe

Formação profissional – Moçambique, Portugal e Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

Questões de género – Portugal

Reabilitação e construção de infraestruturas – Guiné-Bissau, Angola

Saneamento/água – Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique

Saúde – Moçambique, Portugal

Resíduos Sólidos Urbanos – São Tomé e Príncipe

Participação cívica – Portugal

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS

Comunidades locais; jovens em idade activa; jovens pertencentes a grupos socioculturais específicos; organizações não governamentais; técnicos de organizações não governamentais; sector público; empresas do sector privado.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores permanentes (41, dos quais 21 na unidade internacional)

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Engineers Without Borders Internacional
- Parceria Portuguesa para a água
- Rede Social de Cascais, representação dos seus líderes na ESLIDER – rede de líderes do Sector social em Portugal
- Social Innovation Exchange

PUBLICAÇÕES

Manual de apoio à construção de projectos de vida, Projecto Orienta-te da TESE, com o apoio do Programa Escolhas, 2012

Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos - Autores: Carlos Azevedo, Raquel Campos Franco, João Meneses

O Peixe Amarelo - Pistas para um Mundo melhor - Autor: João Meneses

À tona de água – Necessidades em Portugal, Tradição e Tendências emergentes - Autores: Isabel Guerra,

Teresa Costa Pinto, Sara Almeida, Marta Martins

À tona de água – Retratos de um Portugal em mudança - Autores: Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto, Sara Almeida, Marta Martins

Ukama Wangu - Autor: TESE e Tiago Cunha Ferreira

Newsletter TESE - Trimestral (Via email)



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

A ONGD

Criada em 1976 para apoiar as Santas Casas de Misericórdia portuguesas e da lusofonia. Tem privilegiado como áreas de actuação a acção social, a saúde, a deficiência, a formação, o património e a cooperação e desenvolvimento.

MISSÃO

Orientar, coordenar, dinamizar e representar as Santas Casas de Misericórdia defendendo os seus interesses e organizando serviços de interesse comum.

METAS E OBJECTIVOS

- Procurar manter as Santas Casas fiéis ao espírito dos seus Compromissos, sem prejuízo da actualização das suas actividades;
- Estimular a prática da fraternidade cristã e da solidariedade humana, tendo sempre bem presente as exigências da técnica e os imperativos da segurança social;
- Fomentar e realizar o estudo dos problemas que interessam às actividades das Santas Casas e auxiliar estas por todos os meios ao seu alcance;
- Promover e apoiar a criação de novas Santas Casas e pronunciar-se sobre a legalidade das Misericórdias que foram já extintas;
- Servir de intermediário, sempre que oportuno, nas relações das Santas Casas com as autoridades civis e religiosas, nos casos em que as Santas Casas o desejarem;
- Representar as suas associadas, nacional e internacionalmente;
- Promover a realização de cursos de aperfeiçoamento e valorização profissional para o pessoal das Misericórdias;
- Criar e coordenar serviços de interesse comum e organizar ações de apoio técnico ou administrativo que facilitem a acção das suas associadas;
- Promover a partilha de informação entre todas as Santas Casas, assim como informar a opinião pública das actividades que elas prosseguem;

CONTACTOS

Sede: Rua de Entrecampos 9, 1000-151 Lisboa

Telefone: 218110540 * **Fax:** 218110545

E-mail: geral@ump.pt * **Website:** www.ump.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 28 de Novembro de 1976

Natureza Jurídica: Entidade em regime de IPSS

Responsável máximo: Manuel de Lemos

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação, Formação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – São Tomé e Príncipe

Pobreza/Exclusão Social – São Tomé e Príncipe

Formação para saúde materna e neonatal – Angola

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Idosos, crianças, comunidades carenciadas e/ou rurais

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Voluntários de longa duração em São Tomé e Príncipe; Enfermeiros em Angola

PUBLICAÇÕES:

Jornal Mensal - “Voz das Misericórdias”

Portugaliae Monumenta Misericordiarum

Quem Somos nas Misericórdias

Livros sobre o património das Misericórdias

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

A ONGD

Criado em Abril de 1979, o Comité Português para a UNICEF é uma Organização não Governamental para o Desenvolvimento que goza do estatuto de Associação de Utilidade Pública, e é a voz da UNICEF em Portugal.

Somos um dos 36 Comités Nacionais que, nos países industrializados, tem por missão promover a defesa dos direitos de todas as crianças e sensibilizar o público para o apoio ao trabalho da UNICEF nos países em desenvolvimento.

Fazemo-lo através da divulgação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de actividades com crianças e jovens, da venda de cartões e produtos UNICEF, de parcerias com empresas e outras entidades que querem apoiar a causa das crianças e o trabalho da UNICEF, e através de campanhas de recolha de fundos para programas destinados a melhorar as condições de vida das crianças e das suas famílias.

Estamos sediados em Lisboa e presentes em diversos pontos do país através das nossas Delegações Regionais.

MISSÃO

O Comité Português para a UNICEF tem como missão promover a defesa dos direitos de todas as crianças, sensibilizar o público para a causa da infância no mundo e angariar fundos para o trabalho da UNICEF nos países em desenvolvimento.

METAS E OBJECTIVOS

Fins: tem por finalidade promover o bem-estar das crianças, apoiando os objectivos, políticas e programas aprovados pelo Conselho de Administração e pelos órgãos superiores de gestão da UNICEF e aceita conduzir estas operações de acordo com as referidas políticas. O apoio ao trabalho da UNICEF inclui a prossecução dos objectivos e princípios contidos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e a Organização e desenvolvimento em território português de actividades destinadas a:

- Apoiar a UNICEF na realização do seu mandato conferido pela Assembleia Geral das Nações Unidas na promoção e defesa dos Direitos da Criança;
- Advogar a causa da infância para que os seus direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta nacionais e internacionais para com as crianças;
- Mobilizar o interesse e apoio do público a favor da UNICEF e dos seus programas de acção designadamente através dos seguintes meios: a) difusão de informações sobre as actividades e objectivos da UNICEF no mundo e da Associação; b) angariação de contribuições financeiras para a UNICEF por parte do Governo e do público português através de acções de recolha de fundos e da venda de cartões e produtos UNICEF; c) realização de actividades de sensibilização e educação, especialmente destinadas às crianças e jovens com vista a promover novas atitudes e comportamentos que levem a um Maior empenhamento na cooperação entre os povos sem qualquer tipo de discriminação.

CONTACTOS

Sede: Av. António Augusto de Aguiar, 21 - 3º Esq. - 1069-115 Lisboa

Telefone: 21 317 7500 * **Fax:** 21 354 7913

E-mail: info@unicef.pt * **Website:** www.unicef.pt

Redes Sociais: *facebook.com/UNICEF.Portugal*

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 10 de Abril de 1979

Natureza Jurídica: PCUP

Responsável máximo: Manuel Pina, Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

O Comité Português para a Unicef angaria fundos junto do sector privado para os programas levados a cabo pela UNICEF em **mais de 150 países em desenvolvimento**, tendo como áreas prioritárias de intervenção: Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil, Educação básica e Igualdade de Género, o VIH/SIDA e as Crianças, Protecção Infantil, Promoção de Políticas e Alianças em benefício das Crianças, bem como resposta a situações de Emergência.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Advocacy, Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

PROJECTOS E ACÇÕES

Muitos dos sectores de intervenção dos projectos realizados nos anos de 2009 e 2010 estão contemplados nas áreas prioritárias de intervenção da UNICEF (ex.: cuidados de saúde materno-infantil, vacinação, nutrição, água e saneamento básico...) nos 150 países em desenvolvimento.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Voluntários; Publicações;

PUBLICAÇÕES

Lançamento de Publicações periódicas da UNICEF (Situação Mundial da Infância, Progressos para as Crianças, Relatório de Acção Humanitária, Relatório Anual, entre outros), **desdobráveis, brochuras, cartazes, ...**



URB-ÁFRICA ONG PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A ONGD

Constituída por escritura a 25 de Novembro de 1999, a Urb-África tem como objectivos a promoção do desenvolvimento e cooperação das cidades integradas em países em vias de desenvolvimento, prioritariamente de língua portuguesa e em especial do continente africano, através do intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, educacionais, sociais e de convívio, tendo em vista a educação, o progresso e o bem-estar dos povos.

MISSÃO

A Urb-África tem como objectivos a promoção do desenvolvimento e cooperação das cidades integradas em países em vias de desenvolvimento, prioritariamente de língua portuguesa e em especial do continente africano, através do intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, educacionais, sociais e de convívio, tendo em vista a educação, o progresso e o bem-estar dos povos.

METAS E OBJECTIVOS

Para a concretização da sua missão a Urb-África deverá promover: acções de formação profissional; projectos de investigação e informação; concepção e execução de projectos de infra-estruturas urbanas de pequeno e médio porte; concepção e execução de projectos nas áreas da saúde e educação; concepção e execução de projectos de índole social, cultural, científica, económica e ambiental; projectos de ajuda e assistência médica e humanitária; medidas de ajuda de emergência às populações carenciadas; acções de recuperação de património histórico; promoção de encontros e actividades que visem o intercâmbio de conhecimentos e a sensibilização da opinião pública internacional para os problemas em causa.

Estes objectivos deverão ser concretizados no âmbito do reforço da observância dos princípios de justiça internacional, do respeito pelos Direitos Humanos Fundamentais e do incremento da Paz.

CONTACTOS

Sede: Rua de S. Bento, 640, 1250-222 Lisboa

Telefone: 213845600 * **Fax:** 213852596

E-mail: urbafrika@uccla.pt

Website: A Urb-África não tem site próprio, está alojada no site da UCCLA: www.uccla.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 25 de Novembro de 1999

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Miguel Anacoreta Correia, como Secretário-Geral da UCCLA, que por sua vez é Presidente do Conselho Directivo da Urb-África.

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Recuperação de Património Histórico e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Formação profissional – São Tomé e Príncipe

Saneamento/água – São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau

Saúde – Moçambique

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Mulheres e crianças; Alunos; População necessitada de cuidados médicos; Grupos profissionais.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Estagiários

PUBLICAÇÕES

Folhetos e monografias de acordo com os projectos



VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

A ONGD

VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano é uma ONG Portuguesa, criada em 1992, sem fins lucrativos, de Utilidade Pública, registada junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob o número 8296/98.

VIDA existe para ajudar as pessoas a desenvolverem as suas capacidades e o potencial da terra onde vivem, com vista a um desenvolvimento humano sustentado e justo.

Queremos tomar parte activa do processo de construção do futuro onde a esperança, acesso à prestação de cuidados básicos e a melhoria da qualidade de vida se tornam, cada vez mais, próximos e alcançáveis às populações mais pobres do mundo.

Reunindo um forte e consolidado capital de experiências e conhecimentos de 21 anos no terreno, a VIDA tem por obrigação e missão criar, propor e implementar projectos que surgem da identificação das necessidades mais prementes das populações com quem trabalha.

MISSÃO

A missão da VIDA é viver e trabalhar com as comunidades mais pobres, desenvolvendo as capacidades das pessoas e o potencial da terra onde vivem, construindo caminhos de esperança solidários que libertam da pobreza.

METAS E OBJECTIVOS

Qualquer intervenção só se justifica como resposta a uma realidade. Através do levantamento das necessidades imediatas, procura-se uma resposta pronta e adequada às carências identificadas e às necessidades de valorização e dignidade que cada pessoa ou comunidade solicita para poder viver plenamente as suas capacidades.

CONTACTOS

Sede: Pátio do Pimenta, nº25 1200-034 Lisboa

Telefone: +351 213433022 * **Fax:** +351 213433022

E-mail: vida@vida.org.pt * **Website:** www.vida.org.pt

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1992

Natureza Jurídica: ONGD de Utilidade Pública

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique

Emprego/Inserção na vida activa – Moçambique

Formação profissional – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Questões de género – Moçambique

Saneamento/água – Guiné-Bissau

Saúde – Guiné-Bissau

Segurança alimentar – Moçambique

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Comunidades rurais pobres.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Colaboradores em Portugal: 4 na sede em Lisboa;

Colaboradores no estrangeiro: 8 Moçambique + 18 Guiné-Bissau; 1 Moçambique + 3 Guiné-Bissau.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- AVSI - www.avsi.org

PUBLICAÇÕES

Case studies publicados na internet.

Newsletter.



VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

A ONGD

A VITAE – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional é uma instituição particular de solidariedade social e ONG (sem fins lucrativos) que visa promover o desenvolvimento dos portugueses e dos povos lusófonos, mediante o apoio à reinserção familiar, social e profissional de pessoas em situação de risco social (sem-abrigo, toxicodependentes), prevê também a protecção da infância, juventude e terceira idade.

A VITAE tutela o centro de sem-abrigo da cidade de Lisboa (com capacidade para 271 utentes) desde 22 de Dezembro de 1999, este centro visa o acolhimento temporário com objectivos de encaminhamento e reinserção social por via de uma abordagem biopsicossocial através de uma intervenção multidisciplinar.

MISSÃO

Move-nos a missão de promover a melhoria da qualidade de vida dos públicos mais desfavorecidos através de uma prática filantrópica e humanista. Contamos com a ajuda e capacidade de empreendedorismo de todos os que se juntam a nós em acções concretas nos âmbitos da solidariedade social, do trabalho, da educação, da saúde e das necessidades diárias.

METAS E OBJECTIVOS

Promover uma sociedade melhor através da reinserção social.

CONTACTOS

Sede: Rua Cabo da Boa Esperança, 6 C -Cova Da Piedade - 2800-361 Almada

Centro de Acolhimento: Rua Gualdim Pais, 97 - 1900-254 Lisboa

Telefone: 21 816 1640 * **Fax:** 21 816 1659

E-mail: info@assoc-vitae.org * **Website:** www.assoc-vitae.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 1999

Natureza Jurídica: IPSS

Responsável máximo: António Roseiro, Presidente

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Moçambique e Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Acção cultural, Acção social, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Formação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Assistência/Promoção Social – Portugal (Lisboa)

Emprego/Inserção na vida activa – IEFP (Programa Vida-Emprego)

Formação profissional – Cursos EFA

Pobreza/Exclusão Social – Portugal (Vitae Lisboa)

Saúde – Centro Clínico VITAE

Envio de bens/produtos - Moçambique (Hospital Geral da Machava)

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Utentes do centro de Acolhimento aos Sem-Abrigo da cidade de Lisboa



VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

A ONGD

A Associação Veterinários Sem Fronteiras Portugal, VSF Portugal, foi fundada em 2006, partindo da iniciativa de um pequeno grupo de médicos veterinários, alguns já com experiência de cooperação em países em desenvolvimento. Rapidamente foi possível alargar o grupo inicial a 70 membros fundadores, com os objectivos de actuação definidos nos estatutos entre os quais se destaca providenciar apoio veterinário às populações mais necessitadas dos países em vias de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da saúde animal e da saúde humana através da prevenção das zoonoses e da valorização qualitativa e quantitativa dos produtos de origem animal. O registo como ONG foi obtido em 2007, bem como a adesão aos VSF Europa, também obtida nesse ano. Os primeiros anos foram aplicados em diversas iniciativas de que se destaca a realização do seminário internacional “EU-ÁFRICA Challenges for Rural Development and Animal Health Control”, realizado em Junho de 2008, para o qual contribuíram diversos membros dos VSF Europa para além de convidados portugueses e estrangeiros. O número de associados foi crescendo, sendo presentemente mais do dobro dos sócios fundadores. A colaboração a nível internacional tem sido mais marcante com Cabo Verde, contando nesse País com a colaboração intensiva de uma ONG local, a Associação Bons Amigos de Cabo Verde. Essa ligação foi reforçada em 2009 com a publicação de uma brochura internacional com exemplos da actividade realizada pelas diversas associações, na qual a Bons Amigos vem referida, e, em 2010, com a realização de uma missão intensiva de duas semanas destinada à castração e controle sanitário de animais domésticos e errantes na ilha do Maio, em colaboração com a Câmara Municipal da mesma ilha.

Em finais de 2010, a VSF Portugal candidatou-se à Plataforma Portuguesa das ONGD, a qual foi aceite.

A Associação tem estado presente nas duas iniciativas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento intituladas “Dias do Desenvolvimento”, pretendendo nestas e noutras nas quais tem participado alargar a possibilidade de parcerias para projectos conjuntos, tendo sempre em vista os objectivos de desenvolvimento para os países onde a sua colaboração seja entendida como útil.

MISSÃO

Providenciar apoio veterinário às populações mais necessitadas dos países em vias de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da saúde animal e da saúde humana através da prevenção das zoonoses e da valorização qualitativa e quantitativa dos produtos de origem animal.

METAS E OBJECTIVOS

Os VSF - Portugal têm como objectivos participar em projectos de formação e investigação e na transmissão de conhecimentos técnicos nas áreas da produção, saúde e bem-estar animal, medicina preventiva e saúde pública veterinária.

Pretendem contribuir para a promoção da consciência solidária entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento, tendente à construção de uma ordem económica e social mais justa, sem perder de vista o respeito pela cultura e leis locais.

É também um dos seus objectivos manter relações de parceria e colaboração com as associações públicas ou privadas que persigam os mesmos objectivos que a VSF-Portugal, nomeadamente as de outros países que integram o projecto conhecido internacionalmente como Veterinários Sem Fronteiras.

Os VSF - Portugal pretendem ainda assegurar que nas suas actividades a população local seja estimulada a participar na concepção e na realização de projectos, bem como na tomada de decisões, numa perspectiva de respeito pela cultura e leis locais.

CONTACTOS

Sede: VSF-Portugal, Faculdade de Medicina Veterinária - UTL, Av. da Universidade Técnica, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa

Telefone: +351 21 365 2875 * **Fax:** +351 21 365 2889

E-mail: vsfportugal@gmail.com * **Website:** www.vsfportugal.org

DADOS INSTITUCIONAIS

Data da criação: 29 de Maio de 2006

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Cabo Verde, Portugal.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação e Saúde.

SECTORES DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Cabo Verde

GRUPOS-ALVO DOS PROJECTOS E ACÇÕES

População urbana carenciada, detentora de animais de companhia.

TIPO DE RECURSOS HUMANOS QUE INTEGRAM OS PROJECTOS

Voluntários e Colaboradores no terreno - Cabo Verde.

FILIAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E REDES

- Veterinários Sem Fronteira - Europa



WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

A ONGD

A WACT, instituição apolítica, laica, e sem fins lucrativos, forma Changemakers. Um Changemaker WACT muda-se a si próprio e aprende a mudar os outros. É proWACTivo: melhor e mais cidadão.

Enquadrada na área de Educação para o Desenvolvimento, a formação WACT Spirit capacita futuros Changemakers, dotando-os de competências técnicas na área de desenvolvimento e da intervenção social. Sustentada num método teórico-prático a formação tem a duração de 4 meses em Portugal e 6 semanas em São Tomé e Príncipe.

A WACT apoia ainda a implementação de novos projectos sociais criados pelos seus changemakers. Os projectos de educação ABC e O Nosso Spot, no Bairro Padre Cruz, são as primeiras experiências de projectos powered by WACT.

CONTACTOS

Sede: Calçada da Palma de Baixo, n.º 10, 10º D, 1600-176 Lisboa

Telefone: 910994605

E-mail: info@wact.pt * **Website:** www.wact.pt

PAÍSES DE ACTUAÇÃO

Portugal (Lisboa) e São Tomé e Príncipe (Lobata).

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Cooperação e Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17, 3º DTO
1700-051 LISBOA
PORTUGAL

TLF: 218872239

FAX: 218872241

SITE: **WWW.PLATAFORMAONGD.PT**

E-MAIL: **INFO@PLATAFORMAONGD.PT**

SKYPE: PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA

O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO

PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

ESO ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER